

# Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique

---



---

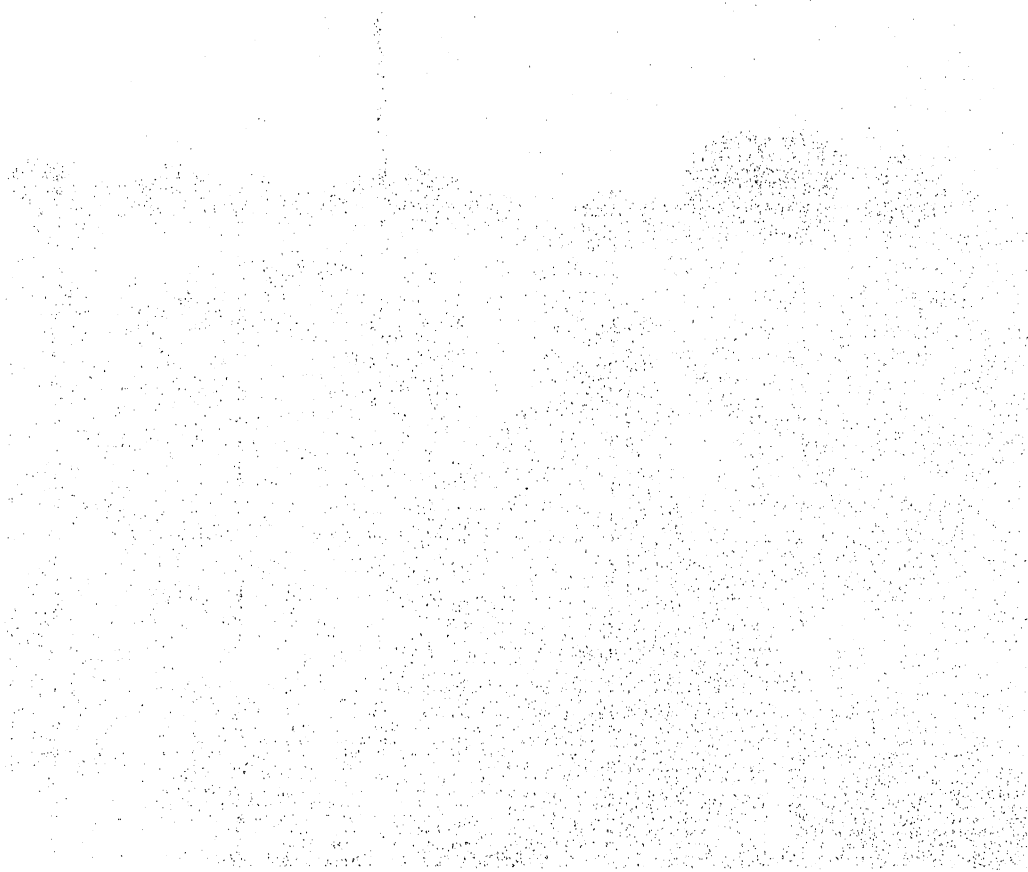
nº 7

ABRIL DE 1990



THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS  
CHICAGO, ILLINOIS 60637

3



THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS  
CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

# Arquivo

Boletim Semestral do  
Arquivo Histórico de Moçambique

## SUMÁRIO

Apresentação	3
Agricultura Camponesa em Moçambique: O Caso do Chokwé, na Província de Gaza, por Merle L. Bowen	5
Alguns Dados e Reflexões sobre a Formação Económico-Social Xona: O Comércio Interno, por Jorge de Jesus Pais	45
O Fundo ISANI do Arquivo Histórico de Moçambique: Uma Fonte Importante da História Social Contemporânea do Colonialismo Português, por Michel Cahen	63
Notícia sobre a Sociedade de Estudos de Moçambique (1930-1974), por Albino Machava	83
Acervo	99
Noticiário	106

Foto de Ricardo Rangel, Centro de Formação  
Especializada das mulheres na agricultura familiar.  
Atrás do sul, a paisagem é importante de  
Gaza, em Gaza e Maputo, a paisagem dos campos.

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique  
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa  
Editor: João Paulo Borges Coelho

Na Capa: Em Gaza e Maputo, a migração dos homens para a África do Sul acentuou a importância do trabalho das mulheres na agricultura familiar. (Foto de Ricardo Rangel, Centro de Formação Fotográfica).

## *Arquivo*

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique  
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa  
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87  
Nº 7, Abril de 1990



## APRESENTAÇÃO

Com o número de Abril de 1990, o boletim ARQUIVO completa três anos de existência.

Durante estes três anos foram inúmeras as dificuldades que enfrentámos, resultantes, em grande parte, da escassez de pessoal na nossa instituição para alimentar um tal projecto, assim como da incipiência ainda das ligações com os nossos leitores e colaboradores.

Mas inúmeros foram também os conseguimentos. Para além do boletim continuar a existir e a fortalecer-se enquanto projecto de divulgação do nosso trabalho e de temas relacionados com a história e as realidades do nosso país, um desses conseguimentos tem sido, sem dúvida, o facto de alguns dos mais jovens trabalhadores do Arquivo Histórico figurarem já no rol de autores das nossas páginas — em pequeno número, é certo, mas com tendência para crescer. É o caso de Albino Machava, com a sua "Notícia sobre a Sociedade de Estudos de Moçambique".

Paralelamente, o reforço da colaboração externa demonstra o aumento do alcance do trabalho por nós desenvolvido. De facto, o artigo do investigador francês Michel Cahen, produto de pesquisa sobre materiais que o A.H.M. alberga e disponibiliza à investigação, demonstra claramente as suas potencialidades.

Com a inclusão, neste número, de um trabalho de Jorge Pais, historiador prematuramente desaparecido, colega e professor de alguns de nós, quisémos — como referiu um companheiro seu — prestar uma "pequena e justa homenagem à sua memória, e uma contribuição para a história de Moçambique".

Finalmente, com o artigo de Merle Bowen, investigadora canadiana que a espaços tem trabalhado em Moçambique, particularmente no A.H.M., procuramos ampliar os temas cobertos pelo boletim, abordando agora também questões de actualidade como são, certamente, os problemas de terras não só no regadio do Chokwê mas também em muitas outras regiões de Mo

E conhecermos melhor é, seguramente, sermos mais capazes de a transformar.

Albino Machado, com a sua "Noticia sobre a Sociedade de Estudos de Mocimbo".

Para[lelamente], o reforço da colaboração externa demons-  
tra o aumento do alcance do trabalho por nos desenvolvido.  
De facto, o artigo do investigador francês Michel Camen,  
produto de pesquisas sobre materiais que o A.R.M. alberga e  
disponibiliza à investigação, demonstrará claramente as sua  
potencialidades.

Com a inclusão, neste número, de um trabalho de  
Pais, historiador prematuro e pouco conhecido, coligi-  
mos de alguns de nós, que o conhecemos, referir-se  
neste seu — prestar uma "pequena e pobre homenagem"  
memória, é uma contribuição para a história da  
literatura, com o artigo de Muriel Bowen.  
canadenses que a respeito dos trabalhos em  
culminante no A.H.M., procuramos amp-  
goio bolseiro, abordando agora também  
de como são, certamente, os problemas  
região do Ovale mas também em

cultura familiar permanecia a base produtiva da maioria das aldeias comunitárias.

O IV Congresso da Frelimo, realizado em Abril de 1983,

## AGRICULTURA CAMPONESA EM MOÇAMBIQUE: O CASO DO CHOKWE, NA PROVÍNCIA DE GAZA

Merle L. Bowen

### I. INTRODUÇÃO

Desde a conquista da independência política, em 1975, que o governo procurou edificar um estado socialista em Moçambique; uma tarefa que o contexto tornou particularmente difícil, mesmo em relação à maior parte do resto de África. A herança do passado, o colapso da economia colonial, as calamidades naturais, o estado de guerra permanente, a implementação por parte da África do Sul de uma estratégia de redução das relações económicas e comerciais básicas, a aplicação das sanções das Nações Unidas à Rodésia entre 1976 e 1980, todos estes factores se combinaram com a crise económica mundial e influenciaram alguns dos problemas do sector agrícola.

A estratégia de desenvolvimento rural estabelecida visava reunir em aldeias comunitárias a população camponesa dispersa, assim como reestruturar as suas actividades produtivas segundo moldes colectivos, através das machambas estatais e das cooperativas. Embora o governo tivesse debatido a questão da prioridade relativa a conceder ao sector das machambas estatais, a política adoptada visava orientar para elas a maior parte do investimento agrícola, enquanto que as cooperativas e a agricultura camponesa se deveriam desenvolver na base dos seus próprios recursos endógenos. Esta política esgotou os recursos, os mercados de produtos e as infra-estruturas dos sectores familiar e cooperativo. Além disso os grandes investimentos feitos no sector das machambas estatais acabaram por ter resultados desanimadores.

Por alturas do início da década de 1980 tornou-se óbvio para o governo que a sua política agrícola não estava a ter os efeitos económicos requeridos. As machambas estatais apresentavam fracos resultados, a produção das cooperativas era insignificante e a produção camponesa declinava. A produção agrícola no seu total não voltara a atingir os níveis de antes da Independência, como se pretendia, e as exportações agrícolas permaneciam baixas na sua generalidade. A socialização da produção camponesa realizava-se lentamente e a agri-

cultura familiar permanecia a base produtiva da maioria das aldeias comunais.

O IV Congresso da Frelimo, realizado em Abril de 1983, constituiu uma importante viragem política da incidência nas machambas estatais para os sectores familiar e privado. O Partido decidiu que o sector agrícola estatal não devia ser alargado mas antes reorganizado e consolidado. Além disso, alguns recursos do sector estatal deviam ser reorientados para a agricultura familiar e privada e, em menor grau, para as cooperativas.

A estratégia socialista da Frelimo para o desenvolvimento da agricultura tem sofrido muitos reveses. O governo tem feito erros ainda que procure permanentemente identificá-los e corrigi-los. Mas o maior obstáculo que se coloca ao desenvolvimento de Moçambique é a guerra movida pela África do Sul contra o país.

Desde a Independência que a Frelimo tem enfrentado uma guerra contra a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), um movimento dissidente armado, criado pelo governo rodesiano. Inicialmente os seus membros eram moçambicanos de grupos anti-Frelimo fugidos para a Rodésia em 1974-1975. Com a independência do Zimbabwe em 1980, os serviços secretos militares sul-africanos tomaram a Renamo a seu cargo. O envolvimento sul-africano desde 1980 até ao presente tem consistido no comando, treino e abastecimento dos bandidos armados. O objectivo desta "força de guerrilha contra-revolucionária cliente" consiste em desfazer e destruir a infraestrutura económica do país e em aterrorizar a população<sup>1</sup>.

No campo, os camponeses deixam as suas casas e abandonam as terras agrícolas devido à guerra. A agressão sul-africana, através dos bandidos da Renamo, forçou mais de dois milhões de moçambicanos a saírem das suas terras. Desses, cerca de 1,6 milhões estão deslocados dentro do país enquanto que os restantes fugiram atravessando as fronteiras. O governo calcula que cerca de 4,5 milhões de pessoas — ou seja, cerca de um terço do total da população — necessitam de ajuda de emergência devido à guerra ou às calamidades naturais<sup>2</sup>.

Dada a situação desesperada de Moçambique, é compreensível que a questão da diferenciação social do campesinato seja secundária em relação à preocupação imediata de como aumentar a produção alimentar. Todavia, a diferenciação rural constituirá, a longo prazo, um formidável problema para um país socialista como Moçambique, cuja direcção está apostada em apoiar os camponeses pobres. O campesinato, no Sul de

Moçambique tal como noutras partes do país, é heterogéneo. A diferenciação no seu seio, que começou a surgir antes do estabelecimento do regime colonial, foi acelerada pela penetração capitalista na região em geral, e em particular por políticas coloniais específicas tais como o sistema de trabalho migratório, a alienação das terras e a introdução das culturas obrigatórias.

Este artigo examina o período após 1983, analisando o que aconteceu às famílias camponesas no campo desde que as directivas do Partido foram implementadas. As dificuldades que as orientações do IV Congresso pretendem resolver e os novos problemas e contradições surgidos são ilustrados pelo estudo do caso do Chokwé, uma importante zona agrícola localizada na província meridional moçambicana de Gaza. A região do Chokwé tem sido uma zona de experiências, quer para o regime colonial português quer para o Moçambique independente. No início dos anos cinquenta o governo colonial português expropriou as terras férteis do vale, pertencentes até então ao campesinato local, e estabeleceu o Colonato do Limpopo, um esquema de colonização que formou uma pequena-burguesia agrária colonial portuguesa, apoiada por um enorme investimento infra-estrutural em irrigação, financiado pelo Estado. O estabelecimento de esquemas de colonização da terra nas colónias foi a solução encontrada por Portugal para os seus problemas internos de relativa sobre-população e de fluxos do campo para as cidades, condicionados pelas relações sociais de produção no espaço rural português; caracterizadas pela dominância de latifundiários, grandes proprietários de terras<sup>3</sup>.

Com a Independência, a maior parte dos agricultores portugueses do vale do Limpopo deixou o país e o Estado moçambicano tomou conta das suas terras, criando gigantescas machambas estatais. O governo transformou cerca de 17.000 hectares do vale do Limpopo num enorme complexo industrial, o Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL), que deveria integrar agricultura (principalmente produção de arroz), criação de gado, processamento de plantas e condições de armazenagem e comercialização. O complexo agro-industrial deveria providenciar a base económica das aldeias comunais da região. Embora o governo moçambicano tenha investido consideráveis recursos e insumos no CAIL, a machamba estatal produziu fracos resultados devido, principalmente, a dificuldades de organização e de gestão, e a constrangimentos técnicos aliados a factores socio-económicos e políticos. Subsequentemente, foi aqui que, em 1983, o governo primeiro desmantelou

uma das maiores machambas estatais do país, redistribuindo a sua terra pelos camponeses e agricultores privados. A estratégia de desenvolvimento agrícola da FRELIMO

### a) O Contexto

Com a Independência, o sector agrícola, tal como todos os sectores da economia colonial herdada, foi seriamente afectado pela partida da população colona portuguesa, que representava a maior parte da força de trabalho qualificada e administrativa. No campo, a partida dos agricultores e dos comerciantes rurais portugueses originou importantes quebras nos rendimentos da agricultura e um colapso generalizado dos sistemas de comercialização agrícola nos quais aqueles operavam, assim como dos sistemas de abastecimento de insumos agrícolas e equipamento, sobressalentes e assistência técnica. No período pré-Independência de 1973-1975, a produção total das culturas agrícolas decaiu 13% e o produto total da comercialização agrícola 43%. A produção agrícola comercializada do sector dos agricultores colonos desceu aproximadamente 54% enquanto que o sector de plantações, largamente dependente de capitais não-portugueses, conseguiu estabilizar melhor a sua produção, com uma descida de 16%. Para o campesinato a partida dos colonos significou também uma quebra no escoamento dos excedentes agrícolas. Neste período a produção camponesa comercializada decaiu cerca de 60%.

O colapso quase simultâneo da disponibilidade de emprego nas minas sul-africanas para muitos dos homens das três províncias meridionais aumentou os problemas desta zona do país. O número de mineiros moçambicanos recrutados decaiu substancialmente de uma média de 100.000 homens por ano antes da Independência, para menos de 40.000 trabalhadores, uma redução que atingiu os 60% em 1977. O efeito combinado da redução das receitas transferidas do trabalho das minas e das receitas da produção agrícola comercializada foi uma redução drástica nas receitas e uma crise de produção no seio do campesinato. A desintegração da ligação com a África do Sul veio reforçar uma crise já existente na agricultura camponesa.

Com o colapso quase total da economia agrícola e do trabalho migratório, o campesinato moçambicano experimentou uma crise de produção. As duas características da crise rural, que ainda persiste, são:

1. Em primeiro lugar, a redução das receitas monetárias pa-

ra adquirir meios de produção. Foi bem documentado em "Black Gold", um estudo detalhado do sistema do trabalho migratório no Sul de Moçambique, que durante um extenso período os homens contribuíram para a agricultura camponesa através do envio de salários, providenciando e renovando os meios de produção<sup>6</sup>. Os salários das minas não se limitavam a constituir um suplemento do rendimento da agricultura, mas também financiavam a aquisição de implementos agrícolas tais como charruas, enxadas, bombas de água e moagens, assim como gado. Na região meridional de Moçambique a reprodução da produção agrícola camponesa passou a estar dependente do trabalho migratório assalariado nas minas sul-africanas. A restrição abrupta do trabalho migratório em 1977 originou uma rápida quebra dos níveis de subsistência das famílias camponesas, por exemplo na Província de Gaza, através da limitação do seu acesso financeiro e físico a bens de consumo e insumos agrícolas.

2. Em segundo lugar, o colapso do abastecimento rural e das redes de comercialização. O governo não tem sido capaz de organizar uma alternativa à rede de comercialização colonial portuguesa. No princípio da década de 1980 desenvolveu-se um círculo vicioso no qual a falta de mercadorias para os camponeses adquirirem agiu como desincentivo à produção, por parte deles, de um excedente comercializável, e a falta desse excedente significou por seu turno que Moçambique se tornou incapaz de alimentar as suas cidades e de exportar produtos suficientes de forma a ser capaz de importar do exterior bens como enxadas ou roupa, que não pode ainda produzir internamente.

#### **b) Política Agrícola de Moçambique, 1975-1983**

A resposta imediata do governo da Frelimo em relação à crise rural consistiu na criação de novas formas de produção colectiva. As propriedades e plantações abandonadas pelos colonos foram nacionalizadas e transformadas em machambas estatais e, em menor grau, em cooperativas. Só a partir do III Congresso, realizado em 1977, é que a Frelimo articulou claramente a sua estratégia de desenvolvimento rural.

No Congresso, a Frelimo deu grande proeminência retórica à agricultura como base da estratégia de desenvolvimento de Moçambique, reafirmando que a transformação da sociedade rural se deveria realizar por meio da organização dos camponeses dispersos em aldeias comunais, assim como da reestruturação das suas actividades produtivas segundo moldes colec-

tivos, através de cooperativas e machambas estatais. Foi ainda concedida uma clara prioridade às machambas estatais. Deixou-se desenvolver e alargar o sector das machambas estatais recorrendo à tecnologia avançada para normalizar e aumentar o abastecimento alimentar às cidades o mais depressa possível, assim como para providenciar culturas para exportação geradoras de divisas.

Entre 1977 e 1983, a política do governo da Frelimo consistiu em colocar a maior parte do investimento agrícola no sector das machambas estatais, deixando as cooperativas e a agricultura camponesa evoluir com base nos seus próprios recursos endógenos. Apesar das críticas surgidas logo nos inícios de 1978, segundo as quais se estava a investir demasiadamente nas machambas estatais, o Comité Central informou, em 1983, que entre 1977 e 1981 apenas 2% do investimento na agricultura tinha sido orientado para o sector cooperativo, enquanto que "na prática, o apoio ao sector familiar foi virtualmente inexistente, particularmente em termos de factores de produção"<sup>7</sup>. Por volta de 1982, só 37.000 pessoas eram referidas como membros de cooperativas agrícolas, embora nas aldeias comunais vivessem 1.800.000 pessoas<sup>8</sup>. O sector privado tinha "reduzido o volume da sua produção comercializada. Os mecanismos económicos e financeiros que [levariam] este sector a aumentar o seu grau de participação na produção agrícola ainda não tinham sido implementados"<sup>9</sup>.

O negligenciamento do sector familiar camponês foi provavelmente o aspecto mais prejudicial da política agrícola. Houve uma falta total de apoio aos agricultores e os canais privados encerraram-se com o êxodo dos colonos. Surgiram sérios problemas no encorajamento da comercialização da produção camponesa devido, em parte, à política de preços. Os preços, fixados demasiadamente baixos, agiram como desmobilizadores da produção para o mercado oficial e alimentaram o crescimento de circuitos paralelos. A política de preços foi também, por vezes, irregular. Talvez o maior problema tenha sido a falta de bens de consumo e produção que os camponeses pudessem adquirir a dinheiro nas cantinas rurais. Não se tratava simplesmente de uma questão de abastecimento mas também de qualidade, na medida em que muitos camponeses não estavam satisfeitos com as enxadas e charruas disponíveis, fabricadas em Moçambique. Em geral, foi dada insuficiente atenção a mercadorias, quer de produção doméstica quer de importação, de que os camponeses necessitavam para a agricultura e pelas quais estavam dispostos a comercializar os seus excedentes.



No IV Congresso, realizado em 1983, a Frelimo respondeu à crise da produção agrícola. Criticou a anterior concentração da assistência à agricultura no sector das machambas estatais e apelou para um maior apoio à agricultura familiar e ao sector privado:

A luta contra a fome constitui a característica essencial das linhas gerais do desenvolvimento a curto e médio prazos... O sector familiar no campo e as unidades de produção nas Zonas Verdes [em redor das cidades] requerem prioridade imediata. São sectores que permitirão, a curto prazo, solucionar os problemas actuais de abastecimento alimentar. O sector privado deverá ser encorajado e apoiado, na medida em que assegure as nossas metas de desenvolvimento.

Este objectivo geral de aumento da produção deverá guiar os esforços a realizar em todas as áreas<sup>10</sup>.

Subsequentemente, a afirmação, por parte do Partido, da necessidade de se dar uma importância cada vez maior à transformação do sector camponês incidiu mais no desenvolvimento da agricultura familiar e privada, como meio de aumentar a produção a curto prazo, do que no desenvolvimento do sector cooperativo. Poderia parecer que a questão da revitalização da luta pela cooperativização tem sido ultrapassada pela consideração de como melhor estimular a produção, a curto prazo, numa economia em crise. Se as questões da guerra e da seca não se colocassem e a produção não fosse uma prioridade imediata, então a organização cooperativa talvez fosse possível. De momento não é.

Desde 1983 que os esforços governamentais têm sido dirigidos para o aumento da produção por parte dos agricultores camponeses de pequena escala, através da disponibilização crescente de bens de consumo assim como do estabelecimento de serviços de extensão para melhorar a tecnologia agrícola<sup>11</sup>. Considerando que o campesinato constitui cerca de 85% da população e que produz cerca de 70% da produção agrícola total, a necessidade de assistir este sector não pode ser posta em dúvida. O facto de em muitos casos os beneficiários da redistribuição das terras das machambas estatais serem os camponeses mais abastados e bem estabelecidos causa alguma apreensão. No Chokwé, o termo "sector camponês" é entendido como incluindo os camponeses com pelo menos dois hectares de terra no sistema de regadio do SIREMO (Sistema de Regadio Eduardo Mondlane). Ele não toma em consideração os hectares acumulados por uma mesma família, embora seja vulgar mais do que um membro da mesma família ter recebido terra. Em muitos casos uma família cultiva, de facto, quatro ou cinco hectares no sistema de regadio. O número e o ta

manho das machambas de sequeiro, os meios de produção tais como bois de tracção e charruas assim como a força de trabalho disponível por família camponesa, não são considerados factores relevantes. O problema no desenvolvimento de uma estratégia de apoio ao sector familiar é que este termo é, em si, ambíguo, mascarando as diferenças de classe que existem no seio do campesinato.

### **III. DESENVOLVIMENTO RURAL NO SISTEMA DE REGADIO DO CHOKWÉ**

#### **a) Caracterização física**

Segundo o censo geral da população de 1980, o Distrito do Limpopo, incluindo a cidade do Chokwé, tem uma área de 2.706 km<sup>2</sup> e uma população de 117.128 habitantes<sup>12</sup>. É um dos dez distritos da província meridional moçambicana de Gaza. A maioria das 23.657 famílias do distrito está envolvida na agricultura, das quais 14.000 têm pequenas propriedades no sistema de regadio, como se pode ver no Mapa 1.

O sistema de regadio do Chokwé é o maior do país, com um total de 25.000 hectares irrigados. Outros 2.000 hectares do sistema não estão a ser utilizados devido a problemas de salinidade. Fora da jurisdição do SIREMO existe uma área de cerca de 4.000 hectares irrigados por meio de bombas de água, directamente do rio Limpopo para Macarretane, Matuba e para a bolsa de Chilembene. O SIREMO é a empresa estatal de serviços responsável pela gestão e manutenção de todo o sistema de regadio.

Embora a terra do vale seja fértil, a pluviosidade é muito irregular em tempo e quantidades, de ano para ano. Os solos férteis resultam das cheias recorrentes que caracterizam o rio Limpopo.

#### **b) O Chokwé durante o período colonial**

Desde a sua instalação, nos inícios da década de 1950, que o sistema de regadio do Chokwé tem sido considerado como crucial para o abastecimento alimentar da região meridional de Moçambique. Durante a época colonial a Província de Gaza, particularmente o complexo do vale do Limpopo, constituía o celeiro do país, produzindo cerca de metade da cultura nacional de arroz, assim como trigo, vegetais e fruta. O Chokwé tem sido palco de experimentação de diversas estratégias de desenvolvimento diferenciadas, em grande medida a expensas do campesinato.



Com o estabelecimento do Colonato do Limpopo em 1954, o governo colonial expropriou as terras do vale fértil aos camponeses locais e concedeu-as aos colonos portugueses recém-chegados. Inicialmente foram expulsas da área aproximadamente 2.000 famílias moçambicanas para se criar espaço para os primeiros colonos portugueses<sup>13</sup>. À medida que o colonato cresceu e foram sendo integradas novas áreas, o processo de expulsão também avançou. So um pequeno número de camponeses moçambicanos assimilados (moçambicanos que liam e escreviam a língua portuguesa e haviam assimilado a cultura portuguesa) tiveram permissão para cultivar dois hectares cada um em terras de qualidade inferior no interior do sistema, numa base probatória. Eles não se candidavam — e eram mesmo excluídos — aos serviços de assistência que estavam à disposição dos agricultores portugueses. Em 1959 a política colonial mudou, permitindo que um pequeno número de assimilados entrasse para o colonato, com direitos e deveres idênticos aos dos colonos portugueses. Eles recebiam habitação, mobiliário, implementos agrícolas e, em alguns casos, bois e pequenos animais de criação, assim como empréstimos financeiros. Na década de setenta o número de colonos moçambicanos havia aumentado consideravelmente e constituía aproximadamente um terço dos 1.500 colonos do colonato<sup>14</sup>. Todavia, a maioria dos camponeses moçambicanos permaneceu numa base probatória. Em 1974 o número de camponeses moçambicanos "probatórios" totalizava 2.584<sup>15</sup>. As autoridades do colonato aceitaram um número crescente de camponeses moçambicanos em base probatória mas não lhes permitiram que entrassem para o colonato como colonos de pleno direito, dado que isso poria em perigo a componente da colonização portuguesa branca do projecto.

A produção de arroz levada a cabo pelos colonos portugueses no Chokwé foi administrada de perto pelo Estado colonial. Este controlava cuidadosamente e/ou supervisava a construção e manutenção dos canais de drenagem e irrigação; os trabalhos sazonais de lavra, sementeira, cultivo e colheita; a rotação das culturas; o abastecimento em factores de produção (sementes, insecticidas, aluguer de tractores, bois, serviços de extensão veterinária e agronómica); e a comercialização do arroz. Pelo contrário, o governo colonial fornecia escassa assistência aos agricultores moçambicanos, se se exceptuarem os muito poucos assimilados. Não existiam implementos agrícolas mecanizados no sector camponês e o uso de insumos agrícolas melhorados era irrisório.

O desenvolvimento da agricultura camponesa no Chokwé, assim como em todo o Sul de Moçambique, tem estado dependente do trabalho migratório para a África do Sul desde a viragem do século. Por volta da década de quarenta, uma média de 20% da população masculina economicamente activa da Província de Gaza encontrava-se no exterior, prestando trabalho assalariado na África do Sul<sup>16</sup>. O trabalho migratório para as minas da África do Sul alterou profundamente a divisão do trabalho entre homens e mulheres na agricultura camponesa, absorvendo a força de trabalho masculina e, na maioria das instâncias, empobrecendo a agricultura camponesa. Normalmente os homens eram contratados para as minas por períodos de 12 a 18 meses. Assim, tornava-se claramente impossível integrar esta força de trabalho no ciclo agrícola da família camponesa. A impossibilidade de participação de grande parte da força de trabalho no ciclo produtivo agrícola implicou que a agricultura familiar se tornasse essencialmente num trabalho feminino.

Por um largo período a reprodução da produção agrícola camponesa tornou-se dependente do trabalho migratório assalariado. O salário não se tornou apenas num meio suplementar da receita da agricultura, mas também numa fonte para o financiamento da compra de equipamento agrícola tal como charruas e gado. Para o campesinato pobre os rendimentos do trabalho assalariado garantiam a satisfação das necessidades quotidianas de subsistência. Para o campesinato médio, os proventos do trabalho migratório eram acumulados e transformados em capital produtivo.

### c) Chokwé, 1975-1983

Na altura da Independência, milhares de camponeses moçambicanos entraram para o colonato a título probatório, substituindo os colonos portugueses que estavam de partida. De 2.600 nos finais de 1974, o número de camponeses aumentou para 3.175 em 1975, e daí para, aproximadamente, 6.000 em 1976. Por essa altura outros 10.000 camponeses estavam em processo de pedir propriedades no sistema de regadio do Chokwé<sup>17</sup>.

Em 1977 ocorreram cheias no rio Limpopo e extensas áreas do vale ficaram inundadas. Perderam-se culturas e gado e sistemas de irrigação ficaram destruídos. O governo evacuou a população ameaçada das áreas inundadas, colocando-a em novas aldeias comunais estabelecidas em terras altas. Essas aldeias revelaram-se mal planeadas, na medida em que não ti-

nham garantidos abastecimentos de água suficientes para satisfazer as necessidades da agricultura e das famílias pois eram grandes as distâncias a percorrer entre as residências e os campos agrícolas familiares ou colectivos; em que a possibilidade de posterior expansão da produção era limitada; e em que, nalguns casos, não existiam vias de acesso.

Subsequentemente, o governo proibiu que os camponeses que cultivavam no vale do Limpopo regressassem às suas terras. A maior parte da área irrigável foi incorporada numa machamba estatal (92%) — o CAIL (Complexo Agro-Industrial do Limpopo) — e a restante (8%) foi concedida a cooperativas<sup>18</sup>. Tanto a machamba estatal como as cooperativas produziam arroz, seguindo no essencial o padrão colonial de monocultura.

De 1977 a 1983 as estratégias de sobrevivência da propriedade familiar limitaram-se ao trabalho assalariado, nas machambas estatais, a participação nas cooperativas de produção agrícola, combinados ou não com a agricultura familiar nas zonas de sequeiro. Poucos camponeses dependiam apenas da agricultura familiar das zonas de sequeiro, onde os solos arenosos não retêm a água. Com a redução ou restrição da entrada dos mineiros moçambicanos imposta pela África do Sul nos inícios de 1977, os homens procuraram emprego nas machambas estatais ou na cidade de Maputo. A mão-de-obra feminina nas machambas estatais limitava-se aos períodos sazonais de pontuais como a monda ou a colheita, altura em que as mulheres eram contratadas temporariamente como trabalhadoras eventuais não qualificadas. A machamba estatal do CAIL, assolada por problemas relacionados principalmente com as limitadas capacidades técnicas e organizativas do novo aparelho de Estado, não foi capaz de garantir a subsistência e a reprodução dos trabalhadores e suas famílias, devido a três razões principais:

1. Dado que o CAIL praticava a monocultura do arroz, ele requeria apenas força de trabalho sazonal, o que significa que o emprego na machamba estatal não fornecia as famílias camponesas das aldeias comunais que nela trabalhavam um rendimento regular. O trabalho sazonal — tal como durante o período colonial — implicava que a subsistência familiar tinha que depender não apenas do salário mas também da venda de culturas de mercado, assim como da produção para auto-consumo. As famílias camponesas ainda precisavam de se apoiar na sua própria produção agrícola. Esta situação está, em parte, na origem da escassez crónica de mão-de-obra que afecta o CAIL e todo o sector estatal em geral, particularmente nos

períodos cruciais da estação agrícola.

2. Escassez de bens de consumo básicos no campo. Do ponto de vista do campesinato não há muito incentivo à venda da força de trabalho se não houver nada para comprar com os salários recebidos. Além disso, se não se puder comprar comida durante todo o ano, a força de trabalho bem paga das machambas estatais não poderá assegurar a reprodução da família camponesa. As machambas estatais, incluindo o CAIL, procuraram resolver este problema através do estabelecimento de cantinas especiais para os seus trabalhadores. Todavia, devido às limitadas quantidades de alimentos e de bens de consumo disponíveis nessas cantinas, o valor dessa medida como promotora da formação de uma força de trabalho estável foi muito relativo.

3. Os salários recebidos pelos trabalhadores na machamba estatal não permitiam que eles adquirissem os bens de consumo básicos de que necessitavam, não porque os salários fossem baixos mas porque esses bens de consumo cada vez mais só estavam disponíveis a preços especulativos no mercado paralelo.

Em alguns casos os camponeses, principalmente as mulheres, integraram-se em cooperativas. A participação cooperativa foi irregular devido a problemas de gestão e organização do trabalho. Desde o início que todas as cooperativas se debateram com problemas técnicos e organizativos básicos, relacionados com o analfabetismo, a inexperiência e a falta de conhecimentos técnicos dos camponeses membros, assim como com a falta de insumos e de assistência técnica por parte do Estado. A consolidação e o desenvolvimento iniciais do desenvolvimento cooperativo no Chokwé foram impedidos por sérias deficiências de planeamento, administração e crédito, aliadas à falta de assistência por parte do Estado.

Entre 1977 e 1980 as famílias camponesas que tinham propriedades nas terras de sequeiro cultivavam milho, mandioca, amendoim e feijão, assim como algumas hortícolas. Embora a maior parte da produção se destinasse ao auto-consumo, ocasionalmente era vendida uma pequena parte dessa produção à população local. Desde 1980, com o início da seca na Província de Gaza, que persistiu até 1987, os agricultores camponeses do vale do Limpopo que ainda podiam produzir nas suas terras de sequeiro não as deixavam repousar. Ignoravam a necessidade que a terra tem de descansar, pressionados pela falta de espaço e pela seca. Essas terras de sequeiro são tão localizadas nos limites do sistema de regadio e perto do mar.

Nos finais de 1982 tornou-se cada vez mais evidente para o governo que a sua estratégia assente nas machambas estatais não estava a ter os efeitos económicos pretendidos. Gestão excessivamente centralizada, conhecimentos técnicos e administrativos inadequados, má utilização da maquinaria, má gestão de "stocks", inexperiência e apoio infra-estrutural insuficiente, tais eram algumas das razões apontadas para explicar o fraco desempenho do sector estatal. No caso do CAIL, factores sócio-económicos e políticos desempenharam um papel significativo, associados aos constrangimentos técnicos. Os camponeses não estavam preparados para serem trabalhadores agrícolas na machamba estatal — que eles tinham originalmente ocupado e donde tinham sido expulsos, primeiro pelo governo colonial e mais tarde pelo governo actual — em troca dos baixos salários, que pouco valor tinham uma vez que não havia bens de consumo para adquirir nas cantinas rurais.

Seguindo as decisões tomadas pelo IV Congresso, a Secretaria de Estado da Reconstrução do Vale do Limpopo e Incomati (SERLI), incluindo a machamba estatal do CAIL, foi desmantelada e, no seu lugar, foram estabelecidas algumas machambas estatais de menores dimensões. Além disso foi distribuída uma quantidade substancial de terra das machambas estatais, a ser usada pelos sectores familiar e privado.

#### d) Redistribuição da terra no Chokwé

Em 1983 foi estabelecida na cidade do Chokwé uma direcção agrária, o GDCEAC — Gabinete de Direcção e Coordenação das Empresas Agrárias do Chokwé. Esta direcção é o centro de administração, planeamento e coordenação dos quatro sectores agrários — estatal, privado, familiar e cooperativo. Na zona de influência do GDCEAC-Chokwé foram distribuídos mais de 26.000 hectares de terra de regadio entre estes sectores, como se pode ver no Quadro 1.

Cerca de 436 agricultores privados ocupavam 4.600 ha com grande variação de tamanho de propriedades, indo dos 4 aos 200 ha. De acordo com um estudo sobre os agricultores privados do Chokwé efectuado em 1986, o número de hectares médio é de 8.48 por indivíduo só na terra irrigada<sup>19</sup>. Tal como os camponeses, os agricultores privados são obrigados a cumprir com o calendário agrícola imposto no sistema de regadio. Além disso os agricultores privados têm contratos individuais com o governo, especificando que culturas devem desenvolver e que rendimentos podem ser obtidos. Do total da



Quadro 1  
TERRA OCUPADA POR SECTORES  
SISTEMA DE REGADIO DO CHOKWÉ

SECTORES	1985 UNIDADES	HA	%	1987 UNIDADES	HA	%
Estatai	10	11.000	45.8	7 <sup>a</sup>	8.500	32
LOMACO <sup>b</sup>	—	—	—	3	2.500	9
Familiar	12.000	9.000	37.5	14.371	9.650	36
Privado	300	2.500	10.4	436	4.600	17
Cooperativo	14	1.500	6.3	14 <sup>c</sup>	1.500	6
TOTAL		24.000	100.0		26.750	100.0

fonte: GDCEAC, Chokwé, Agosto de 1987

<sup>a</sup>As sete machambas estatais localizam-se em Lionde, Massavasse, Conhane, Nwachicoloane, Mapapa, Hokwe e Chilembene.

<sup>b</sup>A LOMACO é uma empresa mista do governo moçambicano e da LONRHO, de capital internacional privado. Ficou com o território anteriormente controlado por três empresas estatais em Chilembene: Hortil, Matuba e Macarretane.

<sup>c</sup>Em 1987 havia um total de 2.583 membros de cooperativas.

produção, uma percentagem fixa é vendida ao Estado. Ela varia, segundo a área de cada agricultor privado, desde 40% para 4 ha até 95% para 150-200 ha<sup>20</sup>. No contexto da opção da Frelimo pelo desenvolvimento socialista da agricultura, a política governamental de distribuição de terras e determinação da percentagem de culturas a serem vendidas ao Estado é, a longo prazo, um mecanismo positivo de controlo sobre os grandes agricultores privados. Embora os agricultores privados cultivem em grande medida para o Estado, eles ainda podem comercializar, por si próprios, quantidades significativas da sua produção e obter grandes lucros com a venda de hortícolas, que é feita no mercado livre.

Os agricultores privados foram seleccionados de acordo com diversos critérios: capacidade agrícola, experiência e propriedade sobre meios de produção (animais de tracção, charruas, tractores, bombas de água). Foram também considerados os camponeses que tinham sido colonos ou estavam em período probatório no colonato. Além disso também receberam terras alguns agricultores portugueses que permaneceram no local após a Independência. Em 1980 havia um total de 34 agricultores privados com um total de 215 ha de área irrigada. Por volta de 1986 esse número crescera substancialmente, com 435 agricultores privados dos quais 391 (89.68%) moçambicanos e 45 (10.32%) estrangeiros<sup>21</sup>. Comparativamente aos

outros sectores, o sector privado foi o que sofreu um aumento mais significativo, de 2.500 ha em 1985 para 4.600 ha em 1986, de cerca de 84%, portanto. Parte da nova área é composta por terras de antigas machambas estatais dentro do sistema de regadio, e outra parte é território novo de fora do sistema do SIREMO, tornado irrigável através da utilização de tubagens para água, bombas e outro equipamento hidráulico financiado pela USAID e outros doadores externos. Não existem registos sistemáticos actualizados sobre os agricultores privados, as dimensões das suas terras, meios de produção, força de trabalho e insumos. É impossível determinar se alguns agricultores privados estão a alargar as suas terras substancialmente ou se está a aumentar o número total de agricultores privados. Segundo o chefe do sector privado no GDCEAC, ambos os factores influenciaram o aumento de terra cultivada durante este período.

Desde 1984 que os Estados Unidos têm contribuído com uma pequena quantidade de ajuda seleccionada para o sector agrícola privado, especialmente nas províncias de Maputo e Gaza. A assistência dos EUA aos agricultores privados somava um total de 44.73 milhões de dólares americanos nos inícios de 1987<sup>22</sup>. Esta ajuda consiste em equipamento como tractores, camiões e combustível, assim como outros materiais. Doadores como os Estados Unidos usam frequentemente a ajuda que prestam para tentar pressionar alterações políticas. Neste caso, as prioridades políticas impostas do exterior reforçarão o processo de diferenciação no seio do campesinato através do apoio aos agricultores privados, os mais capazes de acumular.

Entre 1985 e 1986 houve mais redistribuição e expansão de terras de regadio. O sector estatal reduziu a sua área de 11.000 para 8.500 ha, tendo a diferença de 2.500 ha revertido para a LOMACO, uma empresa mista estatal e de capital privado estrangeiro. Em parte, esta redução da terra do sector estatal reflecte a política governamental mas é também, por outro lado, resultante do decréscimo da assistência externa oriunda dos países socialistas. É preocupante o facto do apoio externo incidir em primeiro lugar sobre o sector privado (USAID) e, em segundo lugar, sobre o sector camponês (países nórdicos), enquanto que o sector estatal — ainda essencial para a estratégia moçambicana de desenvolvimento agrícola — não tem apoio externo significativo. Embora a incidência da política de Moçambique tenha derivado do sector estatal com a atribuição de maiores recursos aos sectores familiar e privado, o governo está a ser forçado a fazer con-

cessões políticas devido à crise económica agravada pela agressão sul-africana.

Entre 1985 e 1987 o sector familiar cresceu de 9.000 ha para 9.650 ha, ou seja 7%. Por volta de 1986, mais de 14.000 camponeses tinham recebido entre 0.5 e 1 ha cada um dentro do sistema de regadio. Os países nórdicos forneceram a maior parte da assistência externa ao sector camponês, na forma de serviços de extensão e fornecimento de insumos agrícolas. Voltaremos a este aspecto mais adiante.

Em 1983 o sector cooperativo foi significativamente reduzido de cerca de 3.200 para 2.500 ha<sup>23</sup>. Desde então tem mantido a mesma área. Porém, dos 2.500 ha só 1.500 são cultivados colectivamente. Os restantes 1.000 ha são emprestados a membros das cooperativas que cultivam individualmente pequenos lotes. Esta terra é administrada pelo departamento de cooperativas do GDCEAC, embora na prática seja usada para a agricultura familiar. Segundo o presidente das cooperativas agrárias do Chokwe, cada membro de cooperativa recebe entre 0.4 e 0.5 ha para cultivar individualmente — com o apoio dos recursos e insumos da cooperativa — como incentivo para trabalhar na machamba colectiva. Esta política foi iniciada em 1979, seguindo-se à decisão de acabar com os salários mensais antecipados aos membros das cooperativas. Inicialmente, quando as cooperativas se estabeleceram no Chokwé, a banca emprestou-lhes largas somas de dinheiro para que elas pagassem aos seus membros salários mensais antecipados por conta da sua produção agrícola. Este pagamento mensal era considerado um incentivo adicional à participação no trabalho colectivo. Todavia, na maioria dos casos os resultados da produção não cobriram os salários e os custos de produção<sup>24</sup>.

Com a redistribuição da terra, a produção de arroz para o mercado, no sistema de regadio, aumentou substancialmente: 12.000 toneladas em 1982/3; 16.000 toneladas em 1983/84; 28.000 toneladas em 1984/85; 42.000 toneladas em 1985/86; e uma estimativa de 50.000 toneladas para 1986/87<sup>25</sup>. Segundo João Mosca, director do GDCEAC, existem três razões principais para explicar o aumento da produção:

O desmantelamento do CAIL teve consequências dramáticas. Em primeiro lugar o numero de machambas estatais reduziu-se e foram estabelecidas machambas menores. O sistema de gestão modificou-se para melhor. Com a área reduzida, o Estado tornou-se capaz de fornecer recursos adequados, tanto técnicos como materiais. A capacidade para controlar e dirigir as machambas estatais também melhorou. Em segundo lugar, a distribuição de pequenas áreas irrigadas pelos camponeses originou crescimentos graduais de rendimentos. O rendimento do sector familiar, com uma média de 30 to

neladas/hectare é melhor que os rendimentos médios conseguidos pelo CAIL, que variavam entre 1.9 e 2.5 toneladas/hectare. Nos sete anos da sua história só num ano o CAIL conseguiu produzir 2.7 toneladas/hectare. Um terceiro factor tem sido a distribuição de terras por agricultores privados. Na generalidade, a política de redistribuição de terras levada a cabo pelo Estado criou uma nova atitude entre todos os produtores agrícolas. Introduziu-se uma nova dinâmica que tem sido acompanhada por recursos e abastecimentos em sementes, fertilizantes e herbicidas, que chegam mais ou menos na altura adequada<sup>26</sup>.

#### e) Apoio ao sector camponês

No GDCEAC foi criado um departamento para apoiar e gerir especificamente o sector familiar camponês na zona do Chokwé. Neste departamento do sector familiar trabalham aproximadamente 150 pessoas entre especialistas estrangeiros, técnicos nacionais e trabalhadores extensionistas. O departamento também recebeu a incumbência de coordenar os projectos dirigidos para o sector e financiados pela ajuda externa. Actualmente existem três projectos de apoio ao sector familiar no Chokwé: o Projecto 7 do MONAP e os projectos Francês e da Federação Luterana Mundial. Prevvia-se um projecto financiado pela FAO no início de 1988. Os dois objectivos principais destes projectos consistem em fornecer serviços de extensão (limitados à formação e treino) e insumos agrícolas.

Todavia, até agora tem sido mínimo o impacto destes projectos na agricultura camponesa, devido a um certo número de problemas técnicos e organizacionais:

1. Esses projectos, tais como outros projectos dirigidos aos camponeses, financiados por doadores noutros países da África tropical, dependem principalmente da importação de bens de produção (sementes, fertilizantes, charruas, enxadas e foices) e de consumo (motorizadas, bicicletas, botas de borracha), que chegam meses ou anos após o início oficial dos projectos. Para piorar as coisas o equipamento e viaturas chegam usualmente sem peças sobressalentes, de forma que quando avariam são postos definitivamente fora de circulação. Os projectos do Chokwé aumentaram as exigências de importação e sobrecarregaram as já deficientes estruturas administrativas e os sistemas de distribuição. Dado que constitui já problema sério a falta de eficiência desses sistemas, a perspectiva baseada em projectos está a ter sérias consequências.
2. Frequentemente, entre esses projectos prevalece um espírito de competição e não de interesse genuíno no desenvolvimento. Durante a época agrícola de 1986/87, os projectos competiram entre si pela obtenção de zonas rurais assim como pe

lo recrutamento de técnicos agrários nacionais preparados.

3. Os projectos foram concebidos e implementados por funcionários administrativos — estrangeiros e nacionais — sem formação ou conhecimento técnico sobre as condições rurais específicas de Moçambique. No caso do Projecto 7 do MONAP, incidiu-se sobre as questões organizacionais e administrativas a nível central, em detrimento do trabalho no campo. Consequentemente, o Chokwé ficou sem assistência técnica e sem directivas <sup>27</sup>.

4. Tem sido lento o processo de realização de cursos de formação e prática para camponeses, devido à escassez de pessoal preparado. O recrutamento de especialistas estrangeiros em agricultura tem constituído um problema devido, em grande parte, à situação de guerra que torna difícil trabalhar no campo. O Projecto 7 do MONAP, por exemplo, há mais de dois anos e meio que funciona no Chokwé, mas ainda não montou cursos básicos sobre gestão da água e sistemas de drenagem dirigidos aos camponeses porque ainda não conseguiu contratar um especialista estrangeiro. Só a partir de meados de 1987 é que o projecto do Chokwé tem estado a operar com dois expatriados especializados respectivamente em gado e agricultura, e em irrigação.

5. A maior parte dos agentes extensionistas ligados aos projectos é constituída por antigos trabalhadores das machambas estatais que foram transferidos para o sector familiar quando o CAIL foi desmantelado. Eles têm experiência prática sobre o cultivo do arroz mas muito poucos — se é que há algum — têm formação técnica formal sobre produção agrícola em regadios. Nos finais de 1987 os projectos ainda não tinham prestado a devida atenção à formação do seu próprio pessoal nem à elaboração de um método apropriado de apoio às actividades de extensão no campo. Actualmente os agentes extensionistas limitam-se principalmente às tarefas administrativas, que executam deficientemente devido sobretudo à falta de experiência e de conhecimentos de organização e planeamento. Dadas as limitações da sua formação, os agentes extensionistas preferem trabalhar com camponeses médios que possuem ou têm acesso a meios de produção, que mostram iniciativa e que, portanto, são mais fáceis de assistir. Além disso tem prevalecido um preconceito sexual entre o pessoal de extensão. A maior parte dos agentes extensionistas são homens e estes preferem contactar com agricultores masculinos os quais, com a auto-confiança e conhecimentos organizativos obtidos da experiência no trabalho assalariado e da maior exposição ao sistema de educação oficial, estão melhor preparados para tirar proveito dos serviços de extensão.

#### IV. A AGRICULTURA CAMPONESA EM LIONDE, CHOKWÉ

A maior parte da pesquisa para a elaboração deste estudo foi levada a cabo em Lionde, uma das quinze aldeias do sistema de regadio do Chokwé, localizada a cerca de 8 km da cidade do Chokwé. Em 1986 Lionde era composta por cinco bairros e tinha uma população de aproximadamente 8.500 habitantes ou 1.776 famílias<sup>28</sup>. Segundo os dados do censo de 1980, a maioria da população activa da Província de Gaza, incluindo Lionde, realiza actividades agrárias, ou seja cerca de 83% e 70%, respectivamente.

Um inquérito realizado em 1986 ao sector familiar de Lionde, abrangendo 500 camponeses do sistema de regadio (aproximadamente 17% do total da população camponesa com terra de regadio), mostra que menos de metade cultivava em terras de sequeiro. Desses 213 camponeses que cultivavam em terras de sequeiro, aproximadamente 50% tinham menos de um hectare<sup>29</sup>. Desde a época agrícola de 1983/84 que os camponeses de Lionde, tal como a maioria dos agricultores da zona do Chokwé, têm tido pouca ou nenhuma produção agrícola nessas propriedades de sequeiro. Com essas terras de sequeiro fora de produção aumentou a importância do acesso a propriedades no sistema de regadio.

A seca influi directamente na diferenciação no seio dos camponeses, separando aqueles que têm acesso a terras de regadio daqueles que cultivam apenas propriedades de sequeiro. Um dos resultados da severidade da prolongada seca é o aumento do número de camponeses que cultivam na chamada "zona morte", ou seja, zonas piratas irrigadas fora da jurisdição do SIREMO. Os camponeses pirateiam frequentemente a água do sistema de regadio recorrendo a todos os meios de água que ligam a um canal secundário.

Durante os últimos quatro anos o governo redistribuiu gradualmente terras das machambas estatais pelo sector familiar. Em Novembro de 1986 um total de 1.592 ha tinham sido distribuídos por 2.900 camponeses em Lionde, dando uma média de 0.5 ha por indivíduo. Segundo o presidente do Conselho Executivo de Lionde existem aproximadamente 440 pessoas — algumas das quais trabalhadoras das machambas estatais — que ainda estão à espera de receber terras<sup>30</sup>. Outros integrantes da lista de espera são pessoas deslocadas de outras zonas, que abandonaram as suas casas devido à seca e/ou guerra.

O processo de distribuição foi dirigido e coordenado por funcionários do partido e do governo em Lionde, em colaboração com secretários de bairro. Eles organizaram reuniões

com a população em cada um dos bairros para discutir e escolher quem receberia lotes de terra no sistema de regadio. Funcionários agrícolas e do partido no Chokwé explicaram que os camponeses que receberam terras foram escolhidos de acordo com prioridades estabelecidas aos níveis nacional e local:

1ª Prioridade: "Camponeses puros", ou seja, camponeses que vivem exclusivamente da agricultura;

2ª Prioridade: "Naturais", ou seja, os residentes nascidos na região, com ou sem outras actividades económicas;

3ª Prioridade: Residentes nascidos noutras áreas mas que querem trabalhar a terra e possuem os meios de produção para o fazer;

4ª Prioridade: Trabalhadores das machambas estatais. O objetivo é dar terra a estes trabalhadores para impedir que eles abandonem completamente as machambas estatais dedicando-se a actividades económicas individuais. Por outras palavras, pretende-se estabilizar uma força de trabalho permanente nas machambas estatais.

Os camponeses ainda não receberam títulos de propriedade relativos aos lotes que lhes foram atribuídos no sistema de regadio. Teoricamente, se um lote não é cultivado pode ser atribuído a outra pessoa que tenha capacidade para o fazer. Esta decisão é tomada conjuntamente pelo sector familiar e pelas estruturas políticas locais. Em Lionde, porém, ainda não houve casos em que tal tenha sucedido.

Para além dos critérios oficiais de redistribuição de terras, parece haverem em Lionde outros critérios locais. Alguns dos factores que influenciam essa redistribuição são uma combinação complexa de relações de parentesco, ligações políticas e o estatuto económico e social do indivíduo na comunidade. Segundo o presidente do Conselho Executivo é dada prioridade às viúvas e famílias encabeçadas por mulheres solteiras. Os homens solteiros, pelo contrário, não são considerados candidatos a receber terras<sup>31</sup>. Também são consideradas as famílias que tinham já propriedades no colonato.

A capacidade das famílias camponesas para tirarem partido das pequenas propriedades no sistema de regadio depende principalmente de dois factores: da propriedade ou acesso a meios de produção e de uma força de trabalho organizada. Examinaremos em seguida esses dois factores.

#### a) Os meios de produção: o gado

O gado tem duas funções principais no sistema de regadio do Chokwé:

— Fornece capacidade de tracção e constitui o principal meio de que o sector familiar dispõe para lavrar a terra, assim como para desempenhar outras operações agrícolas, além de ser usado também como meio de transporte; e

— Constitui meio para armazenar o capital obtido no trabalho das minas ou nos anos de boas colheitas, podendo ser vendido nos anos pobres para obter comida ou crédito para outros insumos agrícolas. Isto é particularmente importante numa zona de variação climática como a do Chokwé<sup>32</sup>.

Os solos barrentos, muito comuns por todo o sistema de regadio, são muito pesados e requerem o uso de bois e charruas, e por isso não podem ser cultivados facilmente pelos camponeses que só possuem enxadas. Em algumas zonas é difícil lavrar mesmo com tracção animal. Dada a desesperada situação económica de Moçambique, a mecanização não constitui solução para o sector familiar. Segundo o director do GDCEAC, a estratégia correcta para melhorar a produção agrícola familiar consiste na introdução de tracção animal mais desenvolvida, incluindo charruas melhoradas e bois de tracção de qualidade. Actualmente, contudo, não existem animais de tracção suficientes para lavrar as terras dos camponeses no sistema de regadio.

Embora a Província de Gaza seja aquela que maior população de gado possui em Moçambique, o Quadro 2 mostra que aquele se encontra distribuído de forma desigual entre as fa

Quadro 2  
NÚMERO DE CABEÇAS DE GADO NA CIDADE DO CHOKWÉ E NO DISTRITO DO LIMPOPO  
(1980)

TERRITÓRIO	FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE CABEÇAS QUE POSSUEM							MÉDIA
	TOTAL	0	1-2	3-5	6-10	11-12	21+	
Província de Gaza	196.338 (100%)	150.119 (76%)	12.789 (7%)	12.914 (7%)	9.729 (5%)	6.197 (3%)	4.610 (2%)	9.8
Chokwé	2.402 (100%)	2.103 (88%)	105 (4%)	79 (3%)	60 (2.5%)	34 (1.5%)	21 (1%)	10.3
D.Limpopo	21.255	14.664	1.999	2.018	1.361	755	258	7.7
Lionde	1.908	1.560	126	120	52	32	18	6.1

Fonte: Primeiro Recenseamento Geral da População (Maputo: Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983).



mílias camponesas. Segundo o censo geral de 1980, 76% das propriedades familiares da província não possuem gado. O número é maior em Lionde, onde essa percentagem atinge os 86%. É de notar que os números apresentados no Quadro 2 não têm em consideração os efeitos da severa seca que começou em 1982, assim como a guerra contra a Renamo apoiada pela África do Sul, que recrudesceu após o ano de 1981. Estes dois factores reduziram significativamente o número total de cabeças de gado em Gaza.

Segundo um estudo das pastagens e solos do Chokwé realizado em 1986, entre 61% e 100% (83% em média) dos agricultores do sector familiar usam tracção animal para lavrar, dependendo a variação da zona de cultura<sup>33</sup>. Em Lionde, esse estudo de caso apurou que 86% dos camponeses usavam tracção animal para preparar as suas terras para a produção de milho. A percentagem caía significativamente no caso da produção de arroz porque os camponeses muitas vezes lançam a semente de arroz enquanto o milho ainda está no campo.

A maior parte dos camponeses é forçada a alugar bois de trabalho e charruas. Um estudo efectuado em 1986 sobre os custos de produção do arroz e do milho nos sectores estatal, privado e familiar, estimou que o aluguer de animais de tracção para a lavra custava 12.000 Mt/ha<sup>34</sup>. Durante os períodos em que há grande procura de animais de tracção (Agosto-Outubro e Abril-Julho), os camponeses de Lionde são forçados a pagar preços competitivos que variam entre 6.000 e 8.000 Mt por 0.5 ha. Alguns agricultores pagam em espécie: comida ou pequenas espécies animais. Após a colheita de arroz de 1986/87, por exemplo, os camponeses estavam a pagar 100 kg de arroz sem casca, com um valor de 15.000 MT no mercado paralelo, em troca de 6 dias (4 horas de trabalho por dia) de utilização de tracção animal para lavrar 0.5 ha<sup>35</sup>.

É também comum os camponeses pobres de Lionde pagarem em trabalho. No início da época agrícola o camponês pobre pode alugar os seus serviços a um agricultor que possua bois e charrua, formando uma equipa de produção. Ele trabalhará então a tempo inteiro, lavrando os campos do dono do gado assim como as terras de outros camponeses que alugaram, por sua vez, os animais ao seu proprietário. Em troca o camponês pobre terá a sua própria terra lavrada. Desta maneira ele ganha acesso aos meios de produção<sup>36</sup>. Em alguns casos os camponeses que possuem bois e charruas, mas que não têm terra no regadio, chegam a acordo com os camponeses que têm terras no regadio mas sem meios de produção para as lavrar. Os bois lavram então a terra e as duas famílias partilham os

0.5 ha, cultivando frequentemente duas culturas diferentes. Noutros casos os trabalhadores da machamba estatal, cujos salários fixos de 4.500 MT por mês em 1986 não lhes permitem pagar os preços competitivos pelo aluguer do boi, partilham as suas terras com camponeses que possuem bois e charruas próprios.

O governo local tem mostrado alguma flexibilidade, permitindo diferentes formas de associação entre as famílias camponesas com terras de regadio e as famílias com meios de produção. Todavia, ele não permite que os camponeses arrendem ou emprestem todo o seu lote de terra a outros indivíduos. Da mesma forma, o Estado decidiu não intervir na regulação dos preços de aluguer de bois e charruas. Segundo o director do sector camponês do GDCEAC, a interferência governamental poderia resultar em que menos proprietários de animais de tracção se dispusessem a alugá-los<sup>37</sup>.

A dependência em relação aos animais de tracção para lavar quer as terras de regadio quer as de sequeiro é, assim, muito marcante e qualquer tentativa para aumentar a produtividade agrícola tem que ter isso em conta. Nos últimos anos, com o rápido aumento de terras produtivas disponíveis para o sector familiar, não se tem conseguido satisfazer a procura de bois de tracção. Em Lionde os campos são muitas vezes lavrados demasiadamente tarde e as culturas são semeadas de pois de ter passado a altura própria porque os camponeses tiveram que ficar à espera para alugar bois de tracção e charruas. A escassez de bois de trabalho disponíveis para alugar também significa que as terras preparadas por tracção animal ficam mal lavradas. Os camponeses de Lionde queixam-se frequentemente que os animais de tracção alugados só lavram os seus campos com uma passagem em vez das duas lavras e/ou gradagens necessárias e, em alguns casos, o dono dos bois nunca volta para completàr o trabalho.

A produção de gado no distrito apresenta alguns problemas sérios, como se pode observar pelos animais que morrem de fraqueza junto aos pontos de água, na estação seca, e pela existência de algumas áreas acentuadamente sobre-pastoreadas. Existem também conflitos entre as culturas e a criação de gado, com a destruição daquelas pelo gado e a danificação dos bancos dos canais de irrigação pelos bois que se aproximam para beber. Frequentemente os animais perdem o equilíbrio e afogam-se no canal. Segundo o estudo sobre pastagens atrás mencionado, as causas principais desses problemas são as concentrações excessivas de gado em certas zonas, devido aos seguintes factores:

- Situação de segurança precária nos distritos circundantes, originando a transferência de muito gado para o distrito do Chokwé nos últimos anos;
- Nas zonas sub-populadas, receio de pastorear os animais a grandes distâncias das aldeias devido ao roubo de gado;
- Distribuição desigual das aldeias comunais que, muitas vezes, têm mais gado do que aquele que a área circundante pode suportar; e
- Má distribuição dos pontos onde o gado vai beber, originando que este tenha que percorrer grandes distâncias entre as zonas de pastoreio e aquelas onde bebe, e ainda o curral onde pernoita<sup>38</sup>.

Em Lionde muitos bois são alimentados a forragem de milho, quer existente nos campos após a colheita quer transportada para os currais. Todavia muitos proprietários de gado de Lionde explicaram não terem alugado os seus bois de tracção devido à escassez de alimento. Tal escassez reflecte tanto a falta de acesso à periferia como a baixa produção de milho durante a estação quente, reduzindo a quantidade de forragem disponível para alimentar os animais.

#### b) Força de trabalho

A família é a principal fonte de força de trabalho nas propriedades camponesas de Lionde. Os membros da família mais manifestamente activos nessas propriedades são as mulheres — esposas, mães, filhas, irmãs, sobrinhas ou outros membros femininos da família alargada. Em muitos casos essas mulheres vivem juntas no mesmo tecto familiar. Por exemplo, as noras que vivem com a família do seu marido devem trabalhar longas horas nas terras da família devido a um conjunto de relações afectivas e costumes, de entre os quais o lo bolo ou pagamento do preço da noiva desempenha um importante papel.

Em Lionde os homens são assalariados na sua maioria. Assim, na família o trabalho agrícola dos homens limita-se à lavra dos campos com os animais de tracção, à irrigação e outras tarefas sazonais que se podem conciliar com o trabalho assalariado. As outras aldeias comunais do sistema de regadio têm maior percentagem de homens que trabalham regularmente nas terras familiares porque os homens têm ali maior dificuldade em arranjar emprego. Normalmente essas aldeias comunais só têm uma empresa estatal. Comparativamente, existem seis empresas estatais em Lionde. Esta vila está também próxima da cidade do Chokwé, centro administrativo, comer-

cial e industrial do Distrito, e sede local de muitas empresas estatais — Boror, Agricom, Hortofrutícola, GDCEAC e Mecanagro — que empregam uma grande percentagem de homens de Lionde. Os caminhos de ferro são também um grande empregador.

Com a distribuição de propriedades pelos sectores familiar e privado no Chokwé, tem havido um aumento da utilização do trabalho camponês assalariado nessas áreas. As categorias gerais apresentadas em seguida procuram fornecer um perfil dessa força de trabalho camponesa:

1. Existe um número significativo de famílias camponesas pobres, compostas normalmente por mães solteiras, viúvas e esposas idosas com acesso a terras no regadio, que não conseguem aumentar a produção ou a produtividade devido a duas razões: não têm mão-de-obra suficiente e não têm meios de produção, em particular animais de tracção e charruas, nos períodos críticos da época agrícola. Os seus campos são preparados tardiamente, se é que o chegam a ser, e muitas delas são forçadas a preparar a terra à base da enxada, comprometendo a produção agrícola logo no início da época. Embora um ou alguns membros da família possam trabalhar sazonalmente ou em tempo parcial na economia de assalariamento — normalmente numa machamba estatal — a contribuição monetária para as despesas familiares é muito pequena em relação aos altos custos dos bens de consumo, originados pela implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) de Moçambique, e aos preços especulativos do mercado paralelo<sup>39</sup>.

Essas famílias camponesas pobres não têm reservas alimentares ou dinheiro acumulado para pagar a trabalhadores agrícolas que agora exigem frequentemente comida e/ou outros bens de consumo tais como sabão, açúcar ou óleo alimentar, em troca do seu trabalho. Dada a situação de escassez alimentar provocada pelos efeitos combinados da guerra e da seca, os trabalhadores preferem comida a dinheiro.

Durante a época do arroz de 1986/87, algumas dessas famílias não conseguiram produzir arroz nas suas terras enquanto que outras só conseguiram cultivar menos de 0.25 ha. Em muitos casos os membros da família trabalharam como trabalhadores agrícolas para outros camponeses no regadio, em troca de pagamento em comida e/ou acesso à compra de comida, deixando as suas próprias terras por cultivar. Um número cada vez maior de famílias é "demasiado pobre para cultivar" e só consegue manter-se a cultivar se passar a maior parte do seu tempo em trabalho assalariado.

A quantidade de arroz descascado recebido em troca do trabalho agrícola varia consoante a tarefa: para sachar o ar

roz um indivíduo recebia 6 ou 7 kg por dia de 6 horas de trabalho; 5 ou 6 kg por dia de trabalho para colhêr; e 10 kg por dia de trabalho para debulhar o arroz. Tais eram os preços por dia de trabalho prestado em tarefas agrícolas tanto no sector familiar como no privado, no decorrer da campanha 1986/7. Mas existiam também outros acordos de trabalho: 20 kg de arroz descascado por quatro dias de colheita e debulha do arroz, ou então uma certa quantidade de arroz no final da colheita, normalmente dois ou três sacos, cada um com 75 kg. Diferentemente dos privados, os camponeses combina-vaam sistemas outros de pagamento, pagando muitas vezes a alguns trabalhadores ao dia e a outros à tarefa. Para muitos era difícil pagar aos trabalhadores ao dia durante um período longo.

2. As famílias que dependem somente do trabalho familiar usam normalmente tanto o trabalho dos seus membros próximos como o dos membros afastados. Nos casos em que os membros afastados participam no trabalho durante os períodos críticos — ou seja, a monda e a colheita do arroz — eles são pagos em quantidades de comida, determinadas pelos resultados da produção no final das colheitas. Em Lionde o pagamento variava entre dois e quatro sacos (75 kg cada) por indivíduo.

Um número crescente de famílias usa os membros afastados durante toda a época do arroz. Tais indivíduos são normalmente pessoas deslocadas das suas casas devido à guerra e à seca. Eles tornam-se trabalhadores permanentes das propriedades familiares de Lionde enquanto que os camponeses tentam mascarar as relações de produção identificando-os como membros da "família".

Nas famílias que têm homens a trabalhar na África do Sul o salário do trabalhador migrante desempenha um papel importante no recrutamento sazonal de trabalhadores para a propriedade familiar. Os camponeses explicavam que tais famílias oferecem normalmente sabão e outros bens de consumo adquiridos na África do Sul com as economias dos mineiros, em troca de mão-de-obra para a propriedade familiar durante os períodos de trabalho críticos.

3. Algumas famílias camponesas contratam trabalhadores assalariados (normalmente uma a três pessoas) durante os períodos de trabalho críticos do arroz e, mais raramente, do milho, para além da mão-de-obra familiar. Normalmente essa força de trabalho participa em tempo parcial, trabalhando apenas dois a cinco dias consecutivos. Dado que o pagamento é quase sempre feito em espécie — aproximadamente 6 kg de arroz descascado ou 5 kg de milho por dia e por trabalhador—

essas famílias não conseguem contratar trabalhadores por mais que alguns dias de cada vez. Os trabalhadores agrícolas são normalmente camponeses provenientes da outra margem do rio, o Caniçado, que deixaram as suas terras de sequeiro à procura de alimento para consumo da família e/ou semente de milho para a estação seguinte. A venda de força de trabalho em troca de alimento é um aspecto do Ku thekela, uma estratégia geral que as populações agrárias do Sul de Moçambique adoptam para se defenderem da seca e da fome. Constitui uma resposta dos camponeses pobres face a uma crise alimentar iminente<sup>40</sup>.

As famílias camponesas com membros a trabalhar na África do Sul como emigrantes têm vantagem em contratar trabalhadores sazonais. Essas famílias recebem frequentemente bens de consumo, incluindo alimentos e, mais raramente, moeda sul-africana, o Rand. A maior parte desses bens destina-se à própria família do mineiro: bens de que a família necessita no quotidiano para sobreviver, tais como implementos de produção e material para reparação das casas, assim como sabão, sal, açúcar, parafina e roupas. Em alguns casos a família reserva uma parte desses bens para trocar por força de trabalho agrícola. Bens de consumo como sacos de milho e farinha são trocados por trabalho, dando-lhes portanto um uso produtivo.

4. Existe um número cada vez maior de famílias que empregam trabalhadores assalariados regulares nas suas pequenas propriedades em troca de pagamento em alimentos e/ou dinheiro. Essas famílias possuem normalmente um membro que é trabalhador assalariado regular (por exemplo, um marido ou filho empregado a tempo inteiro numa empresa estatal) ou têm um rendimento estável proveniente da produção agrícola comercializada. Neste último caso essas famílias têm mais que um lote de terreno no sistema de regadio. Um exemplo ilustrará melhor esta categoria de famílias representativas de uma minoria de famílias de Lionde com tendência para crescer.

A família Cossa cultiva cinco hectares no regadio, dos quais 0.5 ha foram atribuídos à esposa que é considerada membro do sector familiar; 0.5 ha são cultivados na zona pirata; e o marido, classificado como agricultor privado, recebeu quatro hectares para cultivar. Essa família, tal como muitas outras da zona do Chokwé, não possui gado nem charua, nem outros meios de produção para preparar as suas terras. Antes da Independência, contudo, a família tinha uma pequena propriedade no Colonato, onde empregava trabalhadores sazonais. Com um pé no sector familiar e outro no sector privado, esta família mantém uma força de trabalho assalariada

permanente, a quem paga em comida e dinheiro e que trabalha em todas as suas propriedades. Além disso contratam trabalhadores sazonais durante os períodos de trabalho críticos. A força de trabalho é composta por homens e mulheres, velhos e novos, provenientes de fora da localidade mas normalmente oriundos dos distritos do Limpopo e vizinho Caniçado. Esses trabalhadores recebem normalmente o salário mensal mínimo e também comida, assim como alojamento durante a época do arroz.

O surgimento de um influxo de pessoas provenientes das regiões assoladas pela seca e pela guerra para o Chokwé fornece a força de trabalho necessária para que as famílias que têm reservas alimentares e dinheiro aumentem a sua produção agrícola e acumulem cada vez mais. Actualmente existem 19.000 deslocados no Distrito do Chokwé, dos quais 4.600 na cidade. Segundo um relatório governamental recente, eles necessitam de alimentos, roupa, cobertores e cuidados médicos, assim como de sementes e instrumentos para começarem a cultivar. Em algumas zonas do distrito estão a começar a ser distribuídos lotes de terreno com um quarto de hectare pelas famílias deslocadas. Todavia, a continuidade da seca implica que as terras localizadas fora do regadio não poderão ser produtivas<sup>41</sup>.

Esta categoria de famílias camponesas que empregam trabalhadores agrícolas com regularidade beneficia dos insumos e recursos dos sectores familiar e privado. Em Lionde, essas famílias constituem o maior beneficiário dos serviços de extensão para o sector camponês.

A argumentação atrás desenvolvida sobre a propriedade ou acesso das famílias camponesas a animais de tracção e força de trabalho é apresentada como uma abordagem geral de processos complexos. Tentou-se mostrar os efeitos diferenciados quer de forças externas (guerra e seca), quer da política governamental em relação às famílias camponesas.

## V. POLÍTICA ESTATAL E PARTICIPAÇÃO CAMPONESA NAS DECISÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objectivo central da política nacional do governo moçambicano no que concerne à distribuição de terras das machambas estatais pelos sectores camponês e privado é maximizar a produção, em primeiro lugar para o consumo interno e depois para exportação. No sistema de regadio do Chokwé está estabelecido que a maioria dos agricultores deve produzir arroz. Na perspectiva dos camponeses, as pequenas propriedades irrigadas dão-lhes a oportunidade de consolidar e/ou expandir a sua estratégia individual de sobrevivência familiar.

A preocupação básica do camponês é, em primeiro lugar, não o aumento das safras mas evitar que o abastecimento familiar esteja em causa. Esta secção analisa pois a questão das necessidades nacionais versus as necessidades locais, questão que o contexto da guerra torna difícil. Incidiremos sobre três temas que influem na produção e produtividade camponesas do Chokwé: selecção de culturas para o mercado e para o consumo; escassez de bens de produção e consumo; e rede de comercialização e transporte inadequada.

#### a) Selecção de culturas para o mercado e para o consumo

Os principais tipos de associação de culturas no sistema de regadio são:

— Milho na estação quente seguido de milho na estação fria (zonas: Macarretane, Matuba —diques 1 e 2—, parte da bolsa de Chilembene, parte de Malhazene e uma faixa que acompanha o dique defensivo nas áreas de Massavasse e Lionde/Chokwé).

— Arroz na estação quente seguido de milho na estação fria (zonas: Lionde, pequenas áreas em Nwachicoloane, Hokwé, Muianga, Massavasse, parte de Chilembene, Conhane e Chiguidela).

— Arroz na estação quente seguido de pousio (zonas: Hokwé, Mapapa, Nwachicoloane, parte de Conhane e parte de Malhazene).

Os vegetais cultivados na estação fria têm recentemente assumido um importante papel na produção camponesa destinada à comercialização. Um agricultor de Lionde explicava que adquirira uma equipa de bois de trabalho basicamente com os lucros da produção de hortícolas em 1985/86, por ele vendida à Hortofrutícola, a empresa estatal de comercialização<sup>42</sup>. A importância dos vegetais como cultura de rendimento parece ser crucial para a sobrevivência das famílias camponesas que não possuem outra fonte regular de rendimentos salariais. Em Lionde, essas famílias sem rendimentos salariais regulares são tendencialmente chefiadas por mulheres. Com as receitas provenientes da venda de vegetais, essas famílias adquirem os bens necessários no quotidiano e põem de parte um montante em dinheiro para pagar a preparação da terra, sementes e outros custos da produção agrícola.

Um factor crucial na determinação da produção camponesa para o mercado consiste na possibilidade da pequena propriedade poder produzir uma ou duas culturas durante a estação agrícola. Algumas zonas só têm um ciclo porque os solos são incapazes de suportar duas culturas sucessivas devido, principalmente, às suas características de drenagem lenta e



salinidade elevada. Nas zonas onde os camponeses só produzem arroz eles consomem quase toda a sua produção, vendendo apenas uma pequena parte.

Em Lionde, a principal associação de culturas do sector familiar consiste no arroz durante a estação quente seguido por milho/feijão e hortícolas na estação fresca. Só uma pequena zona de Lionde não se adequa ao cultivo do arroz. Consequentemente, os camponeses cultivam milho/ervilha na estação quente (Setembro a Março), seguidos por milho/feijão e vegetais na estação fresca (Abril a Julho). Para os camponeses médios que possuem ou têm acesso a tractores, animais de tracção, charruas e outros instrumentos de produção, as pequenas propriedades dentro do sistema de regadio permitem alargar a estratégia de sobrevivência. Em Lionde, por exemplo, durante a estação quente os camponeses cultivam arroz para consumir, destinando uma pequena parte para vender ou trocar por milho e/ou bens de consumo como Estado; durante a estação fresca eles cultivam milho para consumo familiar e alguns produzem vegetais para o mercado. O acesso a recursos e assistência dos projectos de ajuda constitui importante incentivo para o campesinato médio.

Durante a época agrícola de 1986/87, de um total de 1.592 ha em Lionde, os agricultores plantaram 600 ha de arroz (38%) e 793 ha (50%) de milho<sup>43</sup>. Aproximadamente 88% da terra arável foi cultivada. Os dados da agricultura sugerem que os camponeses de Lionde ainda preferem produzir milho para consumo familiar a arroz, durante a estação quente. Os problemas relacionados com a cultura de milho durante a estação quente são os seguintes:

- O milho é mais vulnerável a pragas e doenças.
- Uma grande parte do solo não é ideal para o milho. A baixa taxa de infiltração característica da maior parte dos solos de Lionde é ideal para o arroz mas causa graves inundações das culturas de milho durante os meses das chuvas (Dezembro-Janeiro).
- O sistema de regadio não foi concebido para o cultivo do milho. A produção de milho perde-se frequentemente devido à má gestão da água, combinada com o mau estado de conservação de muitos dos canais e valas de drenagem, o que origina que em alguns casos as culturas sofram de falta de água enquanto que noutros ficam alagadas.

Embora os camponeses estejam conscientes dos problemas associados à cultura do milho durante a estação quente, eles continuam a praticá-la porque:

— É a sua cultura alimentar preferida. A pequena, ou mesmo inexistente produção nas zonas de sequeiro devido à seca agravou a escassez local. Enquanto o Estado não puder disponibilizar quantidades suficientes, os camponeses produzirão milho, mesmo que a produção seja baixa.

— Ainda não foram distribuídos os títulos de propriedade das terras. Os camponeses temem que a sua terra possa ser redistribuída por privados a qualquer altura, ou que o Estado venha a tomar conta dela. Uma vez que não têm garantias eles prosseguem estratégias familiares individuais, priorizando a produção de milho.

— Não é uma cultura de trabalho intensivo. Os camponeses pobres explicaram que não têm mão-de-obra para produzir arroz. Eles não têm familiares próximos em número suficiente para garantir a realização das operações culturais necessárias, particularmente a monda, e não têm meios para assalariar trabalhadores. Nos casos em que os camponeses pobres se sentiram obrigados a semear arroz numa pequena área do seu campo observou-se que aquele era mal sachado ou não chegava sequer a sê-lo.

— Eles não acreditam que o SIREMO disponibilize água para o sector familiar dado que se sabe que não há água suficiente na barragem de Massingir para irrigar as machambas familiares, cooperativas, privadas e estatais. Durante a estação do arroz de 1986/87, a chuva foi fraca e não havia água suficiente na barragem para todo o sistema de regadio durante os meses de Outubro e Novembro, a melhor altura para semear o arroz. Dentro do sistema de regadio a perda total de arroz foi de cerca de 2.500 ha<sup>44</sup>. Embora todos os sectores tenham sofrido perdas, em alguns deles estas foram maiores do que noutros. Foi dada prioridade ao sector estatal, seguindo-se os privados e, depois, as machambas familiares e cooperativas. A decisão governamental baseou-se no investimento feito e nos resultados potenciais da produção.

Do sector familiar, as áreas localizadas no final ou nas franjas do sistema de regadio foram as que receberam menos água, o que originou perdas grandes na produção. Por exemplo, em Nwachicoloane o sector familiar plantou 1.142 ha e perdeu 288 ha (25%); em Hokwe foram semeados 750 ha e perderam-se 113 ha (15%); em Chilembene os camponeses semearam 631 ha e perderam 118 ha (19%); e em Chalucwane foram semeados 163 ha e perdidos 103 ha (63%). Comparativamente, as perdas foram menores em Lionde, Massavasse e Conhane, zonas localizadas no princípio do sistema de regadio. Em Lionde, o sector familiar plantou 600 ha e perdeu 97 ha (16%); em Mas

savasse foram semeados 733 ha e 67 ha foram perdidos (9%); em Conhane os camponeses semearam 400 ha e perderam 59 ha (15%)<sup>45</sup>. Um grande número de camponeses de Lionde, que haviam adquirido semente de arroz no armazém do Projecto 7 do MONAP, decidiu não semear. Em Dezembro, quando a chuva finalmente chegou e o SIREMO abriu a barragem de Massingir, muitas terras de camponeses não estavam preparadas para ser semeado o arroz.

Outro factor que contribuiu para as quebras de produção em todos os sectores é o mau estado da infra-estrutura do sistema de regadio. Uma grande limitação é constituída pelo mau estado, ou inexistência mesmo, de um sistema de terceira drenagem, que origina uma drenagem muito lenta dos campos antes da colheita do arroz, criando dificuldades no escoamento da colheita para fora dos campos e demoras na lavoura e plantio da cultura de milho seguinte<sup>46</sup>. O SIREMO tem escassez de recursos (equipamento e assistência técnica) para reparar e manter a infra-estrutura. Recentemente o Banco Mundial acordou num empréstimo de cerca de 12 milhões de dólares americanos para reparar o sistema.

#### b) Escassez de bens de consumo

Desde o IV Congresso que o governo moçambicano e, subsequentemente, os projectos estabelecidos no Chokwé, têm feito sérios esforços para abastecer o campo em sementes e outros insumos agrícolas, assim como para garantir o transporte e a comercialização dos produtos excedentários em troca de bens de consumo. No início de 1986 o MONAP abasteceu o Projecto 7 com grandes quantidades de enxadas, charruas, foice e outros implementos agrícolas. Funcionários agrícolas do Chokwé garantiram que havia agora instrumentos de produção suficientes para as famílias camponesas assistidas pelo Projecto 7. Mas em Fevereiro de 1987 os camponeses ainda se lamentavam por não terem instrumentos de produção suficientes e adequados. Existem três explicações possíveis para esta diferença de opinião:

- os instrumentos não terem a qualidade adequada, particularmente as enxadas e charruas. Por exemplo, apesar de Moçambique importar quantidades consideráveis de implementos de tracção animal, só muito recentemente, a pedido do GDCEAC, é que a Estação Experimental do Guijá começou uma avaliação séria do desempenho daqueles em relação com a técnica tradicional;

- algumas famílias camponesas não têm dinheiro para adqui-

rir (ou excedentes de produção agrícola para trocar por) os novos instrumentos manuais e outros implementos; e — existem demoras na venda e distribuição dos instrumentos aos camponeses devido à fraca gestão e organização dos armazéns do projecto.

Desde a época agrícola de 1985/86 que o governo oferece milho aos camponeses em troca de arroz. Este esforço só em parte foi bem sucedido porque as quantidades de milho não têm sido suficientes para cobrir a procura. As cantinas rurais que servem como pontos de escoamento da Agricom e as machambas estatais também fornecem outros bens de consumo básicos em troca de arroz. Desde 1984 que tem havido um aumento do volume de bens de consumo para trocar pela produção camponesa no Chokwé. Em 1985 o valor das mercadorias era de, aproximadamente, 20 milhões de meticais; em 1986 era de 100 milhões de meticais; e em 1987 de 500 milhões de meticais. Segundo o director do GDCEAC, em 1986 era ainda insuficiente a quantidade de bens de consumo disponíveis para os camponeses comprarem e/ou trocarem pela sua produção agrícola, principalmente por arroz. Por isso houve um aumento significativo de mercadorias em 1987, embora ainda insuficiente<sup>47</sup>.

Embora a quantidade de mercadorias tenha aumentado substancialmente, o governo ainda não conseguiu fornecer os bens de qualidade e incentivo que encorajem a venda dos excedentes camponeses a preços oficiais. O proprietário de uma cantina rural descrevia assim o seu dilema:

Embora neste ano [1987] eu tenha recebido mais mercadoria da Agricom do que no ano passado, os artigos pelos quais os camponeses pretendem trocar o seu arroz ainda não chegaram ou vieram em quantidades insuficientes, como o sabão. Recebi 16 caixas de sabão com 30 barras cada uma. Vendi o meu abastecimento em menos de um dia e ainda havia uma fila de pessoas à espera para comprar mais sabão. O açúcar e o óleo ainda não chegaram à Agricom. Algumas mercadorias, como as sapatilhas importadas do Vietname, vendem-se bem. Os camponeses preferem esse calçado ao de origem nacional, normalmente de fraca qualidade. O único problema é que as medidas da maior parte das sapatilhas vietnamitas são demasiado pequenas para os moçambicanos adultos.

Outro problema é que as mercadorias chegam demasiado tarde. Frequentemente quando os camponeses já colheram e trocaram o seu arroz noutros lugares<sup>48</sup>.

Existe um substancial mercado paralelo de arroz a nível local. Segundo a maioria dos camponeses entrevistados, o arroz vendido no mercado paralelo destina-se principalmente ao consumo local, embora alguma produção seja levada para Maputo, onde é revendida e descascada manualmente. Em 1986 vendia-se um saco de arroz (50 kg) por dez mil meticais no mercado paralelo de Lionde. A seguir à colheita de 1987 vendia-se em Maputo um saco de arroz (50 kg) por 15.000 meticais<sup>49</sup>.

### c) Rede de comercialização e transporte

Os vegetais são potencialmente a maior fonte de rendimentos em dinheiro para os camponeses do sistema de regadio. Actualmente, a produção de tomate, hortaliça e cebola é levada a cabo muito lucrativamente por grandes agricultores comerciais, no Chokwé. O maior obstáculo que o pequeno proprietário encontra no desenvolvimento da produção de vegetais reside na falta de um sistema organizado de recolha e comercialização dos vegetais frescos. Nem a Hortofrutícola nem a Agricom compram aos camponeses directamente nos campos. Em Lionde é normal ver-se os camponeses a vender a sua produção de vegetais no mercado local ou ao longo das ruas, em pequenas quantidades transportadas por carros de bois, e não se vê essa produção a ser vendida para ser transportada para Maputo. Alguns camponeses explicaram que preferiam vender os seus vegetais directamente no campo para reduzir os estragos e os custos de transporte. Neste caso os compradores individuais escolhem normalmente os vegetais que pretendem e, em seguida, o proprietário colhe-os e vende-os.

Os relativamente poucos camponeses que conseguem comercializar os seus vegetais são:

— Aqueles que possuem ou alugam bois e carroças, e conseguem transportar a sua produção para a Hortofrutícola, localizada a 8 km, no Chokwé. Mesmo quando os camponeses conseguem transportar a sua produção até à empresa estatal de commercialização, não há garantias que aquela seja transportada para Maputo no mesmo dia, principalmente pór razões de economia de escala, originando muitas vezes o apodrecimento dos produtos. A Hortofrutícola prioriza os agricultores comerciais que têm quantidades significativamente maiores de vegetais para comercializar<sup>50</sup>.

— Aqueles que têm contactos directos com compradores urbanos e que são capazes de assegurar o transporte dos seus produutos até Maputo. Na altura em que este estudo foi levado a cabo, a produção do Chokwé era transportada para Maputo em colunas militares diárias, devido à situação de segurança na estrada principal.

Um dos efeitos das políticas do governo e dos doadores no Chokwé é que os grandes agricultores privados estão a conseguir obter a assistência técnica e os recursos de comercialização disponíveis enquanto que um grande número de agricultores familiares fica abandonado. Um aspecto concreto em que os agricultores privados beneficiam mais que os agricultores familiares é através do controlo dos meios de trans-

porte. As pequenas camionetas distribuídas por doadores como a USAID beneficiaram principalmente os agricultores privados. O programa de ajuda aos agricultores privados criou um problema em vez de constituir solução para a rede de comercialização e transporte de Moçambique. Piorou a distribuição das receitas devido à alocação de recursos a monopolistas, e esbanjou recursos uma vez que nada garante que as camionetas tenham sido distribuídas pelos agricultores privados mais capazes. Do ponto de vista dos camponeses, o problema da comercialização e transporte é o acesso diferenciado. Existem duas alternativas a este padrão de distribuição desigual: comércio estatal ou propriedade cooperativa por parte dos pequenos agricultores. No último caso, a distribuição de camiões pelas cooperativas poderia servir de base material para incentivo empresarial, difundindo conhecimentos junto dos membros das cooperativas.

## V. CONCLUSÕES

O governo moçambicano planeia, num futuro próximo, reduzir ainda mais o sector estatal no sistema de regadio do Chokwé. A principal razão apontada é a falta de recursos: o Estado possui meios limitados e o apoio externo tem sido drasticamente reduzido. Embora tenha sido sugerido que alguma terra fosse destinada a pastagens e outra para seleccionar sementes, o conflito desenha-se entre aqueles que advogam a alocação de mais terra para os agricultores privados e aqueles que apoiam a distribuição de mais lotes pelos camponeses.

O director do GDCEAC defendeu com firmeza a alocação de mais terra ao sector familiar. Ele sugeriu o estabelecimento de associações camponesas, entidades com aspectos colectivos e aspectos privados nos quais as sementes, a lavoura e a comercialização da produção seriam providenciadas pelas autoridades locais à associação como um todo, mas em que as receitas da produção comercializada reverteriam para os camponeses individuais. Segundo este plano, os camponeses que já cultivam pequenas propriedades no regadio e que queiram mais terra para cultivar devem formar uma associação em cada ramal, ou seja, em cada secção de 16 hectares<sup>51</sup>. O ingresso é voluntário. O único critério para a aceitação consiste em os camponeses que querem tornar-se membros da associação terem que mostrar que aumentaram a produção desde que receberam as suas terras no sistema de regadio, dois ou três anos atrás. A propriedade de meios de produção tais como animais de tracção e charruas não constitui um critério de selecção. Cada

associação, assistida por um técnico agrário do Estado, elegerá um corpo de gestão.

Durante a época de 1987/88, desenvolver-se-ão duas experiências de associações de camponeses já iniciadas. O governo atribuirá aos seus camponeses duas vezes mais terras de cultivo do que é usual no sistema de regadio. Por exemplo, se uma camponesa tem 0.5 ha, ela receberá 1 ha na zona da associação. Como incentivo, as associações terão a opção de comprar ao Estado, a crédito, um tractor. Os camponeses serão obrigados a vender ao Estado uma percentagem da cultura produzida em terras da associação; o resto eles poderão comercializar segundo as suas próprias necessidades. A produção do seu primeiro lote de 0.5 ha permanecerá inteiramente sob seu controlo. As associações organizar-se-ão mais como cooperativas de comercialização, que já existiram durante o tempo colonial, do que como cooperativas de produtores agrícolas<sup>53</sup>. Embora tivesse havido problemas com as cooperativas de comercialização coloniais (por exemplo, a integração elitista baseada nos meios de produção, o controlo estatal sobre fundos e gastos colectivos, etc.), os camponeses aumentaram nessa altura a produção e a produtividade. Essas cooperativas funcionaram principalmente porque o Estado colonial era um agente activo na gestão e controlo de todos os aspectos da produção.

Não há dúvida que as associações, no Chokwé, acentuarão ainda mais a diferenciação e a consolidação de estrato de camponeses bem estabelecidos. Embora a distribuição de novas terras não se baseie nos meios de produção da propriedade familiar mas nos resultados prévios da produção, o critério continuará, mesmo assim, a favorecer os camponeses mais ricos. Só os camponeses que possuem ou têm acesso a meios de produção e a uma força de trabalho organizada é que aumentaram a produção nos últimos anos.

O governo moçambicano, apostado em assistir o sector familiar após anos em que tal não aconteceu, tem pouco espaço de manobra devido à sua desesperada situação económica. Embora a maximização da produção deva constituir prioridade, a Frelimo é forçada a fazer concessões políticas à medida em que a guerra prossegue. A desestabilização levada a cabo pela África do Sul através da Renamo é a causa fundamental do sofrimento e miséria de Moçambique. Para que a recuperação económica consiga ser realizada o país precisa de paz, que só pode estabelecer-se numa África Austral livre do apartheid, o maior obstáculo ao bem-estar das economias da região.

## NOTAS

- <sup>1</sup>John S.Saul, "Mozambique: Destabilization and Counter Revolutionary Guerrilla Warfare", Studies in Political Economy, 23, Summer 1987, pp.5-40.
- <sup>2</sup>"Prime Minister's Report on Economic Recovery", Mozambique Information Office, 24 de Setembro de 1987, p.5.
- <sup>3</sup>Marc Wuyts, "Economia Política do Colonialismo em Moçambique", Estudos Moçambicanos, Nº.1 (1980), pp.9-22.
- <sup>4</sup>Marc Wuyts, Camponeses e Economia Rural em Moçambique, Maputo:CEA, 1978.
- <sup>5</sup>CEA, The Mozambican Miner, Maputo: CEA, 1977, p.240.
- <sup>6</sup>Ruth First, Black Gold, Sussex: Harvester Press, 1983.
- <sup>7</sup>Frelimo, Do Subdesenvolvimento ao Socialismo. Relatório do Comité Central, Maputo: INLD, 1983, p.28.
- <sup>8</sup>Frelimo, Do Subdesenvolvimento..., p.28.
- <sup>9</sup>Frelimo, Do Subdesenvolvimento..., p.28.
- <sup>10</sup>Frelimo, Do Subdesenvolvimento..., pp.57-58.
- <sup>11</sup>Está prevista uma subida acentuada na parte dos bens de consumo destinada às zonas rurais, de 69% em 1986 para 80% em 1987. "Mozambique Government Report on Economy", Mozambique Information Office, 16 de Julho de 1987, p.2.
- <sup>12</sup>No recenseamento de 1980, o Distrito do Limpopo figura separado da cidade do Chokwê. Neste artigo as duas zonas são consideradas como uma só. República Popular de Moçambique, Primeiro Recenseamento Geral da População, Maputo: Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983, s/p.
- <sup>13</sup>Kenneth Hermele, Contemporary Land Struggles on the Limpopo, Universidade de Uppsala, 1986, p.4.
- <sup>14</sup>Hermele, p.5.
- <sup>15</sup>Hermele, p.8.
- <sup>16</sup>CEA, The Mozambican Miner, p.85.
- <sup>17</sup>Hermele, p.18.
- <sup>18</sup>p.Woodhouse et al., Smallholder Farming Systems Research in the Chokwe Irrigation Area, Maputo: INIA, 1986, p.1.
- <sup>19</sup>Projecto Francês de Apoio à Agricultura Familiar, Inquérito: Sector Privado, Chokwê: GDCEAC, 1986, s/p.
- <sup>20</sup>Hermele, pp.17-18.
- <sup>21</sup>Projecto Francês, Inquérito..., s/p.
- <sup>22</sup>"Cooperation, Trade and Agreements", Agência de Informação de Moçambique, Abril de 1987, p.15.



- 23 União das Cooperativas Agrícolas do Chokwé, Dados Estatísticos das Cooperativas, Chokwé: GDCEAC, 1987, s/p.
- 24 Conversa com o Sr. Chauque, Presidente das Cooperativas Agrícolas do Chokwé, em 16 de Abril de 1987, no Chokwé.
- 25 Entrevista com o Sr. João Mosca, Director do GDCEAC, em 20 de Abril de 1987, no Chokwé.
- 26 Entrevista com Mosca...
- 27 Bert Fret et al., Assessment and Proposals for Reorientation: MONAP Project 7, Maputo: Ministério da Agricultura, 1987, p.5.
- 28 Entrevista com o Sr. Americo Jalane, Presidente do Conselho Executivo de Lionde, em 16 de Fevereiro de 1987, em Lionde.
- 29 Projecto Francês, Inquérito..., s/p.
- 30 Entrevista com Jalane...
- 31 Entrevista com Jalane...
- 32 J. Timberlake, C. Jordão e G. Serno, Avaliação de Pastagens e Solos do Chokwé, Série INIA, Nº.50, Maputo: INIA, 1986, p.1.
- 33 Timberlake et al., Avaliação..., p.2.
- 34 Projecto Francês de Apoio à Agricultura Familiar, Custos de Produção do Arroz e Milho para os Sectores Estatal, Privado e para o Sector Familiar, Chokwé: GDCEAC, 1986, s/p.
- 35 Entrevista com um camponês de Lionde em 10 de Abril de 1987, em Lionde.
- 36 Conversa com Alpheus Manghezi em 25 de Fevereiro de 1987, em Maputo.
- 37 Entrevista com o Sr. Ernesto Mausse, Director do Sector Familiar do Chokwé, em 16 de Dezembro de 1986, em Maputo.
- 38 Timberlake et al., Avaliação..., pp.2-3.
- 39 O PRE é um Programa de Reabilitação Económica introduzido em Janeiro de 1987 para inverter o declínio económico de Moçambique. Até agora [Janeiro de 1988] envolveu duas desvalorizações da moeda, restrições ao crédito e uma grande alteração nas políticas fiscal e de preços.
- 40 Alpheus Manghezi, "Ku Thekela: Estratégias de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique", Estudos Moçambicanos, Nº.4 (1983), s/p.
- 41 "Hunger Worsen's in Four Provinces", Agência de Informação de Moçambique, Novembro de 1987, p.6.
- 42 Entrevista com um agricultor camponês em 10 de Novembro de 1986, em Lionde.
- 43 Estatísticas fornecidas pelo Sr. Tivane, chefe do Sector Familiar do GDCEAC, em 25 de Maio de 1987, no Chokwé.
- 44 Entrevista com Mosca...

<sup>45</sup>Estatísticas fornecidas por Tivane...

<sup>46</sup>Woodhouse et al., Smallholder..., p.47.

<sup>47</sup>Entrevista com Mosca...

<sup>48</sup>Entrevista com o proprietário de uma cantina rural em 20 de Abril de 1987, em Lionde.

<sup>49</sup>Entrevista realizada em 15 de Junho de 1987, em Maputo.

<sup>50</sup>Entrevista com Tivane...

<sup>51</sup>Entrevista com Mosca...

<sup>52</sup>Merle L.Bowen, Socialist Development Strategy in Mozambique, 1975-1983, Diss., Universidade de Toronto, 1986, pp.216-238.

## ALGUNS DADOS E REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL XONA: O COMÉRCIO INTERNO

Jorge de Jesus Pais

O trabalho "Alguns dados e reflexões sobre a formação económico-social Xona" é da autoria de Jorge de Jesus Pais.

Jorge Pais nasceu no Lumbo, Província de Nampula, em 22 de Abril de 1933, tendo feito grande parte dos seus estudos secundários no único liceu que funcionava em Moçambique, na então cidade de Lourenço Marques.

A sua actividade profissional, como funcionário, desenvolveu-se nos Caminhos de Ferro de Moçambique e, sobretudo, no Laboratório de Engenharia de Moçambique como experimentador.

Teve uma breve passagem pela actividade jornalística, como colaborador do jornal "Tribuna", no início da curta e agitada existência deste diário.

Tendo concluído o bacharelato em História na Universidade de Lourenço Marques, passou a nela exercer funções docentes a partir de 1974, regendo as cadeiras de "História Moderna e Contemporânea" e "História de África antes do século XVI", até finais de 1976.

No ano seguinte partiu para Portugal onde prosseguiu com brilho os seus estudos em História, tendo falecido, vítima de trágica doença, quando estava prestes a concluir a licenciatura.

Estas escassas informações biográficas pouco revelam do Homem e da sua personalidade, das suas imensas qualidades humanas e intelectuais.

Conciliando uma grande afeição à família com o trabalho intenso, pugnava extremo rigor e exigência na sua actividade e pesquisa, fosse ela literária, histórica, ou nas incursões que fazia pelos domínios do cinema e do teatro.

Dotado de grande verticalidade e integridade moral, Jorge Pais possuía uma vasta cultura humanística e dedicava à leitura e ao estudo o seu tempo disponível, com a humildade que só têm os que, muito sabendo, reconhecem que muito mais há sempre por aprender.

A Jorge Pais se ficou a dever importante parte do trabalho cultural e de agitação política que o Cine Clube de Lourenço Marques realizou nos anos 60 e princípios da década de 70, em cargos de direcção, na elaboração da Revista "Objectiva", como animador de palestras e debates, na realização de sessões de cinema nas zonas suburbanas da capital, ou executando pequenas tarefas necessárias, pois a nenhuma delas ele se furtava.

Mas o que de Jorge Pais menos se conhece é a actividade política clandestina que desenvolveu na luta anti-colonial, participando em contros e reuniões, organizando acções de distribuição de panfletos políticos, ligação com organizações proibidas, recolha de fundos, formação e mobilização de jovens para o trabalho político então considerado "subversivo", e no combate consequente ao regime colonial-fascista português.

Essa história da sua vida que jamais será escrita porque era o silêncio da impessoalidade que assegurava a sua eficácia, permanece ape-

nas na memória de amigos — o Nogar, o João Ferreira, o Craveirinha, o Carmo Vaz, o Adrião, o Mário Barradas, o Guerreiro e tantos outros — que nunca se conformaram com a sua perda prematura e que guardam tal evocação com profundo e respeitoso recolhimento, para não ferirem a grandeza da sua modestia.

Publicar este trabalho é uma pequena e justa homenagem a essa memória, e uma contribuição para a história de Moçambique, País que tanto amava.

Rui Baltazar

Os testemunhos arqueológicos e as fontes escritas revelam a existência de um comércio interno consideravelmente activo entre os Xona. A utilização de determinados produtos como meio privilegiado de troca e, mais do que isso, como equivalente geral, pelo menos no âmbito de certas categorias de bens, constituem prova do que afirmamos, ressalvada a sua evidente relatividade.

A caracterização de tal comércio suscita dificuldades. Desde logo, problemas conceptuais e semânticos. Trata-se de uma formação na qual a circulação dos bens reveste formas diversas, por vezes dificilmente discerníveis entre si. Designaremos por comércio o que em regra se entende por troca directa e troca comercial<sup>1</sup>.

A génese dos mercados africanos é objecto de controvérsia. A propósito refira-se a opinião de Claude Meillassoux, para quem, com base no estudos dos Gouro, a sua instituição se deve fundamentalmente às trocas externas de produtos complementares com uma população alienígena<sup>2</sup>. O autor julga a sua tese aplicável universalmente à economia natural. Karpinsky<sup>3</sup> contrapõe que numerosos territórios que não possuem as mesmas qualidades que a região limítrofe ocupada pelos Gouro (entre a savana e a floresta) assistiram à formação de mercados e ao incremento das permutas. A nosso ver, o desenvolvimento das forças produtivas e a correlativa especialização profissional são susceptíveis de, por si só, estimular as actividades comerciais e conduzir à criação de mercados. Nesta base, as diferenças geográficas, incluindo a diversidade do solo e sub-solo, da pluviosidade, etc., comportam-se como elementos condicionantes de maior ou menor importância.

Não temos notícia de que funcionassem mercados exclusivamente africanos, entre o povo xona. Em 1511, António Saldanha menciona uma feira, a montante do Zambeze, além da garganta do Lupata, mas concorrida por negros e mouros<sup>4</sup>. Em 1516, Gaspar Veloso, relatando as viagens de António Fernandes ao Mwenemutapa, escreve, a propósito do rei de Inhacouce:

"... todas as segundas-feiras fazem na sua terra feiras que se chamam 'ssembaza' onde os mouros vendem todas as suas mercadorias e às quais acodem também os cafres de todas as terras; e assim tem [o Inhacouce] muitos mantimentos. (...) não há outra moeda senão ouro por pesos"<sup>5</sup>.

A referência à moeda em curso sugere que os bens trocados se circunscreviam aos de prestígio: tecidos, contas, etc. O mercado não poria em confronto os excedentes agrícolas e os produtos artesanais. Aproximar-se-ia daquilo que K. Polanyi denomina "porto de comércio" (port of trade)<sup>6</sup>.

A periodicidade de funcionamento mostra que as transacções tinham atingido uma certa intensidade. É provável que, à margem do mercado, e dada a afluência de mercadores, se permutassem géneros e animais. Antecipando-nos ao que diremos em capítulo subsequente, a contínua penetração dos mouros (e, mais tarde, dos portugueses), apesar das medidas de controlo tomadas pelos reis e chefes em geral, conduziu a um alargamento do consumo dos bens de prestígio (incluindo os tecidos), fenómeno que, se por um lado traduz a dificuldade de fiscalização por parte das referidas entidades (e a erosão da superestrutura ideológica dominante), por outro corresponde a um relativo crescimento das forças produtivas que permitiu a grupos mais numerosos intervir na aquisição de bens de luxo.

As feiras constituíram um travão relativamente a esta tendência. Aí, as individualidades representativas do poder podiam exercer vigilância sobre os agentes das trocas, no que respeita ao seu estatuto social, além de outras vantagens, como a fixação de preços, a imposição de taxas, etc.

A inexistência de mercados genuinamente africanos continuava a ser um facto no primeiro terço do século XX. Gustavo Pinto Lopes observava em 1928:

"Não há lugares de mercado indígena. Em cada circunscrição há feiras, regularmente estabelecidas, e nalgumas também se encontram lojas isoladas em sítios escolhidos pelos negociantes pela densidade da população ou pela passagem habitual de grande número de indígenas. É a essas lojas, isoladas ou agrupadas, que os indígenas acorrem"<sup>7</sup>.

E mais adiante, elucidava:

"Raramente os indígenas saem da sua tribo para comerciar. Só em tempo de fome se afastam consideravelmente, se disso precisam para obter a indispensável alimentação"<sup>8</sup>.

Como enunciámos acima, o aparecimento de mercados explica-se pelo crescimento das forças produtivas (e, em especial, da produção). Tal não significa — repetimo-lo — que outros factores, de carácter ecológico, hidrográfico (ou ex

ternos, como as feiras) não desempenhem um papel de maior ou menor relevância. Veremos que, efectivamente, actuam no domínio das trocas (que o mercado institucionaliza a nível superior<sup>9</sup>). Mas — sublinhe-se — a condição prévia é a da criação de excedentes.

Se a nossa concepção não está errada, a ausência de mercados, do tipo que assinalámos, entre o povo Xona, constitui um índice a ter em conta na avaliação do desenvolvimento das forças produtivas e, de forma mais restrita, do comércio — objectivo deste trabalho.

Numa primeira abordagem, em que se colocam determinadas questões (aceites como teses por reputados especialistas<sup>10</sup>), como polo orientador da pesquisa, poderemos caracterizar a formação Xona da seguinte maneira:

1. Auto-suficiência dos grupos;
2. Falta de especialização;
3. Carácter limitado da produção em quantidade e diversidade;
4. Dificuldade de transporte;
5. Falta de meios de armazenagem.

Alguns dos itens obtiveram já resposta em Inácio Guerreiro. Ressaltemos o último: falta de meios de armazenagem. David Beach mostrou como este problema era de "crucial importância na economia xona". Escreve:

"If grain was kept through two or more rainy seasons, however, it would become progressively more difficult to keep it in good condition (...)"<sup>11</sup>

Daqui as festas sumtuárias, destruidoras dos bens, nomeadamente dos géneros agrícolas, e o carácter não acumulativo desta sociedade (ao nível ideológico, numa fase que não corresponde já as condições primitivas de igualdade)<sup>12</sup>. Daqui também os efeitos dramáticos provocados pelas secas prolongadas. Beach sublinha:

"'Shangwa' is the Shona word for drought, but it also means disaster and misery. Droughts are, and have been, remarkably common on the southern Zambezian plateau. It is difficult to generalize, but there is about one chance in five that a year will bring subnormal rainfall".

Em 1715, o Vice-rei da Índia informava o rei português que, feita a paz com o Cangamire:

"... por conta della veo nesta monção hum copiosissimo resgate de ouro, e também fora o mesmo de marfim, se a mortandade de cafres não fizesse falta para a sua conducção, e averigua-se que morrerão mais de duzentos mil de bexigas, e fomes, procedidas hum a cutra cousa de notavel secca que houve em aquella conquista, sendo em toda a occasião abundantissima de mantimentos"<sup>13</sup>.

As notícias da fome, frequentes<sup>14</sup>, são por vezes dadas em termos de vivo recorte:

"As fomes que principiaram no anno de 1792 e continuaram até 1796 [o autor, F.J.Lacerda e Almeida, escreve em 1797 e refere-se a Tete] assolaram este districto. Os innumeráveis rebanhos de vaccas, ovelhas e cabras quasi se extinguiram. (...) estes mesmos 'Butongas' (...) comeram o gado que tinham, morreram innumeráveis cafres de fome, e outros desertaram para outras terras, onde suppunham achar algum alimento (...). Finalmente a dissolução e mortandade dos cafres captivos e forros d'esta villa e das suas circunvizinhanças é indizível: todos os dias amanheciam mortos pelas ruas, e outros de dia caíam desfallecidos, e alli davam o ultimo suspiro (...). Não escaparam as raízes de bananeiras e diversas raízes silvestres que a cafraria desesperada de fome não comesse, chegando ao último ponto de comerem o que sabiam que poucos minutos depois lhes faria dar o ultimo suspiro"<sup>15</sup>.

Paiva de Andrada, discorria nos finais da década de 1880:

"(...) a falta de chuvas tinha motivado a perda das colheitas de mantimento, milho, mapira, mechoeira e nachenim, e a fome era quasi geral em toda a África Austral. Os homens na Gorongosa, no Barue, por toda a parte andavam espalhados pelo mato a grandes distâncias para apanhar frutos e raízes, que traziam às povoações para matar a fome às mulheres e às creanças, o que muitas vezes não conseguiam morrendo muita gente por falta de alimento"<sup>16</sup>.

Com base numa agricultura de tal forma precária, se bem que abundante em anos normais, compreende-se que o gado, e em especial o gado bovino, além de certos metais, fosse qual fosse a carga religiosa dos objectos em que eram transformados, constituísse o verdadeiro capital de armazenagem. O gado, além de suprir a carência de cereais, a nível local, permitia obtê-los por troca nas zonas menos flageladas ou em grupos que porventura os tivessem conservado de anos anteriores. Note-se que, em regra, o gado não era objecto de permuta, a não ser em condições excepcionais, como as que referimos, e nem sequer servia para consumo. Tudo indica que fosse encarado mais como reserva, para fazer face a períodos de penúria e, por extensão, como elemento monetário possibilitador de transacções, do que como fonte bio-energética. No início do século XVII, Frei João dos Santos observava que, ao longo do Zambeze, a caminho de Sena:

"Quando (...) as embarcações navegam pelo rio os cafres (...) vem logo a ellas em suas almadias, carregadas de (...) muitas galinhas (...) que os cafres não comem, mas criam somente para vender aos que navegam no rio (...)"<sup>17</sup>.

Em meados do século XVIII, Ignacio Caetano Xavier não inclui a carne dos animais domésticos na alimentação dos negros. O sustento quotidiano compunha-se de:

"(...) milho e legumes, e por conducto uzam de ordinario de carne de caça que fazem assada ou cozida, sem mais adubos (...)"<sup>18</sup>.

Já perto de nós, no final do primeiro terço do século, Fernando de Sacadura:

"É raro, rarissimo mesmo que um preto mate um dos seus animais domesticos para comer; as cabras, os carneiros, galinhas, porcos, etc., são criados com o fito unico de serem vendidos ou permutados por generos ou artigos de que careçam.

No tempo do pagamento do Imposto de Palhota é quando o preto mais vende esses animais"<sup>19</sup>.

Com efeito, o gado, designadamente o bovino, só em momentos excepcionais (carências alimentares, cerimónias de diverso tipo, incluindo as religiosas, trabalhos colectivos, como a extracção do ouro, etc.) era consumido.

Como vimos, as trocas intensificavam-se em épocas de penúria e de fome. Então, as populações deslocavam-se, estabeleciam relações, exploravam zonas anteriormente ignoradas, apercebiam-se da diversidade dos produtos e, eventualmente, da sua complementaridade. Sublinhe-se: no vasto território ocupado pelos Xona, notáveis diferenças de clima, de solo, de recursos naturais repercutem-se na produção, na sua heterogeneidade.

Augusto Ricardo Neuparth verificava, em relação ao Bárue:

Poucas, também, são as plantas que cultivam sendo a principal a mapira, espécie de sorgo que constitui a principal alimentação dos indígenas. Nos vales, em terrenos mais frescos, cultivam o milho comum e algum arroz. Juntamente com o milho plantam elles também uma espécie de abóbora (...).

O terreno, sobretudo na planície, é de má qualidade (...). Quase o mesmo acontece na parte montanhosa e então na região do norte em que a água falta quasi por completo, as culturas estão reduzidas ao estritamente indispensável. (...) Tive occasião de observar que ao longo do Kaweresi se encontravam vestígios de uma agricultura muito desenvolvida [em soccos]"<sup>20</sup>.

Gustavo Pinto Lopes declarava:

"Nuns sítios é o sorgo que predomina, noutros é o milho, noutros é o na chenim"<sup>21</sup>.

Um técnico de elevada craveira dos nossos dias, Mario de Carvalho<sup>22</sup>, escreveu:

"Culturas como o sorgo (...) e penisetum dominam em regiões com estação seca bem definida (menos de 15mm). Nestas condições, o sorgo domina quando a chuva total excede 650mm e o penisetum em regiões de valores inferiores".

E mais adiante:

"O clima é a componente de meio que maior influência exerce na distribuição das culturas em áreas relativamente extensas (...)"



Mais um exemplo: os Tauaras distinguem no seu território, cortado pelo Zambeze, duas zonas com características diversas: o 'gombe' e o 'kunja'. O kunja "é onde já não se bebe a água do Zambeze", como afirmam, ou seja a que se estende para além do vale, no interior. Entre uma e outra, segundo o autor que seguimos<sup>23</sup>, "ocorre um certo desequilíbrio no que respeita à disponibilidade de certos produtos". Tradicionalmente, esse desequilíbrio era compensado pelas trocas, sobretudo na época seca: o gombe recebia a mapira (escassamente produzida nas zonas ribeirinhas) e algum amendoim; o kunja, sobretudo frescos, bem como tabaco (que não é planta do nas zonas do interior).

Trata-se de um exemplo recente mas que ilustra o que se passaria nos séculos XVI e XVII, embora a gama de produtos não fosse exactamente a mesma, como é evidente.

Garlake referiu a importância da posição do Grande Zimbabue, relativamente ao comércio. Os famosos amuralhados, representativos de uma civilização brilhante, que no século XV atingia o seu apogeu, desfrutavam um conjunto de vantagens, de natureza geográfica, inegáveis: próximo das jazidas de ouro mais valiosas da região central do Matabeleland, o Grande Zimbabue localizava-se na linha mais curta e directa entre aquelas e a costa, na zona extrema dos solos férteis e das áreas de pasto e confinando com a região de savana infestada pela mosca tsé-tsé, o inóspito vale do rio Save e, a leste, as montanhas<sup>24</sup>.

O impulso fundamental teria vindo de dentro, do crescimento das forças produtivas, assentes na terra e no gado. Mas os factores geográficos contribuíram para a sua prosperidade e grandeza.

Beach assevera que "the pre-capitalist Shona economy was anything but self-sufficient in local terms". A análise que temos vindo a fazer demonstrou-o já. Desenvolvê-la-emos mais.

Dois elementos eram fundamentais para a vida do povo Xona: o sal e o ferro. Em 1910, o então secretário dos Negócios Indígenas, Pereira Cabral, salientava que:

"(...) o indígena não julga o sal dispensável e vai bastante longe para o obter"<sup>25</sup>.

Frei João dos Santos, depois de mencionar uma ribeira a duas léguas do forte de Tete, "cuja água é tão salgada como a do mar", continuava:

"Nas terras do Mocaranga (...) dizem que há muitas ribeiras e lagoas de água salgada, de que os cafres fazem sal (...) e d'este se prove quasi todo este Mocaranga, e vale muito (...)"<sup>26</sup>.

"Vale muito" — exclamava o frade dominicano.

Em meados do século XVIII, o sal de Quelimane era transportado

"para todas as mais partes d'aquella conquista, e para outras muito mais distantes, 'com grande utilidade de quem o leva' {...}" 27 [destacado nosso].

Nas tradições recolhidas por Abraham, o sal, existente na área de Chidima, a Sul do Zambeze, estaria na origem da emigração de Mutota para o Norte<sup>28</sup>.

O que sabemos do comércio do sal na África ocidental dá bem a noção da importância de que este produto se reveste para as populações.

Brian Fagan admitiu a hipótese, apoiada em testemunhos arqueológicos convincentes, de que as minas de sal de Ivuna poderiam ter constituído um centro de comércio activo (datas de radiocarbono: 1215 100 a 1410 110 d.c.)<sup>29</sup>.

O mesmo autor assinala como o povo de Ingombelle, cujas sepulturas centrais ricamente ornamentadas com objectos de ouro e de cobre datam de 1400 d.c.<sup>30</sup>, teria obtido estes metais graças ao domínio dos depósitos de sal do Lusitu. O ouro e o cobre eram inexistentes na área.

Entre as fontes salinas do extenso território habitado pelos Xona, destacam-se as do planalto de Mafungabusi<sup>31</sup>, onde os Shangwe, num período tardio, extraíam e vendiam o sal através do rio Umniati, ao preço de uma galinha por uma tigela de sal, as do vale do Zambeze e as do vale médio do Save.

O sal era um dos elementos tributados pelo poder político e certamente não chegava, em muitos casos, aos estratos mais desprotegidos da população. Estes teriam que se contentar com a incineração de determinadas plantas, o aproveitamento dos excrementos dos animais e, em particular, do gado caprino.

No final do século XVIII observava-se que:

"... o tempero geral q̃ uzão, he agua e sal: nas partes mais distantes aonde não pode haver, uzão em seu lugar de cinza de certa palha(...)"<sup>32</sup>.

O ferro, usado em adornos ou objectos cerimoniais (com este último fim faziam-se também enxadas<sup>33</sup>, por exemplo) era fundamental numa civilização que, tendo ingressado há longo tempo na Idade do Ferro, dependia tão fortemente da agricultura. Nas casas, enumera Frei João dos Santos, além da panela, do arco, das flechas e da esteira, os seus moradores tinham ainda duas enxadas, e com isso perfaziam o mobiliário<sup>34</sup>.

O minério estava mais ou menos difundido pela região. O tão citado frade dominicano — indispensável para o estu-

do da época — verificava:

"... Também há por estas terras do Mocaranga muito ferro, e tão bom que alguns portugueses o levam d'aqui para a India, para d'elle fazerem espingardas"<sup>35</sup>.

No Barué havia "muito ferro" (Manuel Barreto, 1667)<sup>36</sup>. No reino de Manica também (António Gomes, 1648):

"... há por aqui mto ferro de q os negros fazê muita copia de enxadas (...) fazem do mesmo nas azagaias, e frechas, machados, facas (...)"

O mesmo é confirmado por António da Conceição (1696)<sup>37</sup>.

Apesar da abundância registada e proclamada, é provável que nem todos os grupos dele dispusessem ou beneficiassem do saber técnico ou organizacional<sup>38</sup> que lhes permitis se tratá-lo. Manuel Barreto, a propósito dos Rios de Cuama, deixa no ar uma proposição vaga: "o ferro é conhecido"<sup>39</sup>. Relatos serôdios dão conta de um activo movimento de trocas. O governador dos Rios de Sena, António de Villas Boas Truão, notava, no início do século XIX, haver:

"... bastantes minas [de ferro] nas terras de Tete, mas muito mais nas terras dos cafres maraves, de onde vem as enxadas que teem consumo nos Rios de Sena, Moçambique, Inhambane, etc."<sup>40</sup>.

Augusto Neuparth (1907), salientando que "em geral os indígenas não negociam entre si", reconhece que "em Mungá-ri ha algum commercio entre elles, servindo-se para a permuta de enxadas, manilhas de arame, tabaco, colheres de pau, etc."

Ainda mais tardiamente (1928), Fernando de Sacadura acentuava:

"A enxada tem grande valor para o indígena e serve-lhe para as suas permutas e compras entre si"<sup>41</sup>.

É arriscado extrapolar para os séculos XVI e XVII o que se passa muito posteriormente. Mas não se nos afigura infundamentado supor que esse comércio, embora revestindo formas, direcções e ritmos diversos, se efectuasse já então, ultrapassando as fronteiras dos grupos clânicos. Assim se explica que António Barreto, por volta do segundo terço do século XVII, reconhecesse às enxadas função monetária, o que de monstra, por um lado, a sua importância e, por outro, a sua capacidade de circulação:

"... no seu Reino [o Barue] não ha mais que as ditas vacas, e algũas machilas q são os panos de algodão de que atrás temos tratado e muito ferro de q fazê enxadas q são moeda mais pequena"<sup>42</sup>.

Outro dos produtos manufacturados que transcendeu a área da produção foi o que no trecho se refere como 'machiras', ou seja, os panos de confecção indígena. Garlake indica-os como um dos artigos importantes do comércio, no império do Mwenemutapa <sup>43</sup>. As referências literárias são numerosas, até que entre os finais do século passado e princípios deste, sob o impacto da revolução industrial, a indústria se extinguiu, sobrevivendo exangue num ou noutro sítio.

O algodão cultivava-se não só nos rios de Sena, como a Sul-sudeste do Zambeze <sup>44</sup>, em Sofala <sup>45</sup> e noutros locais.

Os tecidos constituíam um bem de prestígio <sup>46</sup>, reservado às individualidades socialmente mais destacadas:

"(...) só os distintos vestem pannos, segundo a posse de cada hum (...)" afirmava, em período tardio, Caetano Xavier <sup>47</sup>.

Na época que nos ocupa, mais limitado era certamente o seu uso. André Fernandes, referindo-se ao povo Tongue (Inhamitane), contava:

"O seu traje falando dos cortezãos (que os outros uma pelle deante e outra detraz) é um panno dos que elles fazem de algodão (...) outros vestem dos nossos pannos que vem da India (...)" <sup>48</sup>.

O quadro não devia ser significativamente diferente na maioria do território habitado pelos Xona. Frei João dos Santos, entre outros testemunhos, confirma-o. Começando por aludir ao rei e aos demais senhores, vestidos com

"um panno fino de algodão ou de seda (...) e outro maior do mesmo algodão que os cafres tecem, a que chamam machiras, ou de seda (...)"

ressalva que

"o vestido e traje da maior parte da cafraria, salvo d'aquelles cafres que tem commercio com os portuguezes, ou vivem entre elles"

consiste em andarem nus ou com

"uma pelle de bogio pendurada da cinta para baixo" <sup>49</sup>.

O valor atribuído aos tecidos de confecção local era de tal ordem que os mercadores portugueses trocavam as machiras fabricadas no Boror

"... por roupas que vão da India; e as levão a Mocaranga, a Manyica, onde tem boa valia (...)" <sup>50</sup>.

Os panos eram um meio de troca e de pagamento corrente (nas devidas proporções). Bocarro afiança:

"... he o melhor por onde se negoceia e alcança delles [dos negros] tudo o q se pretende" <sup>51</sup>.

Com eles compraram-se alianças, intrigou-se, provocaram-se divisões, traições.

Gaspar Veloso, na narrativa das viagens de António Fernandes, aludia ao seu comércio tipicamente africano. Tanto no reino de Inhocua como no de Mobiza se teciam panos de algodão que os naturais vendiam ao Mwenemutapa<sup>52</sup>. Os dados que fornecemos não deixam dúvidas quanto à sua circulação interna.

O crescimento das forças produtivas, traduzido por maiores excedentes e pela especialização de certas funções (embora, em regra, não a tempo inteiro)<sup>53</sup>, o ritmo cada vez mais intenso (ou menos lento, como se queira) com que se efectuavam as trocas, as distâncias progressivamente maiores a que estas se praticavam, explicam que certos produtos comessem a ser utilizados como meio de permuta preferencial e, mais do que isso, alcançassem uma multiplicidade de funções que os aproximam da moeda. Alguns já os designámos. Sem pretendermos resvalar num terreno polémico, de natureza teórica e conceptual, diremos que uns se enquadram na categoria de 'objectos para uso monetário' ou, em sentido mais lato, naquilo a que os "substantivistas" denominam 'special purpose money', e outros, a um nível de equivalência mais genérico, correspondem às 'quase-moedas', aos 'símbolos monetários', às 'moedas primitivas', à 'general purpose money'.

Apresentamos dois exemplos significativos: os lingotes e cruzes de cobre e as manilhas do mesmo metal.

Michael Bisson<sup>54</sup>, numa análise das descobertas arqueológicas feitas em Ingombe Ilede e Sanga, deduz que, nestes locais "lingots and wire may have been employed as a general purpose currency within the prestige and perhaps the subsistence economic spheres".

Fiquemo-nos pela afirmativa prudente (seria necessário um estudo em múltiplas direcções como o faz Godelier, em relação aos Baruya, para se obterem resultados concludentes) de que, entre os Xona, determinados objectos, designadamente os lingotes, cruzes e manilhas de cobre, foram utilizados como instrumentos monetários relativamente desenvolvidos.

António Fernandes verificara que no reino de Mombara (o distrito de Urungwe, no antiga Rodésia, segundo Garlake),

"(...) há (...) muito cobre e dela [dessa terra] trazem o cobre a vender ao Monomotapa em país como os nossos (...)"<sup>55</sup>.

Informação certamente fidedigna pois, em 1758, o já mencionado Inácio Caetano Xavier expunha que "o cobre, que nestas partes vem, he de Ambara".

Frei João dos Santos enumera um conjunto de 'moedas' (expressivas do grau de intensidade e sistematização das trocas). Uma delas,

"... com que se compram as coisas miudas [que] são umas barrinhas de cobre do comprimento de meio palmo, e da largura de quase dois dedos, a que chamam maçontas, e cada uma d'ellas vale também três vinténs"<sup>56</sup>.

Num inquérito promovido em 1636, sobre as minas de ouro da Mocaranga, foi ouvida uma testemunha de nome António Silva:

"... e das minas de cobre disse que não sabia mais que ver os naturaes da terra que o vendem dar a seis mesentas por hum panno (...)"<sup>57</sup>.

Décadas mais tarde, Manuel Barreto assevera:

"... e entre os cafres he como moeda a que chamão massontas, que são duas aspas juntas por hua traveça entre meya"<sup>58</sup> [trata-se com certeza de cruzeiros em H].

A natureza monetária do fio de cobre (a que se podiam reduzir os lingotes e cruzeiros) transparece sem equívocos do seguinte trecho de António Bocarro, em que o historiador narra a viagem de Gaspar Bocarro, em 1616, de Tete a Quiloa:

"... foi caminhando pelas terras do Bororo [Boror] (...) chegou ao lugar de Inhampury, onde comprou mil manilhas de fio de cobre, que os cafres d'aquelle lugar fazem, por haver alli muito cobre. Estas manilhas servem de moeda em todos estes caminhos da cafraria, para os gastos miudos"<sup>59</sup>.

Temos procurado, ao longo deste esforço de pesquisa de dados e de reflexão (não suficientemente amadurecida), 'ignorar' o comércio com aqueles que Randles denomina 'talassianos' (thalassians). Esta tarefa cabe a Inácio Guerreiro. Porém, um estudo em profundidade da circulação dos produtos, no domínio dos Xona, nos séculos XVI e XVII, não deve isolar os dois aspectos do problema. É muito provável que as rotas do comércio internacional, nalguns casos, se sobrepusessem às anteriormente desenhadas pelas trocas internas; é incontestável que beneficiaram da rede de relações entretecida no interior, por via dos laços de parentesco ou outros. O intermediário do comércio a longa distância transportou consigo não só os produtos de luxo vindos do exterior, e as mercadorias correspondentes de origem africana, como também artigos mais prosaicos que satisfaziam as necessidades locais. Conviria determinar o que cabe ao comércio dos bens de prestígio e das camadas privilegiadas, e o que pertence ao domínio dos bens de subsistência e das largas massas da população. Conviria avaliar o peso respectivo de cada uma das categorias na circulação dos produtos.

Até que ponto uma estrutura social vertical retardou o aparecimento de mercados, activadores do progresso material das populações, e permitiu que no seu seio funcionassem as feiras (apesar das fortes restrições por parte dos Rozwi, a partir do século XVIII, ou seja, do que se convencionou chamar a dinastia dos Changamiras), caracterizadas por um comércio de bens improdutivos?

De forma genérica e que ilude a resposta necessária a questões candentes da problemática actual africana (a ocupação colonial fez-se não só à força das armas — o que é altamente contestável nos séculos XVI e XVII — repare-se: os prazos surgem nesta altura, mas graças a alianças<sup>60</sup> com objectivos divisionistas junto das aristocracias locais), terminemos com Brian Fagan:

"The diffusion of more advanced metallurgical techniques and artifacts, more sophisticated agricultural methods, and the establishment of important chieftainships, could not have taken place without the greater mobility of products and people caused by the informal trading networks between countless Iron Age villages through South Central Africa"<sup>61</sup>.

#### NOTAS

<sup>1</sup>Cf. François Puillon (dir.), A Antropologia Económica, (Lisboa: Edições 70, 1978), p.210.

<sup>2</sup>Eis o que Meillassoux escreve: "Markets are primarily induced by external exchanges of complementary products with an alien population". P. Bohannan e G.Dalton (eds.), Markets in Africa, (Northwestern University African Studies, nº5), p.207.

<sup>3</sup>Rafael Karpinsky, "Considérations sur les échanges de caractère local et extérieur de la Senégambie dans la deuxième moitié du XVe et au début du XVIe siècle", Africana Bulletin, Uniwersytet Warszawski, 8 (1968):69.

<sup>4</sup>W.G.L.Randles, L'Empire du Monomotapa du XVe au XIXe siècle, (Paris:Mouton, 1975), p.124.

<sup>5</sup>In Hugh Tracey, António Fernandes Descobridor do Monomotapa, (Loureço Marques: Imprensa Nacional, 1940), p.20. As viagens de A.Fernandes ter-se-iam efectuado em 1514-1515. 'Shambadza' significa em xona 'trocar' (Randles, op.cit., p.124). Caetano Montez aventura a hipótese de que o termo derive da palavra árabe 'bazar' (Tracey, op.cit., p.39). Segundo Duarte Barbosa (in R.S.E.A., vol.I, p.89) os mercadores vindos do 'Benemeta pa' vendiam o ouro aos mouros "sem peso".

<sup>6</sup>Numa exposição dos conceitos fundamentais de Karl Polanyi, Lucette Valensi escreve, a propósito dos "port of trade": "A l'oppose, le commerce extérieur a pour siège l'institution spécifique du port de traite. Mettant en relation soit des ensembles écologiques différents, soit plutôt une économie non marchande avec une économie marchande ou au moins avec une classe de marchands professionnels étrangers, le port de traite répond

aux besoins tant militaires que politiques de l'appareil d'État". Lucette Valensi, "Anthropologie Économique et Histoire: L'œuvre de K. Polanyi", Annales, E.S.C., 29 année (6), Nov.-Dec. 1974:1313.

<sup>7</sup>Gustavo de Bivar Pinto Lopes, Respostas ao Questionário Etnográfico (Beira: 1928), p.72.

<sup>8</sup>Lopes, op.cit., p.75.

<sup>9</sup>Cf. Roger Meunier, "Formas de Circulação", A Antropologia Económica, anteriormente citada, p.228. O autor, reportando-se a Polanyi, declara não ser o aparecimento de um excedente determinante no desenvolvimento das trocas, podendo uma situação de penúria ou de fome constituir um estímulo ao aumento das trocas alimentares. O que merece a nossa concordância. Veremos como as secas prolongadas foram um factor de movimentação das populações Xona e, em particular, dos produtos agrícolas. Note-se, por outro lado, que não afirmamos existir uma relação 'automática' entre a criação de excedentes (ou o crescimento das forças produtivas) e a formação dos mercados. A este respeito consulte-se Maurice Godelier, Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas, (Lisboa: Seara Nova), p.118, e ainda Horizon, Trajets Marxistes en Anthropologie (François Maspero, 1973), pp.159-200. Acreditamos, porém, como o já referido Rafael Karpinsky, que a condição fundamental (da instituição do mercado) é o desenvolvimento da produção que permita a obtenção de excedentes permanentes em relação ao consumo médio.

<sup>10</sup>Mary Douglas e Darryl Ford. As questões enunciadas reproduzem a opinião dos dois antropólogos referidos sobre as economias primitivas. Nestas, "Os mercados não se desenvolvem porque são muito fracas as vantagens das trocas internas", como afirmam. Ver A Antropologia Económica, já cit., p.213.

<sup>11</sup>David Beach, "The Shona Economy: Branches of Production", in The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa, (London: Heinemann 1977) p.42.

<sup>12</sup>Este carácter não acumulativo é assinalado, entre outros, pelo Padre Monclaro: "...como sente q hum tem vacas, milho, ou Naqueny q lhes possa dar a gastar, a este escolhem por Fumo ('chefe') e tanto dura quanto tem q gastar, e depois q lhe comem tudo o lanção fora da dignidade (...)", in "Relação da Viagem q fizeram os Padres da Companhia de Jesus com Franco Barreto na Conquista de Monomotapa no anno de 1569", in R.S.E.A., vol.III, pp.178-179. Ou ainda: "(...) se acontece algum entre elles ser mais deligente, e grangeador e por isso colhe melhor novidade, e copia de mantimento; logo lhe armão cousas falsas por onde lhe tomao e comao (...)", op.cit., loc.cit., p.182.

Mas, como reconhece Randles (L'Empire...), a partir do século XVI, pelo menos, assiste-se a um sistema de redistribuição não equilibrado (op.cit., p.95). É provável que Marc Augé exagere ao referir-se à "vacuidade do conceito de reciprocidade (numero citado dos Annales, p.1369). Porém, no que concerne aos impérios forjados na área de ocupação dos Xona, nomeadamente o dos Rozvi e do Mwenemutapa, em especial o primeiro, estamos perante uma sociedade, a nosso ver, dividida em classes, na qual parte da aristocracia, separada da produção material, se apropria efectivamente do sobre-trabalho das comunidades locais. Verifica-se que, fora das relações de parentesco, outras se desenvolvem, na base de uma clientela que beneficia quer de uma repartição desigual dos factores de produção, quer de uma redistribuição que a favorece em bens perduráveis e não só. A concentração da riqueza nas mãos dos notáveis é flagrante:



Matuzianhe, derrotado pelo Mwenemutapa, tem 3.000 vacas (António Bocarro, Década XIII, capítulo CXXXII, in R.S.E.A., vol.III, p.290); em 1613, Diogo Simões Madeira penetra no forte defendido por Chombe, vassalo de Sena: "... e foi o despojo que acharam muito, porque só de escravaria se levaram daqui mais de oito mil negros captivos e outros tantos meninos, muito algodão e pannos que os cafres fazem d'elle (a que chamam machi-ras) marfim e muitos mantimentos" (idem, cap.CXXXVII, in R.S.E.A., vol. III, pp.302-303).

Mesmo descontando o exagero de tais relatos, todos confirmam a clivagem sócio-económica apontada, embora a olhos europeus o seu significado não fosse por vezes perceptível (a magnificência aqui mede-se pelo número de vacas, de mulheres, de panos, etc., numa determinada família ou, inclusivamente, numa linhagem).

- 13 "Carta do Vice-rei da Índia a El-Rei", datada de Goa, 3 de Janeiro de 1715, in A.B.de Bragança Pereira, Arquivo Português Oriental, (Goa: Bas torá, tomo II, vol.III, parte II, p.150).
- 14 Frei João dos Santos refere-se a uma fome "de que muita gente morreu", provocada por uma praga de gafanhotos que dizimou as culturas (Ethiopia Oriental, livro terceiro, cap.XII, in R.S.E.A., vol.VII, p.132).
- 15 Francisco José de Lacerda e Almeida, Diário da Viagem de Moçambique para os Rios de Senna feita pelo Governador dos Mesmos Rios, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1889), pp.28-29. A viagem efectuou-se em 1797-98.
- 16 Joaquim Carlos Paiva de Andrada, Relatório de uma Viagem às Terras do Changamira, 1886, p.4.
- 17 Frei João dos Santos, op.cit., p.168.
- 18 Ignacio Caetano Xavier, "Notícias dos Domínios Portugueses na Costa da África Oriental", in António Alberto de Andrade, Relações de Moçambique Setecentista, Agência Geral do Ultramar, 1955, p.144.
- 19 Fernando de Sacadura, "Usos e Costumes de Quiteve, Território de Manica e Sofala", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 46ª série, 3-4, 1928, p.377.
- 20 Augusto Ricardo Neuparth, "Zambézia e Barué", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 25ª série, 3, 1907.
- 21 Gustavo de Bivar Pinto Lopes, op.cit., p.65.
- 22 Mário de Carvalho, Agricultura Tradicional em Moçambique (Lourenço Marques: 1969), p.7.
- 23 Carlos Ramos de Oliveira, Os Tauaras do Vale do Zambeze, (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1976), pp.26-27.
- 24 P.S.Garlake, The Great Zimbabwe, nomeadamente pp.184 e 197. O autor escreve: "Cattle had become an important economic factor with the immigration of the Leopard's Kopje people and provided in the first time, a medium of exchange and a means by which wealth could be accumulated (...)" p.184.
- 25 António Augusto Pereira Cabral, Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique, (Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925) p.40.

- <sup>26</sup>Frei João dos Santos, op.cit., in R.S.E.A., vol.VII, p.83. Quanto aos lugares do sal, veja-se ainda "Viagem que fez o Padre António Gomes, da Compã de Jesus, ao Imperio de de [sic] Monomotapa; e assistência que fez nas ditas terras de. Alg'uns annos", Stvdia, 3, p.223.
- <sup>27</sup>"Relatório de Francisco de Melo e Castro", 10 de Agosto de 1750, in A.B. de B. Pereira, op.cit., tomo IV, vol.2, parte II, p.82.
- <sup>28</sup>Cf. D.P. Abraham, "The Monomotapa Dynasty", NADA, Salisbury, 36, 1959:6, o que é contestado por D.N. Beach, "The Mutapa Dynasty", in History of Africa, vol.3, 3, 1976:5. Este autor julga que a falta de sal é "a common tradition found on the Magungabasi and Urungwe plateaux, as well as in the Mutapa State" que "probably reflects the modern people's awareness of the local salt trade as a reason for travel in the past rather than a real economic condition for the fifteenth century". Não nos parece que D.N. Beach tenha razão.
- <sup>29</sup>Brian Fagan, "Early Trade and Raw Materials", in R.Gray e D. Birmingham (eds.), Pre-Colonial African Trade, O.U.P., 1970, p.28. A última datação que conhecemos, de Phillipson. As datas contidas no volume de Brian Fagan traduzido em português, África Austral (Ed. Verbo), estão ultrapassadas. Repare-se que Ingombe Ilede significa "o lugar onde as vacas dormem", o que é mais um elemento a assinalar a importância do gado na economia dessa vasta área cortada pelo Zambeze, embora aqui não habitada pelos Xona.
- <sup>30</sup>"The desire for salt and ivory is given as a reason for the Rozwi invasion of the Shankwe inspired by the Mambo, who presumably received these goods afterwards as tribute" (Nicola Southerland-Harris, "Trade and the Rozwi Mambo", in R.Gray e D.Birmingham (eds.), op.cit., p.249).
- <sup>31</sup>D.Beach, op.cit., p.47.
- <sup>32</sup>Gerhard Liesegang (int. e notas), "Resposta das questões sobre os cafres" ou "Notícias etnográficas sobre Sofala do fim do século XVIII", Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1966, p.25.
- <sup>33</sup>Uma das insígnias do rei do Mwenemotapa era, como dizia João de Barros, "hum enxada mui pequena com hum cabo de marfim", facto que Frei João dos Santos nega mas que tudo leva a crer, pelos estudos etnográficos actuais, seja verdade (Cf. Randles, op.cit., p.101). Durante as secas prolongadas o rei do Barue enviava ao medio Kabudu Kagoro duas enxadas (Allen Isaacman, "Madzi Manga, Mhondoro and the Use of Oral Traditions — A Chapter in Barue Religions and Political History", Journal of African History, XIV, 3, 1975, p.398). Francisco Barreto, ao firmar as pazes com os "Mongazes" entrega-lhes enxadas "q é o sinal de paz" (Padre Monclaro, loc. cit. in R.S.E.A., vol.III, p.194). Francisco I.Gorjão de Moura, "Campanha das terras do Bire", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 8ª série, 7, 1888-1889, p.376, recebeu como presente do Mambo Chideu um quis sapo de farinha e uma enxada. As enxadas eram fabricadas pelos indígenas com o ferro ali mesmo extraído.
- <sup>34</sup>Frei João dos Santos, op.cit., in R.S.E.A., vol.VII, p.27.
- <sup>35</sup>Idem, p.101.
- <sup>36</sup>Manuel Barreto, "Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama", in R.S.E.A., vol.III, p.457.

- 37 António Conceição, "Tratado dos Rios de Cuama", O Chronista de Tissaury, II, 14, Nova Goa, 1867, p.45.
- 38 No século XIX os Nyanja, que se celebrizaram na produção de enxadas por uma vasta área, "did not make innovations in either smelting or forging, but they did manage to increase production by bringing several forces together in one suppra-village factory under the supervision of one expert, and by encouraging apprentices from other peoples to join them, supplying labour in return for training and, often, a daughter" (D.Beach, op.cit., pp.48-49). Contudo, o autor acrescenta: "In many ways their production techniques were very sophisticated".
- 39 Manuel Barreto, "Supplemento da Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama", in R.S.E.A., vol.III, p.499.
- 40 António Norberto de Barbosa de Villas Boas Truão, Estatística da Capitania dos Rios de Senna do anno de 1806, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1889) texto escrito em 1810, p.13. Mais adiante insistia: "Toda a qualidade de instrumentos de ferro domésticos e agrários de que se usa em os Rios de Senna, Moçambique, Inhambane, Sofalla, etc. são feitos no país dos Maraves" (op.cit., p.22, nota 1).
- 41 Fernando Sacadura, op.cit., p.375.
- 42 António Bocarro, "Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, cidades e povoações do Estado da India Oriental com...", in A.B.de Bragança Pereira, pref. e notas, op.cit., tomo IV, vol.2, partes I e II, p.21. A obra teria sido concluída em 1635.
- 43 "Cotton grown near the Zambezi River and laboriously woven in their strips was another important item of trade within the empire" (P.S.Garlake, The Great Zimbabwe, p.177).
- 44 Conceição, op.cit., p.43.
- 45 Livro de Duarte Barbosa, in R.S.E.A., vol.I, p.88.
- 46 A dicotomia entre bens de prestígio e bens de subsistência não se adapta inteiramente a situação nos domínios Xona. A nosso ver, o tema exige estudos mais detalhados e circunstanciados.
- 47 Ignacio Caetano Xavier, op.cit., loc.cit., p.146.
- 48 "Carta do Padre André Fernandes ao Irmão Luiz Froes de 25 Junho 1560", in R.S.E.A., vol.II, p.71. Noutra carta (5 Dezembro 1562) o mesmo Irmão escreve: "Toda a gente é pobre e vestem communmente pelles de animais que é a maior parte". Frei António da Conceição diz, porém, que os negros fazem "huns pannos, a que chamão machiras, com que muytos se vestem". É tal vez um exagero, ditado pela óptica de classe dos interesses portugueses. Estes fazem recair a sua atenção não no povo miúdo mas nas camadas aristocráticas.
- 49 Frei João dos Santos, op.cit., Livro I, cap.XII.
- 50 P. António Gomes, loc.cit., p.203.
- 51 A. Bocarro, "Livro dos Plantas..." in loc.cit., p.14.
- 52 Carta de Gaspar Veloso, in Hugh Tracey, op.cit., p.26. Segundo João de

Barros (Década I, Liv.X, Cap.I) o Mwenemutapa não usava panos estrangeiros, senão os feitos na terra. O principal ornamento que ostentava na sua casa eram uns panos de algodão "que se fazem na terra de muitos lavores, cada hum dos quaes será do tamanho de hum dos nossos reposteiros, e vale rão de vinte te sinquenta cruzados".

<sup>53</sup>Segundo D.Beach, "the term 'specialist' in the Shona economy does not imply total specialization"; os especialistas continuavam, no essencial, agricultores. Mas é provável que, nalguns casos, quer a nível individual ou de grupo (Garlake cita os construtores de amuralhados, deslocando-se de área para área onde eram reclamados os seus serviços) a divisão de trabalho acusasse maior clivagem do que aquela que se depreende das palavras de Beach.

<sup>54</sup>Veja-se o já citado capítulo de Roger Meunier em A Antropologia Económica, nomeadamente as pp.248-252; e ainda Michael S.Bisson, "Copper Currency in Central Africa: the Archaeological Evidence", World Archaeology, vol.6, 3, February 1975, pp.276-292. A este respeito, reveste-se de especial interesse o estudo de Maurice Godelier, inserto em Horizon, Trajets Marxistes en Anthropologie, intitulado "Monnaie de sel et circulation des marchandises chez les Baruya de Nouvelle-Guinée". O autor escreve: "Pour qu'une marchandise fonctionne comme 'monnaie' il faut qu'elle puisse s'échanger contre 'l'ensemble' des autres marchandises, qu'elle fonctionne comme leur équivalent 'général'". Para Godelier, o sal, no caso vertente, funcionava como moeda.

<sup>55</sup>Carta de Gaspar Veloso, op.cit., p.24.

<sup>56</sup>Frei João dos Santos, op.cit., p.192.

<sup>57</sup>José de Oliveira Boleo, "Novas Achegas para a História da Exploração das Minas do Monomotapa", Garcia da Orta, II, 1, 1954, p.86.

<sup>58</sup>Manuel Barreto, "Suplemento da Informação..", in R.S.E.A., vol.3, p.499.

<sup>59</sup>António Bocarro, Década XIII, cap.CXLV, in R.S.E.A., p.324.

<sup>60</sup>Creemos que, no caso dos Xona, se assiste a uma erosão das relações de parentesco de tal forma que elas não exprimem já o conjunto das relações de produção. As genealogias reais forjadas — que iludiram historiadores probos como Abraham, numa altura em que se depositavam grandes esperanças na recolha das tradições orais — são disso testemunho. Embora constituam o quadro ideológico com que se pretende legitimar os factos, entre estes e aquele as disjunções são flagrantes.

<sup>61</sup>Brian Fagan, "Early Trade and Raw Materials", in op.cit., p.38.

Lisboa, 1 de Outubro de 1978

## O FUNDO "ISANI" DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE: UMA FONTE IMPORTANTE DA HISTÓRIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Michel Cahen

Juntamente com os numerosos relatórios da velha "Secção Especial" do Arquivo Histórico de Moçambique, e com milhares de caixas dos fundos das diversas administrações de circunscricção e concelho em vias de classificação, os dois principais fundos para a história social da colonização portuguesa contemporânea em Moçambique são, certamente, o Fundo da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas e o Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil. Estes fundos são gigantescos, quase que desencorajantes para o investigador, mas de uma riqueza incalculável. Apoiada nestas duas grandes administrações, os "Negócios Indígenas" e a "Administração Civil", a direcção do AHM decidiu individualizar um terceiro fundo, reagrupando todos os relatórios emanados do corpo de inspectores dos serviços administrativos e dos negócios indígenas, a "Inspeccção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas" (ISANI). Este fundo encontra-se ainda em vias de organização, sendo pois possível que seja enriquecido com caixas novas. É todavia possível que elas não lhe alterem a fisionomia geral, que apresenta vantagens importantes para o investigador.

Trata-se, efectivamente, de um fundo reduzido (cem caixas, actualmente), formado não por documentos dispersos mas por verdadeiros relatórios brochados, contendo análises e um grande número de documentos classificados. Não são, de modo algum, fontes secundárias, mas antes recolhas de informações reunidas no decorrer de inspecções por vezes com vários meses de duração, reprodução de circulares locais ou dos distritos, frequentemente confidenciais, de actas de numerosas "banjas" onde os "chefes gentílicos", relativamente protegidos, na circunstância, pela presença do inspector, se exprimem sobre os problemas mais diversos (sucessão dinástica, estragos causados por feras no seio dos africanos, a quem estava vedado o porte de arma, abusos de todo o tipo pratica-

dos por chefes de posto, etc...). Por vezes são estudos pontuais sobre uma questão de actualidade numa região do país, representando quase que livros independentes no interior dos relatórios.

Ao consultar o fundo ISANI, compreendemos muito bem por que é que a confidencialidade e a reserva constituíram a regra principal de funcionamento da administração portuguesa: a maior parte das informações ali reunidas teriam tido o efeito de verdadeiras bombas se fossem publicadas na época...

De facto, se o corpo de inspectores parece evidentemente conservador, ele revela-se igualmente nacionalista e republicano. É preciso ter em conta o contexto em que eles foram formados, em resultado da Reforma Administrativa Ultramarina (1929). O grau de inspector era imediatamente inferior ao de governador de província (designação de 1930 a 1951) ou de distrito (designação posterior a 1951), e era no seio dos primeiros que se recrutavam os segundos. Certamente que nem todos os inspectores se tornavam governadores, e em grande medida aquele tratava-se de um posto de fim de carreira no quadro administrativo colonial. Isso significa, em geral, que os inspectores eram de idade madura e que, portanto, tinham realizado a sua formação universitária e política na época da monarquia liberal ou da Primeira República. Ora este pessoal permanecerá no activo até aos anos cinquenta, em pleno período fascista. Significativamente, a Inspeção Superior em Lisboa será, aliás, dirigida por Henrique Galvão até ao final dos anos quarenta. O resultado da produção destes inspectores, sem dúvida militantes sinceros da grandeza de Portugal e, portanto, de um desenvolvimento real que incluísse o ultramar, não são simples relatórios das suas inspecções mas uma verdadeira análise sócio-política daquilo que eles constataam. Legalistas por definição, eles defendem a aplicação do preceituado no Código de Trabalho Indígena, naquilo que ele possa ter de favorável aos africanos e de paternalista; denunciam as violências públicas feitas sobre os chefes africanos porque elas são ilegais; escrevem que a esmagadora maioria das empresas não respeita as normas do direito do trabalho, etc...

Entre finais dos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta este pessoal desaparece, substituído a pouco e pouco por um outro, formado no serralho do Estado Novo. Os relatórios tornam-se estritamente administrativos, jurídicos e financeiros. Um relatório sobre a circunscrição dos Macondes, de 1961, por exemplo, não diz uma só palavra sobre o massacre de Mueda. Para reencontrar a profundidade de análise dos

"velhos inspectores" será doravante preciso procurar junto dos intelectuais esclarecidos e marginais do regime, à dita "primeira ala liberal" agrupada por Adriano Moreira no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, depois Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; ou ainda junto dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações. Quando tal se tornar possível, certamente que se rá também necessário consultar sistematicamente os arquivos confidenciais dos anos sessenta. Esta mediocridade crescente do final dos anos cinquenta e do início dos anos sessenta mitiga as lamentações do historiador face à lei de prescrição dos arquivos recentes, aplicada em todos os países do mundo. Moçambique é, certamente, um dos países mais liberais a este respeito, dado que os fundos estão disponíveis até 1961 — e por vezes ainda mais, quando um documento está colocado na "Secção Especial". Alguns relatórios do fundo ISANI posteriores a esta data, que me foram fornecidos por erro ou distração da equipa responsável no AHM, confirmam amplamente a impressão de mediocridade do fundo ISANI relativamente a este último período (certamente que podem sempre ocorrer surpresas agradáveis).

Alguns investigadores consultaram já o fundo ISANI (nomeadamente o americano Allen Isaacman e o soviético Guergui Derluguian). Parece-me portanto útil descrevê-lo, enquanto que se espera pelo surgimento de um inventário completo e detalhado. Apresentamos pois, em seguida, uma pequena lista das caixas disponíveis seguida de uma selecção de relatórios de inspecção sumariamente apresentados.

A classificação das caixas é regional e, depois, cronológica. Esta classificação é forçosamente imperfeita porque os inspectores recebiam por vezes ordens para se dirigirem a circunscrições vizinhas, mas pertencentes a uma província diferente daquela que era suposto inspeccionarem: isso significa que alguns relatórios locais estão situados em caixas relativas a outras regiões. Pessoalmente, só encontrei um caso em que, segundo a minha opinião, a classificação está errada: trata-se de relatórios referentes à velha província do Niassa (que agrupava inicialmente os distritos de Moçambique, de Cabo Delgado e do Lago, e depois apenas os de Moçambique e do Lago) que, concretamente, tem muito mais a ver com o distrito de Nampula que com o de Vila Cabral (caso das caixas 93-94, que se deveriam juntar às caixas 76 a 78).

As caixas completamente disponíveis possuem os seguintes números: 1-2-3-5-6-13-20-24-25-39-40-48-56-57-59-62-63-64-66-76-77-78-89-91-92-93-94-95-96-97. As caixas parcial-

mente disponíveis são aquelas que podem ser pedidas para consulta mas antes da qual serão retirados do seu interior os relatórios posteriores a 1960: 10-17-18-21-22-26-27-28-29-30-31-41-42-46-53-54-55-58-60-61-65-67-68-79-82-88 - 90-99. As caixas não disponíveis são aquelas que contêm unicamente relatórios posteriores a 1960: 4-7-8-9-11-12-14-15-16-19-23-32-33-34-35-36-37-38-43-44-45-47-48-49-50-51-52-69-70-71-72-73-74-75-80-81-83-84-85-86-87-98-100. Ficam pois 58 caixas disponíveis ao exame do investigador. De entre essas caixas inteira ou parcialmente disponíveis, as caixas 1 a 18 dizem respeito principalmente ao distrito de Lourenço Marques (incluindo igualmente algumas circunscrições que, em diversas alturas, fizeram parte do distrito de Gaza). As caixas 20 a 29 dizem respeito ao distrito de Gaza. As caixas 30-31 ao distrito de Inhambane. As caixas 39 a 55 ao distrito de Manica e Sofala. As caixas 56 a 60 ao distrito de Tete. As caixas 61 a 68 ao distrito da Zambézia. As caixas 76 a 88 (tal como 93-94, cf. supra) ao distrito de Moçambique (Nampula) e, parcialmente, ao do Lago (Vila Cabral) e de Cabo Delgado. As caixas 89 a 92 ao distrito de Cabo Delgado. As caixas 94 a 99 ao distrito do Lago (Niassa).

## BIBLIOGRAFIA SELECTIVA DO FUNDO ISANI

Os relatórios de inspecção são evidentemente desiguais. Independentemente da mediocridade crescente que ocorre à medida que nós aproximamos de 1961, os relatórios que versam as estruturas municipais (câmaras, juntas locais, comissões municipais) ou diversos serviços municipalizados são, em geral, muito menos interessantes que aqueles que analisam a gestão dos concelhos, circunscrições e postos administrativos, porque são estritamente jurídicos. É escassa a informação sobre a vida política colonial, que não era inexistente e se exprimia frequentemente em polémicas no decorrer das sessões dos concelhos municipais. É por isso que eles não são geralmente citados aqui. Os relatórios repertorizados em seguida são datados de 1937 a 1963. Apresentamo-los pela ordem das caixas.

### Caixa 1:

- SPENCER, Augusto Vaz, Relatório da inspecção ordinária ao distrito de Lourenço Marques (Relatório da inspecção ao concelho de L.M. e circunscrições de Marracuene e Maputo), LM, 18 de Outubro de 1950, 210p. dactilografadas. Os distritos só são oficialmente criados em 1951, em substituição das pro



víncias, quando todo o Moçambique se torna uma "província". Mas o "distrito autónomo" de Lourenço Marques está separado da província do Sul do Save desde 1946, com o concelho de Lourenço Marques e as circunscrições de Marracuene e Maputo. A notar neste relatório de inspecção, dados sobre a "fome de terras" em Marracuene e o "grande descontentamento no seio das populações nativas" devido ao facto que as "reservas indígenas" não são nem adequadas nem respeitadas. No Maputo, uma das seis reservas criadas em 1919 foi proclamada reserva de caça, com a consequência de desgastes consideráveis para as culturas e a extensão das glossinas. Grande instabilidade governativa em Marracuene, uma circunscrição do sul e, portanto, mais procurada (uma média de um chefe de posto em cada 18 meses, contra os 31 meses relativos a Maputo).

#### Caixa 2:

- GIL, Abílio Mendes, Inspecção ordinária ao concelho de L. M. e às circunscrições de Maputo e Marracuene, 26 de Julho de 1954, 246p. dactil. Tal como no precedente, alguns dados sobre as "demarcações provisórias de terrenos". O administrador do concelho de L.M., o bem conhecido Ferraz de Freitas, é felicitado pela criação de associações profissionais de indígenas, iniciada pelo inspector Montanha. Alguns dados sobre essas associações.

#### Caixa 3:

- SANTOS, Alfredo Rodrigues dos, Relatório e documentos referentes à primeira inspecção ordinária à administração do concelho de Lourenço Marques e respectivo posto administrativo da Munhuana, L.M., 29 de Maio de 1943 (5p.+32p.+22 p.) dactil.

Péssimas condições de instalação do posto da Munhuana.

#### Caixa 5:

- SANTOS, Alfredo Rodrigues dos, Relatório e documentos referentes à primeira inspecção ordinária à Câmara Municipal de Lourenço Marques e respectivos serviços autónomos de viação, 1941-42, L.M., 8 de Dezembro de 1942 (25p.+118p.+28p.+48p.+doc.pag.var.) dactil. Um dos raros relatórios "municipais" com interesse histórico. Efectivamente, encontramos nele uma retrospectiva histórica das diversas câmaras e comissões administrativas, que se sucedem a um ritmo veloz.

#### Caixa 6:

- MOURA, João Villas-Boas Carneiro de, Relatório da inspec-

ção ordinária à Câmara Municipal de L.M. e Serviços Municipalizados de Viação e de Água e Electricidade, elaborado pelo inspector administrativo..., L.M., Junho de 1956, vol.1, (92p.+390p.) dactil., vol.2 (33 fotos+112 doc.pag.var.) dactil. Não há inventário dos bens da municipalidade desde 1942! Uma "atmosfera especial" reina entre os funcionários da municipalidade. Os inícios do Gabinete de Urbanização do Ultramar.

#### Caixa 10:

- MONTANHA, António Alberto Furtado, Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária à circunscrição da Manhiça, 1937, L.M., 6 de Outubro de 1937, 5p.+21p.+17p. Dados sobre a Incomati Estates, sobre a plantação Martins de Azevedo, sobre a Marracuene Agrícola Comercial Lda. Reflexões sobre a falta de interesse dos administradores a respeito dos chefes tradicionais.

- CORREIA, Armando Eduardo Pinto, Relatório e documentos referentes à inspecção extraordinária à circunscrição da Manhiça, 1937, L.M., 8 de Dezembro de 1937, 55p.+57p.+19p.dactil. Dados interessantes sobre as condições de trabalho e de vida na Incomati Estates. Queixas de chefes indígenas contra uma série de extorsões de terras.

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório parcial da Manhiça e de Magude, L.M., 1 de Janeiro de 1954, 151p. dactil. ou polic. Antigo governador de Timor durante a Segunda Guerra Mundial onde, segundo parece, foi defensor de punições corporais. A.P.de Sousa Santos foi também autor de vários relatórios de inspecção conscienciosos. Neste encontram-se sobretudo resultados de um questionário de 30 de Novembro de 1953 sobre as empresas da Manhiça, que permitem verificar que nenhuma das 70 empresas recenseadas aplica o Regulamento do Trabalho Indígena... A situação parece um pouco melhor em Magude, mas a Sociedade Agrícola do Incomati, sociedade de capitais portugueses que ficou com a Incomati Estates em 1951, continua a utilizar crianças para empurrar as "decauville" apesar de ter gado, e quatro anos depois surge a queixa de Henrique Galvão... Ela não indemnizou todos os africanos "encravados" na sua concessão.

#### Caixa 17:

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório da inspecção feita à circunscrição do Sabié-Sede e posto de Ressano Garcia e Machatuine, do período de Março de 1947 a Agosto de 1955, pelo inspector administrativo interino..., L.M., 1955,

248p. dactil. Alguns incidentes na Companhia de Cimentos e sinais de agitação (panfletos) em Bilene e Manica e Sofala. Segundo ele, retornos massivos do Tanganhica e da Niassalândia. Um extenso questionário sobre as empresas (Abril de 1955), mas pouco utilizável porque é preenchido pelas próprias empresas.

- GIL, Abílio Mendes, Inspecção ordinária à circunscrição do Sabié e postos administrativos de Ressano Garcia e Machatuíne, 1960, Moamba, 11 de Fevereiro de 1960, 51p.+(55p.) dactil. Questionário às empresas do Sabié: a situação parece melhor. Mas a estimação do peso do gado vendido nos mercados é sempre feita a olho ("arrobamento"), enquanto que os africanos há anos pedem balanças.

#### Caixa 18:

- GIL, Abílio Mendes, Inspecção Ordinária à circunscrição da Namaacha e seu posto administrativo de Changanane, 1960, Namaacha, 24 de Março de 1960, 46p.+(40p.) dactil. Problema de terras para a criação de gado, habitação e culturas. Desaparecimento dos "contratados" e generalização dos "voluntários eventuais", o que mostra uma clara tendência para a proletarização e surgimento do assalariado sazonal clássico, confirmado pela consulta ao questionário às empresas da Namaacha.

#### Caixa 20:

- REIS, Raul Cândido dos, Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária às circunscrições de Bilene, Sabié, Manhiça, Guijá, Magude, 1942, L.M., 30 de Setembro de 1942, (31p.)+24p.+(106p.) dactil. e mimeo. Um relatório confidencial sobre a inspecção a Magude (7 de Setembro de 1942) relata o descontentamento indígena face aos atrasos no pagamento dos salários dos "contratados" e chama de novo a atenção para as condições de trabalho alucinantes na Incomati Estates.

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório das inspecções às administrações de: concelho de Gaza, circunscrição do Bilene, circunscrição da Manhiça e circunscrição de Magude (1953), s.l., 1953-54, 646p.dactil. Agudo problema de terras em Gaza. Os chefes gentílicos seguem atentamente a revolta dos Mau-Mau. No Bilene, activismo de seitas religiosas. Continuam sistematicamente os roubos nos preços pagos aos africanos pelo gado. Descontentamento relativamente à cultura do arroz. O inspector pede que sejam distribuídas armas a todos os "portugueses europeus"...

#### Caixa 21:

- COSTA, Francisco de Melo e, Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária à Junta Local e Concelho de Gaza e às Circunscrições de Chibuto e Muchopes, 1941, L.M., 30 de Janeiro de 1942, 89p.+(26p.) dactil. Fome em Manjacaze, Chidanguela e Muchopes; especulação dos comerciantes.

#### Caixa 26:

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório da inspecção ordinária feita à circunscrição do Guijá-Sede e posto de Massingir — do período de Agosto de 1942 a Janeiro de 1957, pelo inspector administrativo interino...(Cançado?), 1957, 252p. dactil.+fotos e plantas. Cruzada de anticomunismo primário em que o autor começa por uma denúncia violenta do artigo "O Homem em Relação ao Indígena" que o bispo da Beira, D.Sebastião Soares de Resende, havia publicado no Diário de Moçambique (14 de Abril de 1957; o artigo é reproduzido nas pp.157-162). Esse artigo pronuncia-se sobre a supressão do indigenato. A parte mais interessante do relatório refere-se à actividade da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo. A crítica é simultaneamente técnica (a engenharia é insuficiente para impedir as inundações) e social: testemunhos dos régulos Lionde e Machele descrevem concretamente como uma parte das terras dos africanos lhes é espoliada.

#### Caixa 28:

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório da inspecção ordinária à extinta circunscrição dos Muchopes-Sede e posto administrativo de Chidanguela — do período de Janeiro de 1941 a Dezembro de 1957, pelo inspector administrativo..., L.M.(?), 1957, (257p.) dactil. O autor continua com as suas reservas relativamente às assimilações que seriam demasiadas, e denuncia o "frouxismo" do governador do distrito de Gaza: "... nas eleições futuras estaremos dependentes de mestiços (...)" (p.37). Entretanto, protesta contra a recusa de aceitação de africanos pelo hospital Miguel Bombarda. É reproduzida uma circular secreta sobre o régulo Coolela e seu sobrinho "Eduardo Monjane", infelizmente sem data precisa (p.48): trata-se, sem dúvida, de um dos primeiros documentos policiais respeitantes a Eduardo Mondlane. Por outro lado, é muito interessante um longo testemunho do régulo de Coolela sobre a cultura do arroz, e parece evidente que as passagens do livro de Eduardo Mondlane "Lutar por Moçambique" consagradas à cultura do arroz provêm de correspondência com este régulo. Outras queixas do mesmo tipo aparecem em "actas de banjas" de outras localidades dos Muchopes.

#### Caixa 29:

- SANTOS, Leovigildo Lisboa, Inspecção ordinária à comissão municipal dos Muchopes, Período de 1958-1962, Relatório, Manjacaze, 18 de Janeiro de 1963, 3p.+82p.+3p. dactil. Nas primeiras páginas, alguns elementos sobre a legislação municipal.

#### Caixa 30:

- MONTANHA, António Alberto Furtado, Relatório e documentos referentes a inspecção ordinária às circunscrições do distrito de Inhambane, 1938, L.M., 23 de Fevereiro de 1939, (83p.)+61p.+(5p.) dactil. Um caso muito interessante de verdadeira guerra intra-étnica em 1936, recortando clivagens que remontam à derrota de Ngungunyane e que haviam já provocado um tumulto em 1900: uma parte da população recusa-se a obedecer ao régulo descendente da linhagem que fez aliança com os portugueses contra Ngungunyane e que representava a população residente antes da chegada dos Nguni.

- PIRES, Júlio Augusto, Relatório das inspecções ordinárias à Comissão Municipal de Inhambane, e Administração do Concelho desta vila e às circunscrições de Govuro, Homoine, Inharrime, Massinga, Morrumbene, Panda, Vilanculos e Zavala, com os respectivos postos (...), 1947, s.l., (1948), 362p. dactil. Algumas reflexões interessantes sobre a aplicação da circular confidencial nº 818 de 7 de Outubro de 1942 sobre o trabalho forçado (p.309).

#### Caixa 39:

- MOUTINHO, Abel de Sousa, Relatório de inspecção ordinária às circunscrições de: Buzi, Chemba, Gorongosa, Manica, Marromeu, Mossurize, Sena, Sofala, 1943-1944, Beira, 4 de Abril de 1945, 591p. dactil. Elementos interessantes sobre as culturas do milho, algodão, rícino, e sobre a exploração da agricultura africana pelo Grémio dos Produtores de Cereais do planalto de Chimoio. Clima de "indisciplina" no posto da Machanga (Sofala). Necessidade de reconstituição do "quadro gentílico" em Chemba, destruído pelas subdivisões das regedorias. Transformação da administração de Chimoio em agência de recrutamento de mão-de-obra, etc...

#### Caixa 40:

- MESQUITA, João, Relatório das inspecções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo do distrito da Beira, Província de Manica e Sofala, pelo inspector administrativo..., L.M., 1948, 272p.+

Vp.dactil. Especulação imobiliária nas terras ocupadas por africanos na Beira. Grande descontentamento contra o contrato nas zonas de Chingune e Machanga. Diversos casos concretos de recrutamento directo de mão-de-obra pelo Estado para empresas privadas como o Grémio de Chimoio.

**Caixa 41:**

- PINHEIRO, Júlio Augusto Leite, Inspecção aos concelhos de Manica e Chimoio e circunscrições de Mossurize e Gorongosa, pelo inspector... 1954-1957, L.M., 11 de Julho de 1957, 99p. +131p., anexos, dactil. Núcleos consideráveis de agricultores africanos "por conta própria" em Manica. Numerosos abusos na prestação da "contribuição braçal" na Gorongosa.

**Caixa 46:**

- FRANKLIN, António Georges Christovão de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição do Barué (no distrito de Manica e Sofala) realizado pelo inspector administrativo..., Vila Gouveia (Barué), 19 de Fevereiro de 1959, 261p.dactil. Excelente descrição do recrutamento de mão-de-obra pelas autoridades gentílicas. Com uma só excepção (o regedor M'Panze, descendente do antigo régulo macombe Chipapata), os regedores não têm nenhum prestígio no Barué.

**Caixa 55:**

- TEIXEIRA, Manuel Metelo Raposo de Liz, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Sena, elaborado pelo inspector administrativo..., (Beira), 20 de Outubro de 1958, 72p.dactil. Ainda em 1958, e numa circunscrição tão conhecida quanto Sena, testemunhos alucinantes do recrutamento forçado de mão-de-obra, com razias no mato, africanos amarrados, régulos sovados e palmatória... Na sequência do relatório do inspector é de notar que o administrador foi destituído e um inquérito aberto. Mais uma vez aqui nos damos conta do enorme interesse documental das "actas de banjas" convocadas pelos inspectores.

- TEIXEIRA, Manuel Metelo Raposo de Liz, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Sofala, elaborado pelo inspector administrativo..., Beira, 12 de Março de 1958, 104p.dactil. Na banja realizada na povoação do regedor Chiteve, este indica que tudo corre bem... A repressão do levantamento da Machanga de 1953 está ainda em todos os espíritos! E no entanto são visíveis ainda as tensões, nomeadamente ao nível da comercialização do sal.

**Caixa 56:**

- CASTEL-BRANCO, Adelino Santos Ferrão de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Mutarara, posto administrativo de Gondola (da circunscrição de Chimoio) e circunscrição do Barué, pelo inspector administrativo interino..., 1951, L.M., 20 de Agosto de 1952, 340p.dactil. Na p.126, um cálculo a partir das estatísticas indicadas mostra facilmente que o descanso semestral entre dois contratos não é absolutamente respeitado, reduzido em média a 3 meses...

**Caixa 57:**

- MESQUITA, João, Relatório da inspecção ordinária à Intendência do Distrito de Tete, pelo inspector administrativo..., s.l., 1945, (9p.)+92p.+(5p.)+3p.+(3p.)+5p. Nas pp.29-41, um pequeno estudo interessante sobre a emigração clandestina no distrito de Tete. Estatísticas.

**Caixa 62:**

- RODRIGUES, José Franco, Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária feita aos concelhos de Quelimane e Chinde, às circunscrições de Gurué, Ile, Lugela, Massingire, Nhamarroi, Zambeze e respectivos postos administrativos, 1944, s.l., 1944, pag.var. Neste relatório, uma "Informação prestada pelo Exc. Governador da Província da Zambézia" define as condições nas quais um africano pode ser considerado como "agricultor por conta própria" e, portanto, isento do chibalo. Compreende-se bem em que é que o Estatuto do Agricultor Africano de 1944 é uma consequência das circulares sobre o trabalho forçado, mais que uma medida a favor dos africanos.

- MESQUITA, Júlio Augusto, Inspecção à Comissão Municipal de Quelimane, junta local do Chinde e circunscri(ções) e seus postos do Alto Molócué, Mag(anja) da Costa, Mocuba, Namacurra e Pebane, 1946, s.l., 1946, 268p.dactil. Página 95: "As missões estrangeiras constituem um mal político, as missões nacionais (...) representam uma quase nulidade educativa..." Confusão feita deliberadamente entre os "agricultores por conta própria" e os "agricultores do algodão", titulares de cartas similares.

- (ROSA, Serpa), Informação prestada pelo Governador da Província da Zambézia nos termos do artigo 404 da Reforma Administrativa Ultramarina, sobre o relatório da inspecção administrativa às circunscrições do Alto Molócué, Maganja da Costa, Mocuba, Namacurra e Pebane e ao posto administrativo de Mulevale, realizada no ano de 1946, Quelimane, 15 de Mar

ço de 1948, Governo da Província da Zambézia, 24p. dactil. Página 14: "...espero que a acção missionária se venha a exercer de maneira bem diferente da descrita, com toda a verdade, nas páginas 95 a 104 do relatório" de Júlio Augusto Pires (cf.supra).

**Caixa 63:**

- PIRES, Júlio Augusto, Relatório da inspecção ordinária aos concelhos de Quelimane e Chinde, e circunscrições de Mopeia, Morrumbala, Milange, Lugela, Nhamarroi, Ile, Gurue, Alto Molocue, Pebane, Maganja da Costa, Mocuba e Namacurra, pelo inspector... 1948-1949, L.M., 27 de Outubro de 1949, 426p. dactil. (Relatório relacionado com a resposta do Encarregado do Governo da Zambézia, A.Mendes Gil). Crítica interessante da ausência de legitimidade "tribal" das autoridades gentílicas. Excedente de mão-de-obra em algumas grandes plantações (Sena Sugar e plantações Namagoa, etc...) devido à aplicação das circulares 818 e 556, respectivamente de 1942 e 1947. Recusa do carácter hereditário da assimilação, aprovado por Mendes Gil.

**Caixa 64:**

- TEIXEIRA, Manuel Metello [sic] Raposo de Liz, Relatório da inspecção extraordinária feita à Companhia da Zambézia sobre a forma como tem cumprido os seus contratos com o Estado, 1950, Quelimane, 29 de Agosto de 1950, 138p.+anexos dactil. O Estado é o principal accionista da Companhia. Esta generaliza o trabalho à tarefa, o que evita o recurso a numerosos capatazes. Segundo o inspector, as tarefas são razoáveis. É possível, mas, como empregado do Estado, o inspector é aqui juiz e parte interessada... O relatório é uma descrição das propriedades e produções da Companhia.

**Caixa 76:**

- CORREIA, Armando Eduardo Pinto, Relatório da inspecção ordinária às circunscrições do Distrito de Moçambique, volumes I-II, 1936-1937, L.M., 5 de Abril de 1938, (321p.)+(218p.) dactil. É um dos melhores relatórios da série ISANI. Contém um texto separado — "O regime de terras e a questão do caju no distrito de Moçambique" — que é de tal importância que merecia ser publicado numa das colecções do AHM (pp.116-261). Trata-se de uma análise histórica e social da formação de uma situação de terras original e explosiva na península de Mossuril e arredores, onde existe uma classe arrogante de pequenos proprietários africanos, indianos e



mestiços, simultaneamente exploradores de outros africanos e submetidos à concorrência das propriedades prebendárias europeias, extremamente densas na região. Trata-se também da lenta decomposição de um velho imposto senhorial. O autor cita igualmente um outro texto, publicado, mas parece que pouco conhecido e que merecia ser reencontrado: Araújo Carvalho, "Relatório acerca da administração do distrito de Inhambane", Corinha (?), 1920. Três anos antes do levantamento do Mossuril, a administração parece perfeitamente consciente da crescente tensão na região, uma tensão que opõe directamente africanos expoliados aos proprietários as mais das vezes absentistas. O inspector Correia propõe aliás a supressão do Muta-Hano e a instauração de toda uma série de procedimentos disciplinares contra os proprietários abusadores.

Por outro lado, para além deste texto específico, ele constata que circulam em Nacala cartazes favoráveis à Abissínia. Critica a política de repressão das escolas corânicas e das mesquitas, empreendida pela Direcção Provincial dos Serviços de Administração Civil sob pretexto de essas mesquitas não terem "licenças" legais, enquanto que não há outras escolas na região. Critica, enfim, a transformação, em Meconta, da administração em "agência fornecedora de mão-de-obra servil".

#### Caixa 77:

- SOUSA, Hortênsio Estevão, Relatório da inspecção ordinária ao distrito de Nampula da Província do Niassa, 1946 - 1948, s.l., Dezembro de 1948, 4 vol., 1011p. Este grande relatório contém inúmeros dados (salários não pagos aos africanos, número de contribuintes por regedoria, persistência da tensão no Mossuril oito anos após o levantamento de 1939, etc...). Todavia, o maior interesse deste relatório está em que ele reproduz in-extenso ou parcialmente, circulares confidenciais sobre o trabalho forçado: as circulares 818/D/7 de 7 de Outubro de 1942, e 566/D/7 de 15 de Maio de 1947 são inteiramente reproduzidas (pp.78-84); as "ordens gerais" de aplicação destas circulares são reproduzidas parcialmente, mas isso é largamente suficiente para ver de que se trata! Assim, a "ordem geral nº 1" de 10 de Abril de 1944 não publicada na "Ordem da Província do Niassa", precisava que "a intervenção da autoridade administrativa devido a esses casos (de preguiça, sic) faz-se a pedido dos interessados que (...) indicarão o número de trabalhadores pretendidos". A "ordem de serviço nº 9/47" de 30 de Setembro de 1947, do governo do Niassa, regulamentava de forma muito especial a circular 566 do governador geral: "Se fôr constatado que o nú-

mero de trabalhadores recrutados é inferior às necessidades de cada patrão, a autoridade administrativa ordenará rusgas [sic] nas aldeias indígenas (...). Todos os indígenas válidos disponíveis que forem encontrados sem ocupação serão detidos e levados compulsivamente [sic] ao trabalho (dos serviços públicos), se face ao facto consumado eles não quiserem e não pedirem nesse momento um patrão da sua própria vontade e escolha. Todos os indígenas que, mesmo assim, não tiverem celebrado um contrato voluntariamente, serão capturados de novo e enviados a trabalhar seis meses, apenas recebendo alimentação, para uma divisão administrativa o mais afastada possível dos seus domicílios permanentes, como acto repressivo da recidiva". Sem comentários! (ver igualmente a seguir).

#### Caixa 78:

- SOUSA, Hortênsio Estevão, Relatório da inspecção ordinária ao Distrito de Nampula, da Província do Niassa, Vol.6, Anos de 1946 a 1948, s.l., 20 de Outubro de 1948, pp.1316 a 1602. Embora datado de antes do precedente, este "volume 6" constitui provavelmente a sequência dos quatro volumes já citados. Mas onde está o quinto (pp.1112-1315)? Este volume 6 contém as actas de uma banja realizada na povoação do régulo Nampula, onde os africanos parece queixarem-se muito mais dos capatazes indígenas que dos empregados europeus das companhias concessionárias do algodão e do arroz; tal é facilmente compreensível, dado que são os capatazes africanos quem executa, no essencial, o trabalho sujo. A situação no Mossuril parece continuar tensa: como o "Mossuril é indisciplinado", o chefe de posto que foi nomeado parece muito violento e é defendido pelo administrador. Recrutamento forçado para S.Tomé.

#### Caixa 89:

- SANTOS, António Policarpo de Sousa, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Montepuez e postos, posto de Ancuabe do concelho de Porto Amélia e postos de Ocua e Chiuire da circunscrição de Mecúfi, realizada no ano de 1950-51 pelo inspector administrativo..., Porto Amélia/L.M., 25 de Junho de 1951, (355p.) dactil., cartas. Este relatório coloca-se, de facto, contra a gestão do governador da Província do Niassa, António Jacinto Magro. Começa por assinalar que vastas regiões de Cabo Delgado foram atingidas pela fome, nomeadamente Montepuez, mas que 6000 toneladas de bens alimentares foram exportadas do distrito pelo porto de Mocimboa

da Praia. Denuncia o baixo preço do algodão, o facto dos indígenas considerados como "pequenos agricultores" serem obrigados a fazer contrato: "Frequentemente, uma necessidade de momento leva o Governador da Província ou os administradores a não respeitarem esta medida (do respeito ao descanso semestral); é uma 'confidencial' que ordena a procura a procura de um certo número de negros para os caminhos de ferro, para os trabalhos públicos, etc..., uma outra que procura ao correr tal ou tal agricultor, etc..." (p.82). É feita referência a uma circular do governo geral (nº 3462/B/11 de 10 de Outubro de 1950) que autoriza castigos corporais às autoridades gentílicas. Anexa a este relatório a "Informação 4/7952 do Governo do Niassa", dirigida ao governador geral, refuta violentamente vários aspectos do relatório de Sousa Santos.

#### Caixa 91:

- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Mecúfi no distrito de Cabo Delgado, Metuge (Posto administrativo de Mecúfi), 7 de Abril de 1960, 52p.dactil. Os relatórios de Pacheco de Amorim sobre Cabo Delgado citados aqui têm um fraco interesse analítico. Contêm, no entanto, algumas estatísticas fiscais interessantes (taxa pessoal anual, licenças comerciais concedidas a africanos) e dados sobre a produção de algodão e de alguns outros produtos. Por outro lado, a criação de um salário para os regedores parece originar um avivamento das contestações dinásticas.

- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Macomia no distrito de Cabo Delgado desde 1951 a 1960, Montepuez, 19 de Maio de 1961, 62p. dactil. Cf. a seguir.

- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição dos Macondes no distrito de Cabo Delgado, anos 1951-1961, s.l., 27 de Fevereiro de 1962, 74p. dactil.+folhas anexas inseridas. Cf. a seguir. Não há uma palavra sobre o massacre de Mueda. No entanto as estatísticas fiscais são bastante interessantes (o número de contribuintes baixa em mais de um milhar entre 1960 e 1961) e testemunham não apenas a persistência da emigração para o Tanganica, apesar da crise mundial do sisal, mas também a dificuldade da administração portuguesa em controlar a população desta região (o número de "isentos", que atinge mais de um quarto das divisões fiscais, ultrapassa largamente o número habitual de velhos, inválidos e mulheres sózinhas; para atin

gir os 100% de cobertura do imposto, os administradores aumentam o número dos "isentos", o que é denunciado por Amorim).  
- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária ao concelho de Mocimboa da Praia no distrito de Cabo Delgado, anos de 1951-1961, Mocimboa da Praia, 25 de Maio de 1961, 99p.dactil.+folhas anexas inseridas. Estatísticas fiscais. A notar que há sempre um capítulo de "Política indígena", sendo o relatório de 1962. Grande instabilidade administrativa.

#### Caixa 92:

- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição da Quissanga no distrito de Cabo Delgado, 1951-1961, s.l., 13 de Outubro de 1962, 103p.dactil.+folhas anexas. Estatísticas fiscais.
- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária à circunscrição de Palma no distrito de Cabo Delgado, desde 1951 a 1960, s.l., 4 de Maio de 1961, 44p.+anexos dactil. Estatísticas fiscais. Abandono da cultura algodoeira em Nangade, em 1961.
- AMORIM, Amadeu Pacheco de, Relatório da inspecção ordinária ao concelho de Montepuez no distrito de Cabo Delgado. Anos de 1951-1960, s.l., 13 de Fevereiro de 1962, 100p. dactil.+anexos. Estatísticas fiscais.

#### Caixa 94:

- CORREIA, Armando Eduardo Pinto, Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária feita na Província do Niassa. Volumes I.II.III. 1938-1940, L.M., 31 de Julho de 1940, 192p.+287p.+(811p.) dactil. (Este relatório é seguido de três outros volumes exclusivamente de correspondência, classificados na Caixa 93). Esta inspecção, numa prática que não se voltou a repetir, durou 19 meses, a maior parte dos quais no campo: mas contrariamente à que foi produzida em 1936-37, o inspector é bem acolhido pelo governador da Província do Niassa (cf.Caixa 76). Sob muitos aspectos, este período é o da criação do aparelho de estado colonial no Niassa, da implantação do trabalho forçado. O inspector observa aliás que as fazendas têm cada vez menos recrutadores, preferindo basear-se cada vez mais na administração. Mas essa intervenção do estado parece provocar problemas sociais importantes dado que se constata (estatísticas, p.129) que só no período de 1930 a 1934, a população de Cabo Delgado diminui globalmente 12,46%; nenhuma das circunscrições tem uma taxa positiva, decrescendo Quissanga em 21,07% e Tungue 40,43%! A im

posição progressiva do algodão origina a fuga de régulos com toda a sua população, para o Tanganhica (o caso mais espectacular foi o do régulo Mualia, próximo de Montepuez, partido em 11 de Setembro de 1935). O recrutamento para as plantações de sisal acelera essa emigração clandestina. Na totalidade da província de Niassa, o número de pessoas tributadas cresceu, entre 1930 e 1938, menos de 10%, enquanto o Estado se implanta: nos 72 postos administrativos, em 34 o número de pessoas tributadas cresceu (muitas vezes muito fortemente), mas em 30 diminuiu (não há indicações sobre seis postos), (cálculos pessoais segundo as estatísticas das páginas 66 a 68). As agressões mais selvagens xontra a população africana parecem tornar-se um pouco mais raras no final dos anos trinta: no posto de Cuamba, "o Estado já não exige trabalhos gratuitos"; em Palma, as rusgas de mulheres pelos cipais cessaram, enquanto que tinham sido "frequentes no tempo dos administradores Loureiro e Rosa e do encarregado da administração Pacheco de Amorim" (o mesmo que mais tarde se tornou inspector?!!!). Mas a situação permanece globalmente desoladora: violências na Companhia do Boror, rusgas constantes em Mocimboa do Rovuma até bem pouco antes, violência do chefe de posto e cipais em Ngomano (a população foge para o Tanganhica) (pp.140-157, nomeadamente). De resto, uma nota manuscrita muito provavelmente do governador geral J. Bettencourt, datada de 22 de Fevereiro de 1941, indica: "A impressão que nos fica da leitura do interessante relatório do inspector Pinto Correia é verdadeiramente desoladora, atenuada em parte porque os factos descritos e os erros verificados estão, neste momento (...), corrigidos na medida do possível (...). (...) a qualidade não é aquela que deveria ser (...). Os processos [disciplinares] eternizam-se [e são] em grande parte [neutralizados] pelas amnistias concedidas" (no vol.III). Se é o governador geral que o diz, podemos acreditar!

#### Caixa 95:

- SILVEIRA, Carlos Henriques Jonas da, Correspondência recebida durante a inspecção ordinária feita na Província do Niassa em 1943, s.l., (1943), 2 vol., pag.var.dactil. O interesse desta correspondência está em que a inspecção à qual ela faz referência foi pedida para verificar como era aplicada a circular nº 818 de 1942, sobre o trabalho forçado. O relatório respectivo figura na Caixa 96.

**Caixa 96:**

- SILVEIRA, Carlos Henriques Jonas da, Relatórios sumários e respectiva documentação referentes à inspecção ordinária feita na Província do Niassa em 1943 (vol.I-II)... em 1944 (vol.III), loc.var., 2 de Abril de 1943/10 de Fevereiro de 1945, pag.var.dactil.+documentos. Trata-se de uma sucessão de relatórios distintos sobre cada uma das circunscrições do "velho Niassa". Inúmeros dados. No posto de Muite (Imala) os trabalhadores para o caminho de ferro são recrutados de surpresa e à noite. No posto de Mecuburi, impõe-se às mulheres dos trabalhadores do caminho de ferro o cultivo da superfície algodoeira exigida às mulheres celibatárias, enquanto que deveriam estar isentas. Esta cultura junta-se à do arroz. No Erati, durante a banja, numerosos testemunhos sobre as violências dos capatazes das companhias algodoeiras. Apesar do Erati ser reserva indígena os portugueses instalaram-se ali. Especulação nos tecidos vendidos aos africanos em Montepuez (a qualidade é baixa mas os preços quintuplicaram desde 1939). Fome em Quissanga devido às culturas algodoeiras realizadas em detrimento das culturas alimentares, em 1944. Por toda a parte, queixas contra os estragos causados pelas feras: o número de caçadores portugueses é insuficiente e os africanos não têm direito de porte de arma. As feras multiplicam-se (o inspector estima em várias centenas o número de vítimas anuais em todo o Niassa).

O relatório faz referência a um "motim" em Mucojo em Dezembro de 1943, que não parece ter sido mais que uma manifestação colectiva de africanos junto do Intendente do Distrito, sem passar pelo chefe de posto: o chefe de posto em questão tinha simplesmente imposto a cultura do algodão aos homens e a cultura do arroz às mulheres; trata-se de um "exagero intolerável", escreve o inspector, que dá razão aos africanos ... que são todavia punidos devido à "necessidade de manter sempre o respeito pela autoridade" (o chefe de posto é trans ferido).

O interesse mais marcante deste relatório está entretanto nos elementos muito detalhados que fornece sobre o importante levantamento do Mossuril de 31 de Agosto e 1 de Setembro de 1939, que origina a intervenção de forças militares vindas de Nampula, com a presença do governador da Província do Niassa. O inspector refaz a história do Muta-Hano, da pressão dos proprietários prebendiários para manter os seus privilégios, e da provocação final que constituiu a intervenção dos sipais do Monapo, qualificados pelo autor como "verdadeiros malfeitores, uma horda de bandidos sanguinários e ir

responsáveis". O relatório reproduz igualmente passagens do relatório anual do Mossuril relativo a 1938, 1939 e 1941, as sim como o "diário de serviço" do administrador relativo aos dois dias do levantamento. Um grande documento histórico.

#### Caixa 97:

- SILVEIRA, Carlos Henriques Jonas da, Relatório e documentação referente à inspecção ordinária feita na Província do Niassa, 1a. Parte, 1943. 2a. Parte, 1944, Entre-Rios, 31 de Março de 1944, 100p.dactil.+doc.pag.var. (1º vol.), e Ilha de Moçambique, 28 de Fevereiro de 1945, 77p.dactil.+doc.pag.var. (2º vol.). Trata-se de uma síntese de relatórios locais (Caixa 96). Interessante reflexão para utilizar os antigos chefes legítimos com um fim colonial (o autor cita os descendentes directos de Napaua, de Rupane, de Mussa Quanto, da rainha Cebo).

Como se pode constatar, as poucas linhas que acompanham as referências bibliográficas atrás apresentadas não bastam para revelar a riqueza documental dos relatórios ISANI. De uma maneira geral, as melhores fontes encontram-se: nas "actas das banjas", nas reproduções de circulares confidenciais, nas reproduções parciais de relatórios da administração dos concelhos e circunscrições e seus "diários de serviço", ou na sequência do estudo particular de um problema feito por um inspector. O fundo ISANI certamente que não dispensa o estudo dos fundos FDSNI e FDSAC, mas constitui uma fonte no tável.

#### NOTA DO BOLETIM "ARQUIVO"

Michel Cahen é investigador do Centre d'Études d'Afrique Noir, do C.N.R.S., em Bordéus, e do Groupe de Recherche "Afrique Austral", do C.N.R.S., em Paris. Este artigo da sua autoria é resultado da investigação que realizou no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo.

Constitui objecto do seu trabalho um conjunto de relatórios das inspecções feitas aos distritos, municípios, circunscrições, concelhos e postos administrativos, conforme o estabelecido na Secção III da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, pertencentes aos fundos arquivísticos da Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas (ISANI), da Direcção dos Serviços da Administração Civil (DSAC) e do Governo Geral (GG) de Moçambique.

O seu agrupamento, temporário, tendo como núcleo os relatórios pertencentes à ISANI, não obstante contrariar o princípio de respeito aos fun dos, visava fornecer aos investigadores informação concentrada que de outra forma estaria inacessível, por não estarem, na altura, totalmente des critos os fundos de que eram originários.

Neste momento, do referido conjunto foram desanexados os relatórios pertencentes aos já inventariados fundos da DSAC e do GG; os que fazem par te do primeiro estão arquivados sob o título "Inspecção, Inqueritos, Sindicâncias, Averiguações e Processos Disciplinares" e os do segundo na série "Relatórios" (de 1906 a 1960).





## NOTÍCIA SOBRE A SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE (1930-1974)

Albino Machava

À minha mãe no exílio

A todos quantos tornaram possível este "baptismo"

A Sociedade de Estudos constitui-se com personalidades de grande relevância na esfera política, económica e social da então colónia de Moçambique, fora dos organismos oficiais que eles representavam.

Na verdade, a revolução de 28 de Maio de 1926 deu início à sistematização dos princípios da política colonial portuguesa e da administração local de cada colónia. Estes princípios foram definidos no "Acto Colonial" de 1930, cuja estruturação previa, entre outras acções: a integração das colónias como parte do império através do processo de assimilação lenta das populações africanas; o estabelecimento do crédito de fomento da economia ultramarina e a promoção da colonização com a imigração de colonos.

A depressão mundial de 1929 exigia uma aproximação do continente ao ultramar para estreitar a articulação metrópole-colónias de modo a permitir maior coordenação de esforços para fazer face à situação deficitária que sempre assolou o império colonial.

Por outro lado, a crise económica em Moçambique, nos princípios da década de 1930, caracterizada por um menor índice de exportações; maior índice de importações e exportação de mão-de-obra; divisão de Moçambique em duas esferas económicas com predominância do capital estrangeiro, que arrendou dois terços do território moçambicano no Norte (Niasa e território de Manica e Sofala); e pelo desenvolvimento de uma economia de serviços (utilização do porto, caminhos-de-ferro e mão-de-obra moçambicana pelo capital sul-africano) no Sul do Save, levou a que os intelectuais da colónia aderissem com entusiasmo às reformas que então decorriam em Portugal e criassem na colónia um organismo que fosse capaz

de promover e apoiar o estudo e levantamento dos problemas de Moçambique (geográficos, humanos e outros), das potencialidades económicas para atrair o investimento nacional e estrangeiro e, deste modo, assegurar não só a extracção de matérias-primas para alimentar a indústria metropolitana mas, também, as possibilidades internas para o progresso económico de Moçambique.

Foi o Eng. António Joaquim de Freitas, chefe da Repartição de Minas e que viria a ser o sócio fundador número 1 da Sociedade, quem fez circular uma carta convocatória para todas as pessoas "diplomadas com cursos superiores" que sabiam residir na colónia, procurando interessá-las para os objectivos da formação de uma tal sociedade<sup>1</sup>. Ao seu apelo aderiram 102 individualidades de diversas áreas espalhadas pela colónia. Assim, foi possível registar adesões de residentes de Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Zambézia, Territórios de Manica e Sofala, Tete, Moçambique e Niassa. Do grupo inicial de entusiastas constavam oficiais da marinha e do exército, especialistas em agronomia, medicina, veterinária, advocacia, astronomia, arquitectura, comércio, química e professores. Ao 8 de Julho de 1930, em reunião no Hotel 5 de Outubro da cidade de Lourenço Marques, foi, por unanimidade, aprovado o projecto de estatutos da futura sociedade, redigido por Humberto Avelar, assim como votada uma comissão de cinco membros que deveria legalizar e instalar a instituição até à reunião da Assembleia Geral, que elegeria os corpos gerentes, no final do ano de 1930.

A Portaria Provincial nº 10.186, de 6 de Setembro de 1930, aprovou os estatutos da associação, cuja sede se situava em Lourenço Marques, denominando-se "Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique". Os estatutos eram compostos de 38 artigos e havia uma cláusula segundo a qual a aprovação seria retirada se a referida associação se desviasse dos fins para que fora instituída. Os estatutos foram alterados pela Portaria nº 11.795, de 19 de Janeiro de 1957, para satisfazer as novas disposições legais (Decreto nº 2048, de 11 de Julho de 1951, que mudava o nome das colónias para províncias ultramarinas), passando a associação a designar-se "Sociedade de Estudos da Província de Moçambique".

### Órgãos da Sociedade de Estudos de Moçambique

Os principais órgãos da Sociedade eram a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, a Direcção e as Secções de Estudo e trabalho.

A Assembleia Geral era o órgão máximo, detendo todos os poderes da Sociedade e podendo delegá-los, no todo ou em parte, quer nos casos previstos nos seus estatutos quer quando julgasse conveniente para fins determinados. Era constituída por sócios ordinários, honorários e beneméritos. O Conselho Fiscal controlava a gestão orçamental; sob o seu conselho a Direcção era composta de um presidente e de todos os presidentes das secções, que formavam o Vice-presidente, o tesoureiro, o primeiro e segundo secretários, o bibliotecário e os vogais; era o órgão executivo, com a competência para dirigir os trabalhos e convocar as reuniões das secções; representava a Sociedade em diversas realizações, podendo para o efeito delegar esse papel em qualquer um dos seus membros; executava as resoluções da Assembleia Geral; administrava os fundos da Sociedade; inventariava, conservava e zelava por todos os bens da Sociedade; fixava, através de uma comissão editorial, o número de exemplares das publicações a editar, assim como a assinatura de periódicos; adquiria livros, mobiliário e, de uma maneira geral, todo o material necessário; convocava reuniões conjuntas das secções, devendo elaborar um relatório dos trabalhos efectuados, a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral ordinária, a qual a Direcção prestava contas segundo o artigo 22 dos estatutos. As Secções de Estudo e de Trabalho constituíam grupos ou equipas interdisciplinares com o objectivo de estudar e debater questões que lhes eram inerentes. Eram compostas por sócios ordinários, agrupados de forma desgrahada e podendo um sócio, se assim o desejasse, fazer parte de mais do que uma secção. Estas elegiam anualmente um presidente e um secretário. Os sócios eleitos desempenhavam o papel nos dois anos imediatos à eleição. Em 1933, as actividades da Sociedade de Estudos dividiam-se por seis secções, nomeadamente: estudos económicos; colonização; instrução; artes e letras; ciências naturais; cultura física; e saneamento. Entre 1935 e 1936 foram introduzidas as secções de estudos indígenas; ciências médico-farmacêuticas; e indústria e comércio. Em 1937 foi a vez das secções de pecuária, trabalhos públicos, história e direito colonial. No ano de 1938 foi marcado pela fusão das secções de agricultura com pecuária; direito com legislação colonial; cultura física com desportos; e pela introdução das secções de higiene e profilaxia social, e transportes públicos e comunicações.

Em 1946 foi reformulado o critério até então usado para a nomeação das secções. Em Junho de 1945 os engenheiros agrónomos, silvicultores, médicos veterinários, regentes e técnicos agrícolas e agricultores haviam-se reunido para constituir um centro de estudos de investigação científica e dos problemas agrários (secção especialmente dedicada aos assuntos de natureza agrária ou com ela relacionados). Como consequência do pedido foram criadas, por afinidade, as secções especializadas de matemática e engenharia, biologia e medicina, geologia e geografia, história e sociologia, economia e estatística, em 1946. A resolução da Assembleia Geral de 31 de Março do mesmo ano criou as seguintes secções para auxiliar a direcção: população, valorização económica, investigação, cultura, administração, e publicação.

Em 1947 foi criada a secção de estudos jurídicos e de administração e, também, a de arte e literatura, e a subsecção de estudos femininos (na secção de estudos económicos e sociais). A secção de estudos agrários realizou, em 1947, várias conferências sobre solos, gado e pastagens, melhoramento das plantas e hidráulica agrícola, nas instalações do Centro de Investigação Científica Algodoeira. A secção de artes e letras, instituída no mesmo ano, realizou a sua primeira conferência, orientada por Albano Nogueira, tendo apresentado os seguintes temas: "Arte pela arte" e "Arte social". A conferência, realizada nos "Velhos Colonos", propôs a organização e realização de exposições de pintura; de concertos; a divulgação literária; intercâmbio artístico e estudos de folclore.

A secção de história e filosofia realizou conferências sobre antropologia social, também em 1947.

Em 1948, em reconhecimento do papel desempenhado pela subsecção de estudos femininos, nomeadamente nas conferências sobre a mulher no lar e na sociedade, a procura da identidade feminina, a sua inserção e afirmação na agremiação e na sociedade, aquela foi elevada a secção feminina. No mesmo ano foram criados a subsecção de numismática e filatelia na secção de história e filosofia, e um núcleo de xadrez (considerado jogo de carácter científico). A secção de biologia e medicina realizou nesse ano as conferências intituladas "A luta contra a tuberculose" e "O grave problema dos delinquentes menores".

Em 1951 foram criadas a secção de protecção à natureza e a subsecção de língua portuguesa e linguística geral, que passaria a secção em 1952. Foi também patrocinada a criação do Instituto Infantil de Moçambique, com estatutos próprios.

Em 1956 foi criada a secção de estudos brasileiros e, em 1961, funcionaram as seguintes secções: ciências sociais; economia e administração colonial; estudos agro-pecuários; estudos brasileiros; estudos femininos; humanidades; legislação e jurisprudência; matemática e engenharia; medicina e biologia; e natureza e protecção. Em 1962 foram introduzidas as secções de estudos franceses, ciências físico-químicas e economia e finanças.

A partir de 1964 processaram-se algumas alterações na estrutura das secções de estudo e trabalho da Sociedade. Com efeito, a secção de ciências físico-químicas passou a incorporar também a de geologia, enquanto que a de biologia e medicina se desdobrava em estudos biológicos e medicina, veterinária e farmácia. Em 1964 introduziam-se também as secções de etnografia africana, ciências naturais, artes e humanidades, ciências exactas, engenharia e arquitectura.

Em 1966 foram instituídas as secções de estudos cooperativos e estudos sul-africanos (relativos à África do Sul).

A partir de 1967 foi-se reduzindo o número de secções e em 1972 existiam apenas as secções de: artes; ciências; letras; estudos brasileiros; estudos franceses; estudos ingleses; e secção feminina.

A falta de recursos financeiros especificamente para a aquisição de bibliografia especializada para cada área, fez com que esta tivesse por diversas vezes que recorrer a alternativas. Assim, a partir de finais da década de 1950 e inícios de 1960 criaram-se as referidas secções de estudos brasileiros, franceses, sul-africanos e ingleses, tendo-se conseguido apoio dos países a quem elas diziam respeito, por intermédio dos respectivos consules.

### Sócios

A Sociedade era composta por sócios ordinários, honorários, beneméritos, correspondentes, contribuintes e estudantes<sup>3</sup>.

O número de sócios conheceu consideráveis oscilações desde a fundação da instituição, devido à presença, na colónia, de pessoas em missão de serviço que, embora não permanecessem muito tempo, se filiavam como sócias. A falta de estímulos materiais e o fracasso do projecto de criação de uma sociedade anónima para o desenvolvimento económico, fora da jurisdição da Sociedade de Estudos mas integrando os seus membros na assessoria e gestão, por falta de financiamento, levou a que nos primeiros cinco anos ocorressem pedidos de

demissões de alguns sócios ordinários e outros factores, como a falta de condições apropriadas de trabalho, a ausência de se de própria e de uma bibliografia adequada para as diversas áreas, contribuíram para um crescimento lento do número de sócios. Além disso, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, foi mobilizada uma parte significativa dos associados e a actividade da escala de prioridades na colónia e na metrópole, provocando um declínio geral da actividade. O Congresso de 1947 trouxe uma nova dinâmica à agremiação, no período do pós-guerra, em termos de estudos e projectos apresentados. Em resultado do retorno do interesse da colónia e da metrópole relativamente à Sociedade, o número de associados subiu, em 1946, de 129 para 412 e, inclusive, contemplava empresas comerciais e outras entidades, destacando-se entre elas a Companhia de Moçambique e a Política de criação de vantagens para os associados, a nível deste mesmo sentido, e em 1950 havia já 526 em 1951.

(In: A constituição, autorizada em 1953, de centros de investigação científica em Moçambique e em Angola, destinados à realização de trabalhos de investigação científica. No ultra-mar, teve considerável impacto na actividade intelectual em Moçambique. A criação do Centro de Investigações Científicas pelos Decretos de 1940: 978, e de 1953, dotado de um centro de documentação, do Instituto de Investigação Médica, do Centro de Biologia, Piscicultura, e dos Estudos Gerais Universitários (1962), entre outros organismos, provocou, entre finais da década de 50 e princípios dos anos 60, uma movimentação dos sócios da Sociedade para esses organismos, do tipo de melhor infraestrutura e de bibliografias especializadas e actualizadas. Aquebra do monopólio do saber até então detido pela Sociedade de Estudos fez com que esta tivesse que se redimensionar para poder sobreviver. Foi então criada uma secção de trabalho dedicada aos sócios estudantes, entre outras medidas.

Porém, houve outros factores, como o impacto do projecto de construção da nova sede, que elevaram o número de sócios a 658, em 1960, e 700, em 1970. A quotização dos sócios era, para além dos apoios externos, o único meio de receita da Sociedade. Para além das quotas anuais de 100\$00, era de 20\$00 mensais a contribuição de cada um. Em 1963, a quota mensal passava a 30\$00, com o justificativo de se poder pagar o empréstimo contratado em 1961. Todavia, a quotização nunca chegou para cobrir as despesas, nomeadamente com o boletim da Sociedade, como adiante se verá.

## Sede

Uma sede onde os associados pudessem desenvolver as actividades previstas sempre constituiu grande preocupação da Sociedade, mas essa vontade nem sempre andou de par com as possibilidades e capacidades da instituição. Razões sobretudo de ordem financeira com que se debatia a Sociedade, impediram que tal aspiração se efectivasse logo após a sua fundação. Porém, desde muito cedo que foram envidados esforços junto do Governo Geral e de outras entidades oficiais e privadas no sentido de se conseguir um lugar para instalara sede, que deveria ser em Lourenço Marques.

Inicialmente, o Eng. António Freitas, sócio fundador nº 1, disponibilizou o seu gabinete na Repartição de Minas para sede da agremiação, e as sessões de estudo e trabalho decorriam no Liceu 5 de Outubro. Em 1934, a Associação dos Velhos Colonos garantiu que a Sociedade funcionasse nas suas instalações, no novo edifício a inaugurar no mesmo ano.

O sucesso alcançado pelo 1º Congresso da Sociedade de Estudos de Moçambique, realizado em 1947, no edifício dos Paços do Concelho, em Lourenço Marques, abriu largas perspectivas para a agremiação. O Governo Geral e a Câmara Municipal asseguraram a concessão de um subsídio anual para a construção da sede, a partir de 1948. Foi feita uma subscrição junto dos associados e várias entidades doaram diverso material de construção. As possibilidades de construção foram estudadas pelo eng. Ferreira Nunes. Após o esboço do edifício deveria pedir-se à Câmara Municipal um terreno onde ele fosse erguido.

Em 1950, na impossibilidade de aquisição de um prédio que permitisse a instalação da sede, conseguiu-se que a Sociedade fosse instalada no edifício onde estivera a Casa das Beiras, e que tivesse ao seu dispor as dependências de todo o prédio, arrendadas em seu nome.

Em 1959, pela portaria nº 13:317, de 5 de Setembro, o Governo Geral de Moçambique cedeu à Sociedade de Estudos um terreno com cerca de 2.500 m<sup>2</sup> de área, correspondente aos talhões 100 e 101 do parcelamento da rua João de Barros, no Bairro Sommerchild, que eram do antigo Campo de Golfe da Polana, para construção da sede.

Em 1960 foi lançada a primeira pedra daquilo que viria a ser o edifício-sede. No ano seguinte era contraído um empréstimo hipotecário de 900 contos junto da Caixa Económica Postal do Montepio de Moçambique e do Mealheiro Cooperativo, a que se juntaram subsídios concedidos pelo Governo Geral

(180 contos) e pela Câmara Municipal de Lourenço Marques (30 contos) e, ainda, a quota suplementar resultante da contribuição voluntária dos sócios. Foi também recebido um montante de 400 contos oriundo da Fundação Calouste Gulbenkian através do Governador Geral, entre diversos outros fundos. A comissão de instalação e inauguração, composta por sete membros, conseguiu reunir um total de 1.448.445\$70, distribuídos do seguinte modo:

- 10% de todos os subsídios recebidos.....	25.000\$00
- Quotização suplementar.....	45.000\$00
- Empréstimo hipotecário da C.E.P. ....	900.000\$00
- Jurós da conta própria na C.E.P. ....	2.714\$00
- Fundação Calouste Gulbenkian.....	400.000\$00
- Companhia do Boror.....	10.000\$00
- Sociedade de Cervejas Reunidas.....	10.000\$00
- Sociedade Ultramarina de Tabacos.....	10.000\$00
- Gulamhussen e Filhos.....	5.000\$00

Outras receitas eventuais deram igualmente entrada na Sociedade para apetrechamento do futuro edifício, desde mobiliário do Banco Nacional Ultramarino a fundos da Shell de Moçambique para a compra de equipamento de projecção de filmes.

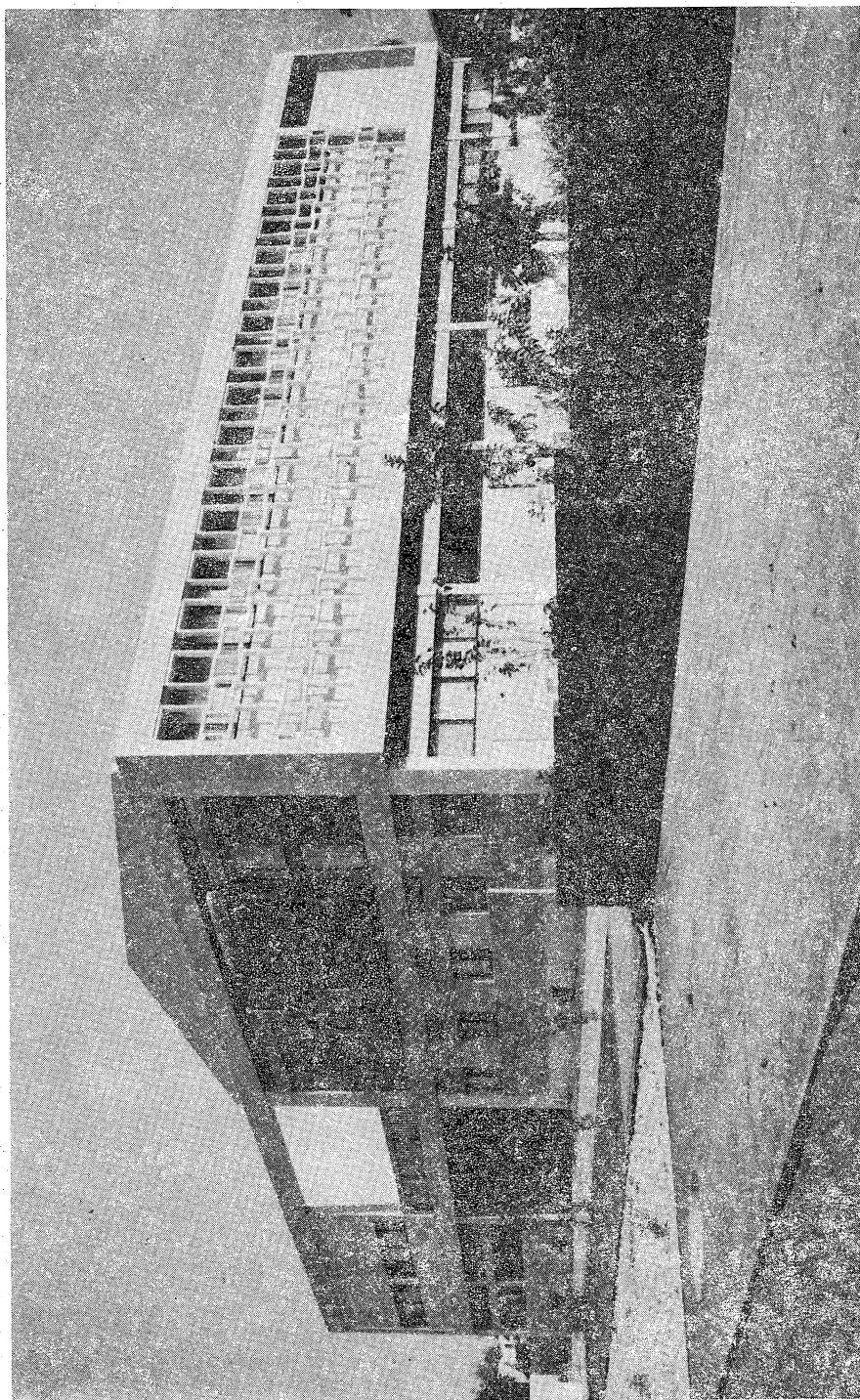
O projecto do edifício-sede foi da autoria do architecto Marcos Guedes, sócio com direitos honorários; os cálculos foram realizados pelo eng. Carlos Pó e a empreitada de construção adjudicada a Aníbal Ruas, por 1.340.900\$00. O contrato foi assinado em 10 de Outubro de 1962 e as obras iniciaram-se cinco dias depois.

Posteriormente, em 1964, a Sociedade viria a receber um painel decorativo da autoria de Jorge Garizo do Carmo, para a fachada do edifício, e um grupo escultórico de José Lobo Fernandes, denominado "A Família".

A transferência da sede do nº 2107 da Avenida Pinheiro Chagas (actual Av. Eduardo Mondlane) para o novo edifício ficou concluída no dia 25 de Janeiro de 1964. A 21 de Abril do mesmo ano a nova sede, localizada na rua Couceiro da Costa (actual av. Armando Tivane), nº 1961, era inaugurada pelo Governador Geral Sarmento Rodrigues.

Em 1967 foi construído um armazém de material de exposições e arquivo de periódicos, nas traseiras do edifício. Em 1973 era o seu salão enriquecido com quatro cabines de tradução simultânea.





O Edifício da Sociedade de Estudos de Moçambique

## Biblioteca

A biblioteca da Sociedade de Estudos passou por várias vicissitudes devido a dificuldades de aquisição (a doação e a permuta foram sempre os principais processos de alimentação das suas colecções) e a falta de pessoal especializado para o tratamento documental. Em 1957, o administrador António Rita-Ferreira, bibliotecário da agremiação, em colaboração com a secção de estudos femininos, reorganizava e sistematizava a documentação armazenada pela Sociedade desde a sua fundação.

Em 1963 a biblioteca possuía uma colecção de 22.000 volumes, ainda em tratamento, e outra de 10.000 volumes para jovens. Dez anos depois essas colecções atingiam os 38.000 e 12.000 volumes, respectivamente.

A criação do centro de documentação do Instituto de Investigação Científica Ultramarina, integrado na Junta de Investigações do Ultramar, pela portaria nº 16:157 de 2 de Fevereiro de 1957, do Ministério das Colónias, tinha em conta a organização da documentação como uma das bases do plano de ocupação científica do ultramar português, traçado, em 1945, na reorganização das Missões Geográficas e Juntas de Investigação colonias, para reunir, seleccionar, normalizar, catalogar, classificar e difundir a documentação. A sua rubrica destinada a promover, assegurar e coordenar a cooperação e racionalização dos trabalhos bibliográficos e documentais impulsionou a normalização dos critérios de trabalho. Foi neste período que começou a haver uma nova dinâmica em termos de formação de pessoal e tratamento documental, na Sociedade de Estudos como noutras entidades.

## Actividade Editorial

A Sociedade de Estudos editou desde 1931 um boletim, a cargo de uma comissão redactorial composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro. O primeiro número, saído em Dezembro desse ano, tinha 44 páginas e um total de sete trabalhos sobre temas variados. Terá sido nesse período inicial que se publicaram os trabalhos mais importantes.

A Sociedade permutava o boletim com instituições nacionais e estrangeiras, e distribuía-o gratuitamente pelos seus associados e pelas entidades oficiais, à excepção do exercício que mantinha uma assinatura paga. Os avultados encargos com a impressão e a necessidade de edificação da sede, entre outros, forçaram a agremiação a procurar retirar do boletim não apenas proveitos "morais" mas, também, materiais.

Assim, em 1932, uma nota da direcção indicava que era necessário integrar no boletim anúncios publicitários como fonte de receitas. Porém, não lhe foi concedida autorização para tal por ser a Sociedade uma entidade sem fins lucrativos. Nesses mesmos anos de 1931 e 1932, os seis primeiros números do boletim tiveram periodicidade irregular e paginação variável, tendo sido impressos na Tipografia Popular, do então sócio Roque Ferreira. Nos meses de Fevereiro e Março de 1933 o boletim foi impresso nas oficinas do jornal Notícias.

Em 1934 a Sociedade adquiriu a sua primeira impressora na Alemanha, passando a publicação a ser feita nas oficinas da Tipografia Minerva Central. Nesse mesmo ano a direcção da Sociedade reafirmou a intenção de transformar o boletim numa fonte de receitas, através da inclusão de anúncios, devendo ele, para o efeito, passar a ter uma periodicidade regular (mensal), o que foi impossível de concretizar devido a incapacidade da indústria gráfica local para assumir tal compromisso todos os meses. Os anúncios publicitários, assim, só chegaram a aparecer em dois números, nesse ano.

Em 30 de Maio de 1946 o presidente da direcção, Mário José Ferreira Mendes, solicitou ao Governador Geral, general José Tristão de Bettencourt, permissão para que a impressão do boletim fosse feita na Imprensa Nacional, o que foi aceite desde que não prejudicasse a actividade normal da Imprensa Nacional. Estava nessa altura a Sociedade com dificuldades financeiras para manter a sua tipografia operacional. Aliás, em nota de esclarecimento enviada à administração da Imprensa Nacional, indicava-se que o pedido de impressão então solicitado se estendia ao fornecimento de papel e tudo o mais que se relacionasse com a impressão do boletim.

A actividade editorial foi impulsionada em 1964, com a inauguração da nova sede, dotada de oficinas tipográficas, e com a oferta, na mesma altura, de uma impressora, pelo jornal Notícias. A comissão redactorial aproveitou-a para a impressão de separatas de diversos trabalhos publicados no boletim e, ainda, de programas e prospectos sobre diversas iniciativas. Em 1965 a periodicidade do boletim era trimestral. No mesmo ano era editada a obra original de Avelino Teixeira, "A cartografia antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique", 1500-1860". O nº 133 do boletim, publicado em 1963, foi inteiramente dedicado às celebrações dos 75 anos da cidade de Lourenço Marques.

Mas fruto do labor voluntário de alguns sócios, o boletim sofreu sempre grandes dificuldades e atrasos.

## Congressos e Reuniões Principais

A participação da Sociedade de Estudos, desde 1934, nos congressos anuais da Associação Sul Africana para o Progresso da Ciência, teve grande influência na ideia de congregar os associados de Moçambique para o estudo e discussão dos problemas de Moçambique e da ciência em constante desenvolvimento.

Ao longo da sua vida, realizou a Sociedade de Estudos dois congressos. O I Congresso, realizado em 1947, foi patrocinado pelo Ministro das Colónias, não sem que este tivesse tido antes "o cuidado" de consultar o Governador Geral sobre a conveniência ou não de promover a Sociedade de Estudos em termos políticos.

Considerado como o "congresso dos engenheiros", na verdade foram eles quem, guiando-se pela política de associação de "ciência e utilidade", apresentaram o maior numero de comunicações (com estudos e propostas de aplicação) sobre problemas de agricultura, habitação, urbanismo, estradas e telégrafos, que afectavam a economia da colónia.

A ideia da realização do I Congresso visava reunir a massa associativa intelectual da colónia fora dos organismos do estado e, em paralelo, cooperar com o governo no estudo e realização dos objectivos económicos imperativos. O objectivo do estudo era a colonização, ou seja, "o indígena o colono e a terra". Era necessário estudar o "indígena" e o colono sob o ponto de vista de adaptação ao trabalho, e a terra para o seu aproveitamento integral. Foi feito o reconhecimento das potencialidades do solo, do subsolo, da necessidade de promoção de medidas de protecção da terra e das florestas, o estudo das possibilidades de industrialização da matéria-prima produzida localmente. Foram estas áreas, entre outras, de onde saíram as principais recomendações do Congresso. Por Aurélio Quintanilha foi lançada a ideia de se fazer a recolha da bibliografia de Moçambique e a criação de uma estação de biologia marítima na ilha da Inhaca. Esta ideia foi desenvolvida pela universidade sul-africana de Witwatersrand, que forneceu elementos para o projecto.

Os resultados animadores obtidos no congresso de 1947 levaram a Sociedade a propor, para 1949, a realização de um congresso intercolonial, para estudar problemas de ordem moral e material respeitantes as colónias, as relações destas entre si e com a metrópole. Visava fornecer ao "governo da nação" contribuições para que ele dispusesse de mais elementos para melhor fomentar o desenvolvimento das colónias. A

unidade da economia do império, o fomento colonial, a defesa do património colonial, a urbanização, a colonização europeia (assistência a prestar-lhe pelo estado), mão-de-obra indígena, ensino nas colónias, administração e justiça, etc. eram os assuntos propostos para o congresso intercolonial. Porém ele não se chegou a realizar por falta de financiamento.

O II Congresso da Sociedade de Estudos realizou-se em 1960, coincidindo com os festejos do seu 300.º aniversário. O seu objectivo era apreciar os problemas de interesse cultural e de progresso para Moçambique. Nele participaram cerca de 150 representantes de Moçambique, Portugal, Brasil, Inglaterra, União da África do Sul e Swazilândia, que apresentaram 82 comunicações, nas sessões que decorreram de 4 a 11 de Setembro, no salão nobre da Câmara Municipal e no Liceu Salazar. Entre os representantes portugueses encontrava-se o professor Marcello Caetano.

Inúmeros outros encontros realizou a Sociedade de Estudos, como os simpósios de 1956, por ocasião do então presidente da República Portuguesa, Craveiro Lopes, e de 1958, inteiramente dedicado à ilha da Inhaca.

### Homenagens e Prémios

Ao longo da sua existência a Sociedade de Estudos homenageou diversas entidades, entre sócios e personalidades ilustres que visitaram a instituição ou a ajudaram. Por ocasião da inauguração da nova sede foi homenageado o Governador Geral, Sarmento Rodrigues, a quem se deveu em grande medida a construção do edifício. Em 24 de Julho de 1964 coube a vez ao então presidente da República Portuguesa, que efectuava uma visita a Sociedade.

Nos princípios da década de 60, com o patrocínio da Junta do Comércio Externo, instituiu também a Sociedade os prémios anuais denominados "Economia" e "Moçambique", recompensando respectivamente os melhores trabalhos sobre assuntos económicos e sobre Moçambique.

### NOTAS

<sup>1</sup> Era o seguinte o texto da circular para a criação da Sociedade de Estudos: CIRCULAR CONVITE PARA A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE DE ESTUDOS

Exmo. Sr.

É já velha a afirmação de que o nosso País não acompanha tão perto quanto seria para desejar o progresso dos outros países civilizados por ser tão baixo o nível de cultura média geral da sua população. Se esta é uma grande verdade, não é menos certo que outra razão de facto reside no facto da dispersão de ideias e esforços das suas classes intelectuais, muitas vezes divididas por motivos fúteis e outras sem motivo algum.

Esta nossa Colónia não foge à regra geral, sendo certo, aliás, que hoje há já por cá elementos bastantes em numero e qualidade para dar vida a um organismo que coligisse todos os trabalhos que tenham exclusivamente por objectivo o estudo económico ou puramente científico destes territórios.

Julgo que a existência do referido organismo apresentaria simultaneamente a vantagem de deleitar e fortalecer o espírito dos associados, dando-lhes a íntima satisfação de verem as suas idéias e trabalhos devidamente considerados e de facilitar a tarefa dos Governos da Colónia e Central, fornecendo-lhes elementos para a resolução dos problemas da mesma. Se a cultura média portuguesa é pequena, o mesmo não sucede com as suas classes ilustradas que, nem em cultura nem em dotes intellectuais são inferiores às mesmas classes de qualquer país civilizado.

Tenho, por isso, fé em que sabendo nós "querer", uma sociedade de estudos que aqui se constituisse publicaria trabalhos que se haviam de impor a consideração de todos, o que contribuiria também para facilitar a tarefa de todos aqueles que acidentalmente, ou por dever de officio, trabalham na nossa política internacional.

A organização de uma biblioteca decente e a manutenção de uma sede e boletim modestos não são coisas irrealizáveis, mesmo com uma cotização modesta também, desde que o número de associados seja o que pode e o que deve ser, para bem de todos, além de que tratando-se da fundação de uma sociedade de caracter científico, é de esperar que o Governo da Colónia conceda facilidades para a sua instalação.

Conquanto a sede deva ser em Lourenço Marques nenhuma razão há para que não deem já a sua adesão e mais tarde a sua valiosa colaboração os magníficos elementos que vivem dispersos pelos afastados pontos da Colónia. De resto, fácil será estabelecer condições para que os sócios que não vivem em Lourenço Marques, que compensem a falta de usufruto das vantagens de que estes possam aproveitar-se.

Como homem que nunca aspirou e a nada mais aspira do que ao exercício honesto da sua profissão, ao apresentar esta idéia a V.Ex<sup>a</sup>, nenhum interesse me move que não seja o que claramente se depreende do que acabo de dizer:

- a) Estabelecer um convívio intellectual necessário às pessoas que vivem pelo cérebro;
- b) Estimular a apresentação de quaisquer elementos ou trabalhos que interessem ao conhecimento da Colónia, fazendo-se estudar ou promovendo a sua publicação;
- c) Coligir meios de estudos, pela assinatura de revistas, aquisição de trabalhos especiais, etc., que não estão em geral ao alcance das possibilidades individuais;
- d) Dar toda a colaboração necessária e possível a quaisquer entidades que se interessem pelo estudo e valorização da Colónia e, em especial, ao seu Governo;
- e) Contribuir para evidenciar as nossas faculdades de trabalho e capacidade colonial.

Se V.Ex<sup>a</sup> concordar com a idéia, como suponho, peço-lhe a fineza de me o comunicar com a maior urgência, para o que basta preencher e mandar para o correio o impresso junto.

Lourenço Marques, 14 de Fevereiro de 1930

De V.Ex<sup>a</sup> Mt<sup>o</sup> Att<sup>o</sup> Venr.

A.J.de Freitas

[Notas e documentos sobre a fundação e vida da Sociedade de Estudos de Moçambique, 1930-1940, in Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, vol.10, nº 43 (1940):15-16].

<sup>2</sup>Foram os seguintes os Presidentes da direcção da Sociedade de Estudos: 1930-1931 Eduardo Augusto de Azambuja Martins

1932-1934 Joaquim Jardim Granjer  
 1935-1935 João José Soares Zilhão  
 1936-1938 Mário José Ferreira Mendes  
 1939-1939 José Cardoso  
 1940-1941 João José Soares Zilhão  
 1942-1945 António Joaquim de Freitas  
 1946-1949 Mário José Ferreira Mendes  
 1950-1960 António Esquivel  
 1961-1962 João Moreira Rato  
 1963-1963 Manuel Jorge Guerreiro  
 1964-1965 António Sousa da Silva  
 1966-1967 Victor Hugo Velez Grilo  
 1968-1968 Emilio Eugénio de Oliveira Martins  
 1969-1970 João Fernandes Delgado  
 1971-1973 Manuel Monteiro Ribeiro Veloso  
 1974-1974 Álvaro Martins da Silva

Por sua vez os presidentes honorários, que eram os Governadores Gerais em exercício, foram os seguintes:

1931-1938 José Ricardo Pereira Cabral  
 1938-1940 José Nicolau Nunes de Oliveira  
 1940-1947 José Tristão de Bettencourt  
 1947-1958 Gabriel Maurício Teixeira  
 1959-1961 Pedro Correia de Barros  
 1961-1964 Manuel Maria Sarmiento Rodrigues  
 1964-1968 José Augusto Costa Almeida  
 1968-1969 Baltazar Leite Rebello de Sousa  
 1970-1972 Eduardo de Arantes de Oliveira  
 1972-1974 Manuel Pimentel Pereira dos Santos

<sup>3</sup> Só podiam ser sócios ordinários cidadãos portugueses em pleno gozo dos seus direitos civis, e as firmas ou agremiações que se fizessem representar por um sócio ordinário.

Sócios honorários eram indivíduos que tivessem prestado serviços relevantes de ordem intelectual à colónia, a Sociedade ou a ciência.

Podiam ser nomeados sócios beneméritos indivíduos que tivessem prestado serviços relevantes de ordem material à Sociedade.

Sócios correspondentes eram aqueles que, não residindo na colónia, de algum modo contribuíam para o progresso da Sociedade. Não estavam sujeitos aos deveres dos sócios ordinários.

Sócios contribuintes eram os que, não podendo ser sócios ordinários contribuíam materialmente para a Sociedade de forma regular.

Finalmente, sócios estudantes eram indivíduos menores de 21 anos, de ambos os sexos, devidamente autorizados pelos pais ou encarregados de educação, que frequentavam qualquer estabelecimento de ensino, e que podiam passar a sócios ordinários quando atingissem a maioridade e satisfizessem os requisitos necessários.

## BIBLIOGRAFIA

### DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

Fundo da Administração Civil (sec.XX).

Processo: A-27/139 - Secção A - Cx.80. Direcção dos Serviços de Administração Civil - Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique (1938-1972). (Contém documentos de 1930).

Fundo do Governo Geral (sec.XX).

Processo: c/10 a) - Cx.430. Sociedade de Estudos de Moçambique (1947-1955).  
 Processo: C/8 a) - Cx.645. Colectividades Culturais - Sociedade de Estudos (1959-1972).

## PERIÓDICOS

Boletim "Informação" (1963-1968).  
Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique (1931-1974).  
Relatórios da direcção (1930-1973).  
Facho (Sonap) (1968-1974).  
Jornal "Notícias" (1929-1930).  
"Notícias" (especial fim do ano) (1939-1964/5).  
Lourenço Marques "Guardian" (1913-1922).

## LIVROS E BROCHURAS

Acto Colonial, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1930.  
Exploração Económica de Moçambique, Kastrup: African Studies, 1975.  
Livro de Ouro do Mundo Português: Moçambique, Lourenço Marques: Tipografia Académica, 1970.



## ACERVO

### DOCUMENTAÇÃO IDENTIFICADA

No decurso de 1989, foram inventariadas as seguintes séries documentais, dos fundos arquivísticos em depósito no Arquivo Histórico de Moçambique:

1. Direcção dos Serviços de Administração Civil
2. Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas
3. Direcção das Obras Públicas da Província de Moçambique

#### 1. Direcção dos Serviços de Administração Civil

Série Curadoria e Negócios Indígenas/Trabalho e Acção Social

TÍTULOS	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Assistência indígena.....	1926-1962	2
Autoridades gentílicas.....	1946-1973	13
Bairros e povoações indígenas.....	1914-1959	9
Cadernetas de identificação e cartões de identidade para indígenas e seu fornecimento.....	1962-1970	2
Código do Trabalho Rural.....	1973-1974	1
Comunicações de carácter geral.....	1920-1953	1
Desterro e expulsão, administrativos, de indígenas.....	1915-1965	3
Diversos.....	1901-1971	40
Política indígena.....	1936-1971	1
Processos e julgamentos, relacionados com o Regulamento de Trabalho dos Indígenas.....	1939-1966	8
Recenseamento indígena.....	1903-1958	1
Recrutamento de trabalhadores indígenas.....	1956-1966	1

TÍTULOS (continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Trabalho indígena em geral.....	1906-1966	56
Trabalho indígena para o Rand — pela Convenção entre o Governo Português e da União da África do Sul e da Federa ção.....	1948-1966	6
Trânsito, mudanças de residência, emi gração e imigração de indígenas.....	1940-1961	1

#### Série Fazenda

TÍTULOS	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Câmbios e Moedas.....	1902-1971	3
Comunicações de carácter geral.....	1904-1957	8
Contribuições (Comercial e Industrial; Predial; Registo).....	1902-1975	3
Diversos.....	1901-1977	65
Documentos a processo e requisições..	1896-1963	8
Execuções fiscais.....	1951-1976	8
Imposto domiciliário.....	1941-1976	20
Imposto indígena.....	1898-1960	12
Impostos em geral.....	1902-1975	16
Livros e impressos.....	1939-1952	1
Receitas.....	1923-1929	2
Remunerações.....	1900-1975	12
Transporte de carga do estado e pessoal	1939-1976	1

## 2. Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1886-1973	224
Curadoria e Negócios Indígenas.....	1902-1970	962
Fazenda.....	1901-1963	38
Fomento e Colonização.....	1903-1962	48
Instrução e Cultos.....	1908-1970	20
Julgado Instrutor e Notariado.....	1902-1962	16
Militar.....	1901-1972	42

SÉRIES (continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Orçamentos e Contas.....	1906-1967	19
Pessoal.....	1902-1976	156
Registo Civil.....	1897-1961	11
Tombo e Carga.....	1903-1962	17
Tribunais Indígenas.....	1902-1965	169
Pagamento Diferido.....	1950-1963	22
Documentação Avulsa.....	1939-1963	2
Decalques.....	1906-1964	226
Livros de Registo.....	1904-1978	39

### 3. Direcção das Obras Públicas da Província de Moçambique

#### 3.a. Secção de Lourenço Marques

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Correspondência.....	1878-1914	4
Documentos de despesa.....	1874-1904	103
Expediente.....	1891-1898	1
Folhas de materiais.....	1896-1906	1
Folhas de ponto.....	1896-1899	1
Folhas de vencimento.....	1889-1900	1
Guias de marcha.....	1897-1898	1
Inventários.....	1880-1898	2
Materiais abatidos.....	1899-1900	1
Mapas de trabalho.....	1892-1892	1
Orçamento.....	1900-1904	1
Processos individuais.....	1881-1899	2
Relações do pessoal administrativo...	1898-1898	1
Requisições.....	1897-1897	1

#### 3.b. Secção de Moçambique

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Documentos de contas.....	1879-1898	1
Correspondência.....	1881-1899	4
Documentos de despesa.....	1876-1924	50
Expediente.....	1900-1901	1
Folhas de materiais.....	1892-1892	1
Folhas de ponto.....	1884-1884	1
Folhas de vencimentos.....	1879-1899	1
Inventários.....	1895-1896	1
Orçamento.....	1877-1906	2
Relatórios.....	1879-1900	1
Sinopses.....	1895-1899	1

### 3.c. Seção de Queimane

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Correspondência.....	1878-1889	1
Documentos de despesa.....	1873-1900	26
Inventários.....	1895-1896	1
Mapas de trabalho.....	1877-1880	1
Processos individuais.....	1894-1900	1
Relatórios.....	1885-1885	1

### 4. Governo do Distrito de Lourenço Marques (Secretaria Distrital da Administração Civil de Lourenço Marques)

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1944-1973	396
Cur.Neg.Ind./Trab. e Acção Social....	1947-1973	26
Fazenda.....	1947-1972	17
Fomento.....	1947-1973	42
Educação e Cultos.....	1947-1964	4
Justiça.....	1947-1972	19
Militar.....	1947-1962	3
Orçamentos e Contas.....	1947-1973	109
Pessoal.....	1942-1973	27
Registo Civil.....	1947-1962	2
Tombo e Carga.....	1947-1968	4
Tribunais Indígenas.....	1947-1960	33
Livros de Registo.....	1951-1960	1
Registos.....	1947-1973	17

Obs.: No Boletim nº5, p.60, item 4) Governo do Distrito de Lourenço Marques, onde se lê Séries dever-se-á ler SÉRIE ADMINISTRATIVA, correspondendo os títulos a seguir discriminados a alguns dos ASSUNTOS nela inseridos.

### 5. Governo do Distrito de Gaza (Secretaria Distrital da Administração Civil de Gaza)

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1901-1974	161
Cur.Neg.Ind./Trab. e Acção Social....	1901-1973	100
Fazenda.....	1901-1974	26
Fomento.....	1901-1974	75
Educação e Cultos.....	1901-1974	128
Justiça.....	1902-1974	15
Militar.....	1902-1974	6
Orçamentos e Contas.....	1901-1974	55
Pessoal.....	1901-1973	20

SÉRIES (continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Registo Civil.....	1904-1969	2
Tombo e Carga.....	1944-1962	4
Tribunais Indígenas.....	1949-1973	6
Livros de Registo.....	1901-1974	154
Confidenciais.....	1947-1974	57

6.c. Posto Administrativo da Machava

#### 6.a. Administração do Concelho da Matola

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1946-1975	178
Cur.Neg.Ind./Trab. e Acção Social....	1949-1975	178
Fazenda.....	1948-1975	61
Fomento.....	1948-1974	50
Educação e Cultos.....	1951-1970	39
Justiça.....	1951-1975	3
Militar.....	1939-1974	19
Orçamentos e Contas.....	1948-1972	19
Pessoal.....	1948-1974	11
Registo Civil.....	1951-1972	7
Tombo e Carga.....	1951-1969	2
Tribunais Indígenas.....	1950-1960	7
Arquivo Confidencial.....	1964-1964	1
Livros de Registo.....	1940-1975	118
Registos.....	1946-1975	3
Exemplares.....		3

#### 6.b. Posto Administrativo de Boane

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1957-1975	20
Cur.Neg.Ind./Trab. e Acção Social....	1957-1974	25
Fazenda.....	1957-1973	7
Fomento.....	1957-1974	8
Educação e Cultos.....	1957-1973	1
Justiça.....	1957-1975	8
Militar.....	1945-1971	3
Orçamentos e Contas.....	1958-1974	13
Pessoal.....	1957-1967	1
Registo Civil.....	1957-1968	1
Tombo e Carga.....	1958-1967	1
Tribunais Indígenas.....	1957-1960	2
Arquivo Confidencial.....	1962-1975	4

SÉRIES (continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Livros de Registo.....	1951-1975	43
Registos.....	1957-1975	170
Exemplares.....		1

#### 6.c. Posto Administrativo da Machava

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1960-1975	32
Trabalho e Acção Social.....	1958-1974	122
Fazenda.....	1960-1974	8
Fomento.....	1950-1974	14
Educação e Cultos.....	1960-1973	1
Justiça.....	1960-1973	9
Militar.....	1960-1973	3
Orçamentos e Contas.....	1960-1974	12
Pessoal.....	1954-1973	3
Registo Civil.....	1960-1971	4
Tombo e Carga.....	1960-1972	1
Tribunais Indígenas.....	1960-1960	1
Livros de Registo.....	1962-1971	1
Registos.....	1957-1974	42

#### MOVIMENTO DE CONSULTAS

MESES	LIVROS		PERIÓDICOS		ARQUIVO	
	OBRAS	LEITOR	OBRAS	LEITOR	OBRAS	LEITOR
Janeiro	108	39	52	27	34	6
Fevereiro	147	51	69	45	23	3
Março	165	119	60	13	26	6
Abril	173	77	71	24	25	9
Maio	151	52	50	22	28	10
Junho	108	40	29	11	23	6
Julho	102	50	32	28	13	6
Agosto	154	50	50	27	32	7
Setembro	155	64	52	22	55	14
Outubro	221	118	226	145	118	60
Novembro	286	191	109	31	51	13
Dezembro	112	43	36	14	23	6
Total	1778	998	836	409	361	65

## OFERTAS

No ano de 1989 recebemos ofertas de documentos diversos por parte das seguintes entidades e pessoas:

- \* David Beach
- \* Gerhard Liesegang
- \* José Fialho
- \* Kathleen Sheldon
- \* COCAMO / Cooperation Canada Mozambique
- \* Raul Bernardo Honwana
- \* Benedito Brito João
- \* Angela Maria Teixeira Rebelo de Oliveira
- \* Ministério da Cultura
- \* Instituto Cultural de Macau
- \* Instituto de Investigação Científica Tropical

Nota: Esta relação não inclui as instituições que nos enviaram publicações a título de depósito legal.

## NOTICIÁRIO

### ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Durante o ano de 1989, e de acordo com os planos de formação traçados para o biênio 1988/1990, realizaram-se as seguintes acções de capacitação profissional:

#### 1. Estágio Técnico Internacional de Arquivos

Realizado entre Março e Junho de 1989. No âmbito da especialização dos técnicos superiores do AHM, participou neste estágio, promovido pelo Arquivo Nacional de França, o dr. Manuel Jorge Correia de Lemos. Foram temas do estágio a organização de arquivos, os documentos nos arquivos, técnicas de tratamento e conservação e funções administrativas e culturais. Incluídas estiveram também algumas visitas de estudo.

#### 2. Curso de Capacitação Profissional para Técnicos de Documentação (nível médio)

Este curso, realizado entre Janeiro e Junho de 1989, foi o primeiro curso de nível médio realizado pelo Arquivo Histórico de Moçambique. Visava capacitar os técnicos com a 11ª classe e experiência profissional nas categorias de nível básico, para os conteúdos de trabalho das categorias de nível médio, de acordo com a carreira profissional e o quadro do AHM.

O curso foi organizado em 4 módulos, de forma a abranger maior diversidade de conteúdos no âmbito da ciência da documentação e a sua aplicação em diferentes sectores do AHM: Módulo I - Arquivística (Dra. Ana Maria Camargo, USP, Brasil); Módulo II - Biblioteconomia (Dra. Wanda do Amaral, UEM, Moçambique); Módulo III - Introdução aos meios audiovisuais (Dra. Arlete do Amaral, Lucia van der Berg, SEHA, Moçambique); Módulo IV - Introdução à Informática Aplicada à Documentação/1ª parte (Dr. Colin Darch, Zimbabwe), Informática Documental (Dr. J. L. S. Antunes, Portugal).

Este 1º Curso de nível médio capacitou 28 técnicos funcionários do AHM, da rede de bibliotecas universitárias e de outros ministérios e centros de investigação.



### 3. Capacitação Profissional no Âmbito da Informática Documental

No âmbito da formação e capacitação profissional dos técnicos do AHM nesta disciplina, associamo-nos ou promovemos diversas acções.

a) Seminário sobre o MICRO-ISIS e a sua versão PROBASE patrocinado pela NORAD, realizado em colaboração com o Instituto de Investigação Pesqueira, e com a participação de diversas instituições da capital que já utilizam ou pretendem vir a utilizar este programa. Este seminário foi acompanhado de algumas aulas de exemplificação prática da versão PORBASE e do modelo de registo UNIMARC.

b) Módulo Informática e Documentação. Organizado em 2 partes; a primeira pretendendo introduzir os problemas teóricos e um estudo comparativo de programas, e a segunda apresentando problemas práticos de aplicação do programa internacional da UNESCO (MICRO-ISIS) e a versão portuguesa PORBASE. Estes conteúdos foram introduzidos no curso de capacitação de nível médio.

### 4. Seminário sobre Conservação e Tratamento de Documentos Audiovisuais

Este tema havia já sido abordado no Módulo III do curso de nível médio realizado em 1989 (ver página anterior). Porém, desde há longa data que a direcção do AHM havia planificado um curso ou seminário que abordasse as especificidades e os problemas que se da conservação quer do tratamento documental destes modernos tipos de documentos.

Assim, a convite do AHM, deslocou-se a Maputo a Dra. Anne Derges, especialista de audiovisuais do Arquivo Nacional do Zimbábue.

No seminário participaram além de funcionários do AHM e da UEM afectos a sectores de documentação audiovisual (documentação sonora, microfilmagem, fototeca e cartoteca); funcionários de outras instituições; nomeadamente da Rádio Moçambique, Televisão Experimental, Jornal Notícias, Revista Tempo, Agência de Informação de Moçambique, Instituto de Comunicação Social, Instituto Nacional de Cinema, Centro de Formação Fotográfica e Sector Fotográfico do Partido Frelimo.

### ENCONTRO DOS RESPONSÁVEIS DE ARQUIVOS DOS CINCO PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA

Em cumprimento da decisão tomada na Cimeira dos Chefes de Estado dos Cinco Países Africanos de Expressão Oficial

Portuguesa, realizada em Luanda em 1987, do Encontro dos Ministros da Cultura realizado também naquela cidade, em 1988, e no seguimento do I Encontro de Responsáveis dos Arquivos Históricos Nacionais realizado em Bissau em Outubro de 1978, teve lugar em Maputo, de 14 a 16 de Novembro de 1989, o II Encontro de Responsáveis de Arquivos dos "Cinco".

Era objectivo do Encontro fazer um balanço da situação dos arquivos históricos nacionais em cada um dos países desde a independência até ao presente; dar a conhecer o projecto de "Microfilmagem da Documentação de Moçambique existente nos Arquivos Portugueses" e as acções desenvolvidas pelo Arquivo Histórico de Moçambique na sua concretização; e apresentar uma proposta de colaboração entre os arquivos históricos nacionais dos "Cinco".

Participaram, à excepção de Angola, que lamentavelmente não pôde estar presente, delegações de Cabo Verde (José Maria Almeida, Director do Arquivo Histórico Nacional, e Verónica Samur Hasbún, bibliotecária do mesmo arquivo), Guiné Bissau (Amândio Nelson Fernandes, responsável do Departamento dos Arquivos Históricos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP, e Carlos Alfredo, arquivista do Arquivo Histórico do INEP), Moçambique (Maria Inês Nogueira da Costa, Directora do Arquivo Histórico de Moçambique - AHM, Manuel Jorge Correia de Lemos, director-adjunto e chefe do Departamento de Arquivos Textuais do AHM, António Jorge Dinis Sopa, chefe do Departamento de Arquivos e Coleções Especiais do AHM, e Teresa Maria Santos Oliveira, chefe do Departamento de Formação Profissional do AHM), e São Tomé e Príncipe (Armando Vaz Rodrigues Aguiar, Director Nacional de Cultura e director do Arquivo Histórico nacional, e Anabela Maria Cabral Pereira Barroso, catalogadora do mesmo arquivo).

No decorrer dos trabalhos deste II Encontro as delegações presentes concluíram que:

1. A ausência de legislação arquivística adequada às novas realidades dos cinco países tem sido factor impeditivo à preservação e promoção do património arquivístico nacional;
2. A falta de condições para a preservação física dos documentos de arquivo tem contribuído para uma sistemática destruição deste património, pelo que se torna um imperativo proceder-se à busca de meios para a elaboração de projectos de novos edifícios e modernização dos equipamentos;
3. É necessário realizar acções de formação técnico-profissional, devendo para o efeito cada país convidar atempadamente os restantes;
4. Existe escassez de informação e há necessidade de inter-

câmbio permanente de informações científicas no âmbito da história e da arquivística;

5. É necessária a realização de encontros periódicos, como veículos de intercâmbio de experiências entre os cinco países com um passado e língua comuns;

6. Este mesmo passado comum criou relações históricas que importa conhecer e divulgar.

Face a estas conclusões os participantes recomendaram que:

1. Cada país reflecta sobre os perfis de formação necessários para satisfazer as necessidades em recursos humanos de cada uma das suas instituições;

2. Cada país aprecie a proposta de recuperação do património histórico-arquivístico nacional existente no estrangeiro, apresentada pela SAREC em 1978 e renovada neste II Encontro, estudando e apresentando projectos viáveis de acordo com as suas condições específicas de desenvolvimento;

3. Cada país providencie para que haja uma ampla circulação de informações relativas a: a) legislação arquivística; b) documentação científica na área de Arquivística e História; c) estado de evolução dos projectos de microfilmagem; d) currículos e programas de cursos de formação profissional; e e) outras informações julgadas pertinentes;

4. Cada país contemple na sua legislação arquivística, normas legais para o depósito, no Arquivo Histórico Nacional, de cópias de segurança dos documentos audio-visuais produzidos por órgãos de comunicação social, instituições de investigação e outros;

5. Cada país, de acordo com as possibilidades que forem criando, proceda ao levantamento e divulgação das Fontes sobre temas comuns da História, em particular as da História da Escravatura e do Trabalho Forçado.

Por outro lado, perspectivando viabilizar soluções de ordem institucional, os participantes a este II Encontro apelaram às autoridades competentes dos respectivos governos para a necessidade de valorização e reconhecimento da importância dos Arquivos no domínio da Administração Pública e da Investigação Científica no processo de desenvolvimento nacional, propondo que:

1. Os Arquivos Históricos Nacionais sejam enquadrados na hierarquia do aparelho de Estado num lugar que lhes permita proceder à execução das importantes funções que lhes são atribuídas;

2. Sejam criados em cada país, Arquivos Históricos Nacionais, onde não existam, com autonomia administrativa e financeira indispensáveis à realização das suas actividades;

3. Se crie em cada país a Lei Geral de Arquivos;
4. Se institucionalize, no quadro da cooperação entre os "Cinco", a prática de encontros regulares com a periodicidade de 4 anos, entre os Arquivos Históricos Nacionais;
5. Sejam tomadas medidas necessárias à criação de serviços de pre-arquivagem (arquivos intermedios) nos órgãos centrais e regionais do Estado, tendo em vista a preservação da documentação produzida após a independência e de acordo com as normas da Lei Geral de Arquivos;
6. Sejam adoptadas medidas urgentes de forma a evitar a eliminação arbitrária da documentação pós-independência, devendo-se ter em conta as normas sobre eliminação traçadas pelos Arquivos Históricos Nacionais.

As delegações presentes saudaram a Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries (SAREC), que tornou pelo seu apoio possível este II Encontro e fizeram também uma definição de áreas nas quais o apoio da SAREC poderá ser decisivo, nomeadamente a Formação de Quadros, Microfilmagem, Encontros Periódicos e Divulgação Científica.

#### SISTEMA DE COMUNICAÇÕES INFORMATIZADO NO AHH

Por ocasião da visita do Primeiro Ministro da República Portuguesa, dr. Aníbal Cavaco Silva, foi inaugurado no dia 28 de Setembro de 1989 um sistema de comunicações informatizado (SMARTERM 240) que permite a ligação do Arquivo Histórico de Moçambique com redes de informação mundiais. O equipamento e o respectivo serviço foram oferecidos pela SAREC e pelas comunicações de Moçambique e pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

Assistiram ao acto, pela parte moçambicana, o Ministro da Educação, dr. Aniceto dos Muchangos, e o Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações, eng. Rui Louisa. Pela parte portuguesa, estiveram presentes o Secretário de Estado do Comércio Externo, dr. Horta e Costa, o Secretário de Estado das Finanças, dr. Faria de Oliveira, o dr. Gueirão em representação do embaixador de Portugal, o eng. Iriarte Esteves, administrador dos CTT, o eng. Melo Franco, presidente do conselho de administração dos TLP, o eng. Carlos Antunes, administrador da TDC, o dr. Sequência Braga, presidente do conselho de administração da CPRM, o dr. Sousa de Macedo, secretário geral da CPRM, o sr. Paulo Soares, director geral das EPTas Telefónicas de Moçambique, e o eng. Nobre Sebastião, director da delegação da África Oriental da CPRM. O acto inaugurou a utilização do sistema de comunicações informatizado.

gural constou de um contacto entre o Arquivo Histórico de Moçambique e a Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo na altura sido trocadas diversas mensagens entre as duas instituições.

#### VISITAS

No ano que passou, a nossa instituição foi visitada, entre outras, pelas seguintes pessoas:

Peter Fry (representante da Fundação Ford no Zimbabwe);

Briquet de Lemos (do Instituto Brasileiro da Ciência e Tecnologia);

José Afonso Furtado (presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura);

James C. Armstrong (director regional da Biblioteca do Congresso dos E.U.A.);

John W. Bruce (da Universidade de Wisconsin-Madison, E.U.A.);

Daniel Tarschys (presidente da SAREC);

Per Arn Ströberg e Berit Olsen (no âmbito da elaboração da proposta de novo acordo entre a UEM e a SAREC);

Karin von Schlebrügge (representante da SAREC no encontro de responsáveis de arquivos dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa).

Impresso na Divisão Gráfica  
da Universidade Eduardo Mondlane



